



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais**



**Entre as Pegadas do Dragão e os Mapas do Sudeste Asiático: As Relações entre Beijing e
ASEAN no Campo da Segurança Regional**

Uberlândia-MG

2017



**Ministério da Educação
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais**



Entre as Pegadas do Dragão e os Mapas do Sudeste Asiático: As Relações entre Beijing e ASEAN no Campo da Segurança Regional

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior

Autor: Márcio José de Oliveira Júnior

Uberlândia-MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48e
2017

Oliveira Júnior, Márcio José de, 1992

Entre as pegadas do dragão e os mapas do Sudeste Asiático : as relações entre Beijing e ASEAN no campo da segurança regional / Márcio José de Oliveira Júnior. - 2017.
122 f. : il.

Orientador: Haroldo Ramanzini Júnior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais - Teses. 2. Regionalismo - Teses. 3. China - Política e governo - Teses. 4. ASEAN - Teses. I. Ramanzini Júnior, Haroldo. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo tentar explicar se e como as dinâmicas regionais impactariam nas decisões de política externa de Estados. Para isso, primeiramente tomaremos a Agenda de Regionalismo de Amitav Acharya como base para trabalharmos essa questão, tendo em vista suas possibilidades para que nossa hipótese e tema escolhidos sejam abordados de uma maneira mais completa. Em segundo lugar, avançaremos para o entendimento da ASEAN tendo em vista as disputas no Mar do Sul da China, sendo que em primeiro lugar focaremos na compreensão do processo de formação da ASEAN e, depois, da sua Agenda Regional de Segurança que permeia o pensamento dessa instituição sobre esses conflitos. Por último, analisaremos a relação da China com a ASEAN, tentando entender a maneira pela qual Beijing se insere nessa questão do Mar do Sul da China e como a mesma altera a sua visão sobre esse conflito após os anos 1990 utilizando a base metodológica fornecida pela Agenda de Regionalismo de Amitav Acharya.

PALAVRAS-CHAVE: Regionalismo; China; ASEAN; Mar Do Sul Da China; Política Externa;

ABSTRACT

This dissertation has as objective to explain if and how the regional dynamics would impact the foreign policy decisions of States. To do this, we will first take Amitav Acharya's Regionalism Agenda as a basis for working on this issue, given its possibilities for our chosen hypothesis and theme to be addressed in a more complete way. Secondly, we will move forward to ASEAN's understanding of the disputes in the South China Sea, focusing first on understanding the ASEAN formation process and then on its Regional Security Agenda that permeates the thinking about these conflicts. Finally, we will look at China's relationship with ASEAN, trying to understand how Beijing addresses this issue of the South China Sea and how it alters its view on this conflict after the 1990s using the methodological basis provided by Regionalism Agenda constructed by Amitav Acharya.

WORDKEYS: Regionalism; China; ASEAN; South China Sea; Foreign Policy;

Aos meus pais e irmão que sempre foram fundamentais com seu apoio para que esse passo fosse concluído. A minha namorada Clarissa que sempre esteve presente como uma excelente companheira tanto da vida pessoal como acadêmica. Ao meu orientador, professores e colegas: meu muito obrigado por terem sido parte fundamental do meu processo de formação intelectual. Todos vocês estão no meu coração para sempre!

“E, quando a tempestade passar, na certa lhe será difícil entender como conseguiu atravessá-la e ainda sobreviver. Aliás, nem saberá com certeza se ela realmente passou. Uma coisa porém é certa: ao emergir do outro lado da tempestade, você já não será o mesmo de quando nela entrou.”

Haruki Murakami

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO 1: OS ESTUDOS REGIONAIS: DO “MODELO EUROPEU” AS POSSIBILIDADES TEÓRICAS PARA O REGIONALISMO ASIÁTICO	5
1) ERNEST HAAS E O NEOFUNCIONALISMO	6
2) ANDREW MORAVCSIK E O INTERGOVERNAMENTALISMO	12
3) PETER KATZENSTEIN E AS “REGIÕES POROSAS”	15
4) A AGENDA DO REGIONALISMO DE AMITAV ACHARYA.....	22
4.1) AS BASES TEÓRICAS DA AGENDA REGIONAL DE ACHARYA	23
4.2) CARACTERIZANDO O CONCEITO DE REGIÃO PARA A AGENDA DE ACHARYA.....	27
4.3) O PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO: AS BASES	30
5) O PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO REGIONAL E A RELAÇÃO DA ASEAN COM A CHINA: COMO ANALISAR UM POSSÍVEL IMPACTO?	33
6) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	38
CAPÍTULO 2: A ASEAN, SEUS PRECEDENTES E REGIONALISMOS DIVERSOS: UMA COMPREENSÃO DO AVANÇO INSTITUCIONAL DO REGIONALISMO ASIÁTICO E DE SUA AGENDA NORMATIVA DE SEGURANÇA.....	39
1) OS ANTECEDENTES DA ASEAN: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	40
2) A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA ASEAN: DE 1967 À 2012	44
2.1) CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (1967-1978).....	45
2.1.1) ZOPFAN	47
2.1.2) BALI CONCORD I.....	48
2.1.3) TRATADO DA AMIZADE E COOPERAÇÃO	49
2.1.4) “ASEAN WAY”	51
2.2) EMBATE DE MODELOS REGIONAIS (1979-1989)	52
2.3) EXPANSÃO E APROFUNDAMENTO (1990-2012)	54
2.3.1) APEC.....	55
2.3.2) ARF	56
2.3.3) ASEAN+3 e EAS	58
2.3.4) A CARTA DA ASEAN DE 2007	61
3) A AGENDA NORMATIVA DE SEGURANÇA DA ASEAN.....	63

4) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	69
CAPÍTULO 3: AS RELAÇÕES REGIONAIS ENTRE A ASEAN E A CHINA: UMA LOCALIZAÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA DA ASEAN PARA A POLÍTICA EXTERNA DE BEIJING?	70
1) O RELACIONAMENTO ENTRE CHINA E ASEAN: DE 1967 ATÉ 2012	72
2) O MAR DO SUL DA CHINA E A VISÃO DE BEIJING SOBRE OS CONFLITOS COM A ASEAN.....	80
3) A RELOCALIZAÇÃO REGIONAL: PORQUE OCORRE ESSA MUDANÇA PARA A QUESTÃO DO MAR DO SUL DA CHINA?	89
3.1) A PRÉ-LOCALIZAÇÃO.....	92
3.2) A INICIATIVA LOCAL.....	94
3.3) ADAPTAÇÃO	95
3.4) AMPLIFICAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO.....	97
4) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	98
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

LISTA DE ABREVIATURAS

AFTA – ASEAN Free Trade Area

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation

ARF – ASEAN Regional Forum

ASA – Association of Southeast Asia

ASEAN – Association of Southeast Asia Nations

ASEAN+3 – ASEAN plus Three

CLMV – Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã

EAS – East Asia Summit

ICM/CMI – Iniciativa Chiang Mai

MAPHILINDO – Malaysia, Philippines and Indonesia

SEATO - The Southeast Asia Treaty Organization

SEANWFZ - Southeast Asia Nuclear-Weapon-Free Zone

TAC – Tratado de Amizade e Cooperação

ZOPFAN – Zone of Peace, Freedom and Neutrality

INTRODUÇÃO

Os estudos regionais, conforme observaremos durante esse trabalho, possuem um viés pautado pela tradição europeia de pensar e construir os relacionamentos locais. Esse foco Europeu prioriza não só a maneira pela qual pensamos as relações regionais, mas também enfatizam prioritariamente exemplificações e experiências advindas dessas localidades para construir explicações para esses fenômenos regionais. Consequentemente, como uma das preocupações desse trabalho é em um regionalismo diferente desse eixo, é necessário desenvolvermos uma maneira pela qual as regiões fora desse centro principal se tornem também protagonistas em repensar o papel que o regionalismo pode exercer para a política internacional. Em um sentido geral e direcionado para essa questão, o objetivo desse trabalho condiz com o entendimento do Regionalismo do Sudeste Asiático, personificado pela ASEAN e seus desdobramentos institucionais e em como e se essa dinâmica regional se relaciona com a construção de política externa Chinesa.

Em sua agenda, Acharya pretende superar o dilema das Relações Internacionais ser uma disciplina predominantemente ocidental, seja no sentido das fontes ou até mesmo nas temáticas de estudo. Em sua perspectiva, Acharya (2014a) entende que os princípios teóricos utilizados pelas principais tradições são convicções amplamente enraizadas tanto na história quanto nas experiências vividas pelos atores chave do ocidente. Para Acharya (2014a) existe uma hegemonia do ocidente como fontes de estudo para construção teórica, o que em sua percepção empobrece a disciplina por não conseguir produzir uma teoria condizente a partir de processos analisados fora desse eixo principal.

Além dessa preocupação que será contornada com a agenda de Acharya, tomaremos especificamente o Sudeste Asiático para analisarmos nessa dissertação e traremos as perspectivas de segurança regional e a sua relação com Beijing, tendo em vista que são pontos interessantes de análise em que a literatura pouco se debruça, justamente por focalizar mais nas questões da cooperação regional voltada as questões financeiras e econômicas. Ao observarmos o papel que a China possui na região e tomando como ponto de análise as disputas no Mar do Sul da China, que consiste em um enfrentamento entre os países da ASEAN (Malásia, Vietnã, Filipinas), Taiwan e China sobre a soberania de dois conjuntos de ilha (as Spratly e as Paracel) podemos observar que a mesma muda sua percepção referente ao confronto nessas ilhas. É com o propósito de entender como e porque ocorre essa mudança nesse ponto da relação regional é que construiremos e tentaremos avançar esse trabalho de Mestrado.

Conforme direcionado por essas perspectivas e pela hipótese aqui formulada de que a ASEAN interfere na política externa chinesa para a questão do Mar do Sul da China, temos que o trabalho se subdivide em três objetivos específicos. O primeiro objetivo será avançar nas discussões da Agenda de Regionalismo de Acharya, construindo um argumento que permite observarmos o papel central do regional e avançar nesse entendimento em outras regiões. Além disso, será objetivo também utilizar a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) enquanto personificação desse ator regional, avançando no entendimento de suas bases fundamentais e de sua expansão institucional. Isso será necessário para observarmos quais são as normas emanadas referente as questões de segurança e especificamente em como a instituição pensa e coloca suas bases para a questão do Mar do Sul da China. Por fim, o nosso terceiro objetivo é analisar como essas normas de segurança deslocam-se em direção à política externa Chinesa até o final do governo Hu Jintao (2012), observando os avanços e retrocessos do relacionamento com a ASEAN, comparando suas decisões de política externa referente à segurança em relação as normas da Agenda de Segurança ASEAN e toda sua base institucional vinculada. Isso é necessário para entender se e como o discurso normativo da ASEAN de segurança impacta alguns pontos da política externa chinesa.

Para garantir que esses objetivos sejam cumpridos, o trabalho será subdividido em três capítulos. O primeiro capítulo abordará as questões referentes as tradições de estudo de integração e cooperação regional. Observaremos nesse capítulo a diversidade teórica que a área possui, de modo a construirmos um diálogo com as perspectivas com o propósito de demonstrarmos o porquê a explicação da hipótese e dos objetivos é melhor explicada a partir da perspectiva de Acharya. O primeiro passo desse capítulo se dá pela discussão sobre as perspectivas de Haas (1958) e o Neofuncionalismo, enumerando as suas principais características e avanços para se entender o regional e argumentando em direção a sua não operabilidade em relação aos objetivos desse trabalho. Após isso, falaremos sobre o Intergovernamentalismo de Moravcsik (1998) argumentando em direção ao seu avanço teórico em relação a Haas, mas que ainda por diversas razões, como por exemplo o foco extremamente vinculado a visão democrática, impede que essa visão forneça grandes respostas para nosso problema.

Ainda nesse capítulo avançaremos também na perspectiva regional de Katzenstein (2005), que dialoga mais perto da perspectiva aqui escolhida da Agenda Regional do Acharya, mas que não se adequa a ponto de poder responder nossa inquietação aqui traduzida na hipótese justamente por ainda prospectar um papel muito central para a superpotência global, os Estados Unidos. Por fim, analisaremos a Agenda de Regionalismo de Acharya de modo a

demonstrar a razão pela qual ela é fundamental para nossa análise. Além disso, discutiremos também sobre o processo de Localização, que se constitui como ideia principal para entendermos a Localização Regional, que é a perspectiva aqui encontrada capaz de entendermos essa relação de influência do regional em relação as escolhas de política externa.

Já o segundo capítulo, após essa discussão teórica, será sobre a ASEAN e seus desdobramentos. Essa discussão entra justamente com o objetivo de observarmos detalhadamente esse ator e também observar as normas de segurança que são emanadas por essa instituição. Porém, antes de chegarmos a essa conclusão é necessário analisarmos primeiramente os antecedentes dessa instituição, a ASA (Association of Southeast Asia) e a MAPHILINDO (Malásia, Filipinas e Indonésia) que consistem em ideias base para a criação da ASEAN em 1967.

Após isso, focaremos no avanço institucional da ASEAN que será, nesse trabalho, dividido em três períodos históricos: 1) 1967–1978 que consiste no período de criação da ASEAN e a aceitação de suas bases de cooperação como, por exemplo, o Tratado da Amizade e Cooperação (1976) até a invasão do Camboja pelo Vietnã; 2) 1979-1989 que é a época de enfrentamento/dilemas da ASEAN em relação aos desafios impostos pela violência armada vietnamita na região do Sudeste Asiático continental e também no período em que os primeiros passos em direção a uma mais profunda institucionalização, com a APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation) que começa a ser idealizada em 1989 e 3) 1990-2012 que consiste no período de real aprofundamento institucional da ASEAN, com a oficialização da APEC, criação da ARF (ASEAN Regional Forum) para pensar as questões de segurança da região, AFTA (ASEAN Free Trade Area), ASEAN+3 e EAS (East Asia Summit) para enfatizar as partes comerciais. Além disso há o aumento de membros dentro da própria ASEAN que passa a comungar todos os países da região sob um mesmo escopo institucional e que se coloca como o carro chefe para todo esse aprofundamento dos anos 1990.

Por fim, nesse capítulo ainda mostraremos, ao analisar as reuniões da ARF e outras declarações da ASEAN, como a mesma constrói diretrizes para se pensar as questões de segurança, possibilitando constatar as normas as quais são emanadas por esse ator ao enfatizar essas questões. Isso será feito para conseguirmos olhar empiricamente se a nossa hipótese é observável, comparando posteriormente essas normas com as decisões chinesas.

Já no terceiro e último capítulo, abordaremos sobre a relação da China com o Sudeste Asiático, mais precisamente com a ASEAN. Nesse capítulo começaremos realizando uma contextualização da relação entre ambos, deixando claro como se construiu esse relacionamento regional desde a criação da ASEAN e quais foram os principais pontos em

que esse relacionamento se baseou. Após isso, focaremos na percepção que a China passa a tomar em relação as dinâmicas de segurança, especificamente para o Mar do Sul da China. Na última seção desse capítulo tentaremos ligar a concepção da Localização Regional apresentada no primeiro capítulo com as normas emanadas pela ARF que foram observadas durante o capítulo dois, demonstrando se a hipótese formulada para esse trabalho possui alguma contrapartida empírica.

Na conclusão, falaremos sobre o espectro geral desse trabalho e de como traçarmos o seu caminho. Faremos um balanço acerca da hipótese aqui levantada discutindo se mesma pode ser observada e também deixar indicado para outros possíveis estudos que pretendam se aprofundar nessa visão algumas outras possibilidades para que se avance mais nessa análise de regionalismo.

Cabe ainda destacar que essa pesquisa é fruto participante do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq intitulado “Inserção Regional e suas consequências para a política externa: uma análise do Brasil e da Índia” em que o autor em conjunto com seu orientador e diversos outros pesquisadores da área de Relações Internacionais pretende discutir de modo mais amplo a validade analítica acerca do âmbito regional como nível de análise específico. Além disso, a pesquisa também está vinculada a Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI), que consiste em uma rede de pesquisa que envolve pesquisadores da UFU, UNESP, UNIFESP, UFGD e UNB que está preocupada com as dinâmicas regionais e que pretende compreender de modo mais profundo os processos regionais e suas relações com os Estados. Por fim, cabe destacar que o apoio CAPES também se fez presente através da concessão de bolsa ao autor, sendo fundamental para que tal pesquisa se desenvolvesse e conseguisse atingir seus objetivos.

CAPÍTULO 1

OS ESTUDOS REGIONAIS: DO “MODELO EUROPEU” AS POSSIBILIDADES TEÓRICAS PARA O REGIONALISMO ASIÁTICO

Os estudos sobre integração e cooperação regional são uma área primordialmente pautada pela experiência europeia em suas teorizações e formulações de hipóteses, fomentando poucos estudos sobre outras realidades regionais. Tal fato possibilita o avanço para perspectivas teóricas diferentes e que incluam no debate esses modelos regionais. Essa prevalência do modelo ocidental como o ideal para as políticas regionais precisa ser modificado, dando espaço para perspectivas novas de análise dessas regiões e consequentemente trazer seus ganhos, críticas e possibilidades de aprendizado para a nossa realidade regional. Assim, é ao olhar para o modelo de regionalismo da Ásia, sendo personificado nesse trabalho pela ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) e suas relações com a inserção chinesa na região que pretendemos contribuir para os estudos regionais e trazer essas novas perspectivas e possibilidades para o debate.

Porém, antes de avançar mais profundamente para essa contribuição, é necessário falarmos sobre as mais importantes perspectivas de entendimento do regionalismo e suas possibilidades teóricas. Isso é importante tendo em vista o objetivo de construir um debate dentro da literatura já consolidada, mostrando as razões pelas quais essas perspectivas não podem ser utilizadas como caracterização para que se compreenda por completo o modelo de regionalismo asiático. Nesse sentido, temos que o primeiro objetivo desse capítulo consiste em discutir os principais modelos teóricos sobre o regionalismo: o Neofuncionalismo, o Intergovernamentalismo e a ideia construtivista de Regiões Porosas.

Tal discussão se fundamenta na lógica de mostrar que essas teorias, mesmo tendo importância fundamental nos estudos regionais e também elencando interessantes hipóteses teóricas, não levam em consideração por completo as variáveis e possibilidades de comparação com o regionalismo asiático simbolizado pela ASEAN. Isso se deve pelo fato de que as hipóteses derivadas dessas agendas teóricas não conseguem demonstrar boa clareza e profundidade para compreender o seu modelo de regionalismo. Isso se deve, justamente, por elencar um entendimento que prioriza um viés “europeizado” de regionalismo, em que elementos como a democracia ou a legalidade jurídica se inserem como dinâmicas centrais para essa relação. Além disso, tais interpretações para o regionalismo excluem a possibilidade de fornecer *insights* sobre a influência desse regionalismo na política externa chinesa, o que também consiste em uma possibilidade teórica a ser investigada nesse capítulo.

Consequentemente, é necessária uma visão diferente para que se compreenda melhor o modelo instaurado na região e que também forneça essa possibilidade teórica de utilizar o regionalismo como lente de análise para a política externa. A concepção desse primeiro movimento não consiste em retirar a importância dessas teses sobre os estudos regionais, mas sim demonstrar que mesmo com toda essa relevância é necessário para a concepção teórica que tentaremos avançar nesse trabalho outras visões que possibilitariam tentar responder a hipótese aqui formulada.

Com tal característica sobre esses estudos regionais, qual a agenda teórica poderia levar a uma compreensão mais detalhada e mais completa da ASEAN enquanto regionalismo e compreender as influências do regionalismo para com escolhas de política externa de modo a nos auxiliar com respostas para nossa hipótese central? É com o objetivo de responder essa questão que entra o segundo objetivo desse capítulo: elencar e discutir a agenda de regionalismo de Amitav Acharya. Tal agenda, que será discutida em detalhes nesse capítulo, se coloca como escolha teórica ideal para compreender a ASEAN e sua influência sobre política externa chinesa, já que Acharya fornece uma possibilidade de observar variáveis mais detalhadas e mais precisas sobre esse modelo regional. Além disso, o autor também fornece uma base para pensarmos o regional de uma maneira insólita e que se manifesta na ideia chave para esse trabalho: utilizar o regionalismo como lente de análise para compreender posições de política externa, viabilizando possivelmente uma nova maneira de se compreender e observar as políticas externas dos Estados.

Deste modo, tal capítulo será dividido cinco partes para satisfazer tais objetivos: 1) Ernest Haas e o Neofuncionalismo; 2) Andrew Moravcsik e o Intergovernamentalismo; 3) Peter Katzenstein e as Regiões Porosas e 4) A Agenda do Regionalismo de Amitav Acharya. Com isso, poderemos então entrar na discussão sobre a teoria Neofuncional e de como a mesma se insere na agenda de pesquisa dos estudos regionais e pretende compreender o regionalismo.

1) ERNEST HAAS E O NEOFUNCIONALISMO

Tendo surgido enquanto teoria no pós Segunda Guerra, o Neofuncionalismo de Haas é visto pela literatura da área enquanto uma das primeiras ondas teóricas para explicar esse novo fenômeno do regionalismo e seus desdobramentos. O Neofuncionalismo foi a primeira grande construção teórica que se preocupou em explicar esse direcionamento dos Estados para a construção de relações regionais mais profundas, elencando variáveis e hipóteses mais ricas e detalhadas do que sua base fundadora, o Funcionalismo de David Mitrany. Além disso,

conforme visto em Mariano (2013), Ernest Haas é considerado como fundador do campo de estudos sobre União Europeia, o que somado ao fato de ser a primeira grande teoria dos Estudos Regionais devido a sua amplitude e construção conceitual, coloca o Neofuncionalismo como de fundamental análise para qualquer tipo de estudo sobre regionalismo.

Com isso, aparecendo em 1958 no seu texto *The Uniting of Europe*, a teoria Neofuncional surge com um interessante objetivo para a disciplina de Relações Internacionais, que como observado por Rosamond (2005) fundamenta-se de modo a se inserir como uma teoria de integração a qual se colocaria como uma alternativa às dinâmicas teóricas dominantes nas RI à época, justamente o Realismo e o Liberalismo. Ao incentivar a construção de uma teoria em paralelo a esses discursos dominantes, Haas elabora uma interpretação que não se comprometia com o mesmo núcleo duro das premissas de ambos, abrindo a possibilidade de relacionar novos agentes, novas premissas e novas hipóteses de estudo para esse fenômeno do regionalismo.

Conforme analisado por Haas (1958), o Neofuncionalismo possui duas grandes bases para construir seu pensamento teórico: a primeira apoia-se na ideia de funcionalismo criada por David Mitrany, que levanta diversas hipóteses que seriam traduzidas para o pensamento Neofuncional, como por exemplo a importância das elites políticas, a ideia de se constituir enquanto teoria sistêmica e a doutrina da ramificação¹, que serviria como base para a construção do conceito mestre de *spillover*; já a segunda, Rosamond (2005) revela que se dá pelo recorrente debate entre realismo e idealismo, o que molda a concepção teórica Neofuncional para ir além desse debate e construir uma agenda de pesquisa com premissas e hipóteses mais condizentes com os estudos sobre regionalismo.

Levando em consideração as bases e de que modo cada uma influenciou Haas em sua visão teórica acerca dos estudos regionais, como podemos então caracterizar o Neofuncionalismo na qualidade de fundamento para a construção de um modelo para compreender os avanços regionais? Em termos ontológicos, Haas (1958) nos mostra que pretende analisar as relações entre os agentes promulgadores das políticas regionais utilizando a ideia de uma escolha racional *soft*, não comungando com a rigidez de um modelo teórico extremamente racional. Em sua percepção, essa radicalidade do pressuposto racional diminuiria o entendimento das relações entre os atores da política regional e suas motivações.

¹ “[...] essa é a noção central da doutrina da ramificação de Mitrany. A colaboração funcional num setor resultante de uma necessidade pode gerar necessidade de colaboração funcional em outros setores.” (PASQUARIELLO, 2013 pg 25).

Ademais, Haas (1958) caracteriza que a visão Neofuncional compreende o regionalismo como um processo e não como construções estáticas, abrindo a possibilidade para que o pluralismo enquanto característica desses processos também tenham papel fundamental em sua visão teórica. Por fim, outra característica fundamental que o Neofuncionalismo evidencia é a participação essencial das elites políticas. Tal como núcleo funcional que será responsável pelo processo de integração, e necessariamente uma das mais importantes variáveis de análise para Haas, o papel desempenhado pelas elites se dá como os reais promulgadores dos processos regionais, sendo essa a importância ímpar para o dinamismo de sua teoria.

Sendo essas as principais características da teoria Neofuncional para compreender o regionalismo, podemos dividir em três partes o desenvolvimento das premissas teóricas elaboradas por Haas: 1) Quais são os incentivos para a Integração? 2) Como se dá esse processo e sua ampliação? e 3) as possibilidades dessa teoria para o regionalismo asiático. Ao responder a primeira questão, é interessante iniciarmos pela visão de Hoffman (1963) nos mostrando que Haas de certa forma compartilha a ideia de que há uma necessidade intrínseca às elites políticas de satisfazer suas necessidades através da formulação de instituições. Ou seja, para a visão Neofuncional, o fato de as elites impulsionarem o processo de regionalização dos relacionamentos políticos está ligado a própria vontade desses nichos de se conectarem politicamente para além do Estado nacional, facilitando certos ganhos que não seriam possíveis caso fosse optado por um caminho o qual ignorasse essa possibilidade de integração entre as regiões.

Mariano (2013) enfatiza que essa visão para a formulação de um processo de regionalização, que é inerente as elites responsáveis, tem início, de acordo com o Neofuncionalismo, devido a quatro motivações as quais esses grupos responsáveis pelo processo são submetidos. A primeira dessas motivações, segundo a autora, está na circunstância de que ao se apoiar em políticas regionais, a segurança é mais bem trabalhada entre as unidades políticas, o que gera uma motivação para o regionalismo através de um desejo por promover a segurança. Já o segundo processo que influencia as elites em direção a um olhar mais cauteloso para a política regional é a possibilidade de utilizar esse adensamento político com a finalidade de promover processos cooperativos e de bem-estar. Esses processos promoveriam um aumento significativo do desenvolvimento de ambas as partes do relacionamento político. O terceiro processo consiste no interesse que essas elites políticas possuem de fortalecer a nação da qual fazem parte, vislumbrando no processo de integração uma possibilidade concreta de fortalecimento do seu Estado de origem através dos ganhos

com a cooperação entre os atores. Por fim, a quarta motivação segundo a autora é a vontade que essas elites, tendo em vista a possibilidade de tornar ainda mais fácil o processo cooperativo, possuem de unificar procedimentos técnicos, tornando mais acessível e prático o processo integrativo.

Quando essas quatro motivações – segurança, desenvolvimento, fortalecimento nacional e procedimentos técnicos uniformes – estão trabalhando em conjunto entre as elites responsáveis pelos processos integrativos, ocorre um impulso nas vontades dessas elites funcionais orientando à construção de um senso de comunidade. É partir dessa posse do senso de comunidade entre essas elites funcionais que levará ao início do processo de negociação e incentivo das comunidades políticas regionais, que como colocado por Haas é,

[...] a condition in which specific groups and individuals show more loyalty to their central political institutions than to any other political authority, in a specific period and in a definable geographic space. (HAAS, 1958. Pg 5)

Após essa discussão sobre os incentivos e observarmos a importância central das elites para que esse processo de regionalização tenha espaço na agenda política nacional através do senso de comunidade que é criado a partir desses incentivos, como então se constrói de fato esse processo e como o mesmo é ampliado para outros escopos? Para entender isso, é necessário respondermos a segunda pergunta do entendimento das premissas teóricas Neofuncionais. Como primeiro passo, Haas (1958) apresenta que essas mesmas elites as quais criaram esse senso de comunidade assumem o papel de incentivadores reais do processo de integração e não somente de promotor ideário desse movimento. Esses atores tomam para si a concepção de incentivador na prática, iniciando a regionalização a partir da criação e apoio à burocracias funcionais que irão gerir o regionalismo a partir de bases técnicas, como por exemplo uma integração na área postal. Em outras palavras, essas elites elencam uma burocracia técnica que será central para os novos avanços de integração, e segundo Rosamond (2005) terá papel fundamental juntamente com essa elite promotora dos processos de regionalização na criação de expectativas em direção a um suporte cada vez mais proeminente desse desenvolvimento integracionista.

Já em relação a como esse processo se expande a horizontes cada vez mais amplos, visando responder a segunda parte de nossa questão, é que talvez resida a ideia principal de toda teoria Neofuncionalista: o conceito de *spillover*. Como observado por Haas (1958) o conceito de *spillover* pode ser traduzido pelo fato de que essa primazia inicial proclamada pelas elites e suas burocracias funcionais sobre os aspectos dos processos de integração seria “esparramada” em direção a outros nichos e outras agendas integracionistas, fazendo com que

o processo de regionalização vá além das bases estritamente técnicas pelas quais fora criada e avance para áreas mais sensíveis como uma integração econômica por exemplo. Como observado por Rosamond (2005), o *spillover* é um processo que é autossustentado e automático, já que os próprios ganhos dos passos integracionistas justificariam o avanço para uma regionalização cada vez mais profunda e que não necessitaria ser repensado constantemente pelas elites e burocracias funcionais.

Como podemos perceber é novamente por meio da participação direta das elites elencando essas burocracias funcionais e o papel do *spillover* enquanto chave promotora dos avanços regionais que a segunda pergunta se torna satisfatoriamente respondida. Pela perspectiva Neofuncionalista, temos que todo esse processo de formação da ideia de integração até a sua consecução prática, além do avanço de suas perspectivas para agendas das questões técnicas pode ser traduzido como passos sem muitos bloqueios em direção a uma relação regional supranacional e uma efetiva amalgamação política entre essas elites iniciais promulgadoras do processo de integração.

De fato, o Neofuncionalismo é uma teoria interessante e que elenca importantes fatores para a análise do regionalismo, como por exemplo a mudança do foco primordial no Estado como ator principal para o papel dos agentes políticos domésticos, que nesse caso são as elites. Além disso, o desenvolvimento da ideia de *spillover* também se mostra bastante relevante para explicar os processos orientados para a expansão da integração, sendo também um importante avanço dessa perspectiva teórica. Porém, ao analisarmos as premissas de Haas tendo em vista nossa terceira pergunta, não podemos concordar que a mesma seja a melhor escolha para compreender a ASEAN, o regionalismo asiático e o seu papel como influenciador das políticas externas dos Estados, possuindo grandes dificuldades em formar explicações convincentes para esse fenômeno.

Como observado por Hoffman (1963), Haas elenca a democratização das sociedades políticas internas como um pré-requisito para que aquelas motivações que fomentariam o senso de comunidade entre as elites surja e consequentemente para que o *spillover* atue enquanto força motora dos processos integrativos. Ou seja, na visão de Haas (1958) é imprescindível para o futuro da regionalização que os processos se baseiem em termos nos quais a democracia impere enquanto visão política, já que sem a democracia a ideia de integração regional estaria fadada a nunca acontecer. Ao demonstrar prerrogativas tão limitadas para que o sucesso dos processos de integração ocorra, o Neofuncionalismo não consegue responder o fato de que a ASEAN é um regionalismo que avança sem a presença de prerrogativas democráticas em suas sociedades internas. Como veremos no próximo capítulo

com mais detalhes, o conjunto de Estados que compõe a ASEAN não respeita essa hipótese de que democracias são fundamentais para a construção de políticas regionais que avancem em direção a uma cada vez maior institucionalização, o que leva a agenda teórica do Neofuncionalismo a não explicar de modo direto esse fenômeno regional.

Um segundo fator que podemos discutir em relação a compreensão do regionalismo da ASEAN pelas teorias Neofuncionais é a ideia das bases técnicas para a integração. Apontado por Haas (1958) como base fundamental para os processos integracionistas, as relações técnicas entre os Estados seriam sempre um primeiro passo lógico no sentido de fomentar processos cooperativos mais amplos após essa relação técnica inicial. Contudo, quando observamos o início da integração do Sudeste Asiático não podemos observar a presença desses procedimentos de cooperação técnica, mas sim a construção de uma relação regional a qual possui mais uma ideologia de combate a expansão do comunismo na região do que a de avançar em processos cooperativos mais técnicos. Como veremos no próximo capítulo, tal ponto pode ser observado pelo fato de que a ASEAN, tendo surgido em 1967, só foi pensar processos cooperativos mais amplos nos anos 1990. Consequentemente, há um vácuo de praticamente 30 anos entre o início do processo de regionalização e cooperações mais profundas de fato, o que mina essa prerrogativa teórica do Neofuncionalismo de observar construções regionais diretamente ligadas a processos de cooperação técnica e sua constante expansão.

Um terceiro ponto no qual podemos observar essa dificuldade da teoria Neofuncional em explicar os processos de integração da Ásia, como apontado por Mariano (2013), é a questão do determinismo que a ênfase da regionalização toma para si ao ser analisada pelas lentes do *spillover*. Ao entendermos os processos de ampliação através do *spillover* temos que a integração regional se constitui como um trajeto que é formado por movimentos lineares e progressos contínuos até atingir o objetivo final que é a supranacionalidade. Porém, como também observaremos no próximo capítulo, a história do caminho regional do sudeste asiático não parece seguir essa lógica, já que seu processo é mais afeito a uma ideia de que avanços e retrocessos, em embate incessante, moldam mais as perspectivas para o regionalismo do que um progresso contínuo.

Assim, mesmo sendo uma teoria que avança nos estudos regionais, dando relevância para o papel das elites políticas por exemplo, o Neofuncionalismo como podemos observar não fornece um entendimento completo do regionalismo asiático que pretendemos construir nesse trabalho. Além desses três fatores que discutimos brevemente, a teoria de Haas também não fornece as bases para relacionar a perspectiva regional com a política externa dos Estados,

ponto esse que pretendemos realizar nesse estudo ao observar a comparação da ASEAN em relação a inserção internacional chinesa. Desse modo, é necessário observarmos outras perspectivas teóricas as quais podem fornecer bases diferentes para compreender o problema de estudo proposto e também avançar no pensamento teórico desse “novo” papel das regiões para compreender questões de política externa.

2) ANDREW MORAVCSIK E O INTERGOVERNAMENTALISMO

Como observado por Mariano (2013), a abordagem teórica proposta por Moravcsik para explicar os fenômenos de regionalismo nos anos 1990 não pode ser bem considerada como uma teoria das Relações Internacionais aos moldes do Neofuncionalismo. De acordo com a autora, o Intergovernamentalismo apresentado no texto *The Choice for Europe: Social Purpose & State Power from Messina to Maastricht* de Andrew Moravcsik consiste em uma série de modelos teóricos que foram unidos para serem explicações para casos de integração e não a construção de um modelo teórico novo como foi a tentativa da Haas com o Neofuncionalismo. Possuindo um foco profundo na integração europeia, os ganhos econômicos intrínsecos a esse processo e aposta na junção de diversas teorias para explicar a problemática do regionalismo é que o Intergovernamentalismo se propõe.

Então quais então são as principais características dessa abordagem para compreender os processos integrativos entre as regiões? Moravcsik (1998) propõe quatro principais características para sua abordagem: a primeira consiste em aceitar a premissa da racionalidade dos atores, porém não de uma maneira absoluta como uma explicação universal, mas sim trazendo para sua abordagem acerca da integração a ideia de uma racionalidade fraca, supondo que os atores são racionais em certos sentidos, todavia não em sua totalidade.² A segunda característica do Intergovernamentalismo pode ser observada como a questão de satisfazer, enquanto explicação para esses fenômenos regionais, a utilização de um foco o mais generalizável possível, abrindo espaços para a utilização de diversas perspectivas teóricas (*middle range theories*) o que em sua visão possibilitaria uma melhor explicação desses fenômenos.

Uma terceira característica da abordagem proposta por Moravcsik (1998), fundamenta-se na ideia de desagregar o processo explicativo, o que facilitaria o processo de análise das problemáticas regionais. Em outras palavras, Moravicsik tenta elaborar com esse processo

² As escolhas dos atores não são em absoluto racionais. Então, ao escolher essa característica para sua abordagem, Moravcsik (1998) assume que em algumas situações dos processos de integração há espaço para escolhas irracionais, o que torna sua teoria aberta para novas possibilidades de análise e hipóteses para a explicação dos fenômenos de integração.

uma abordagem teórica a qual se subdividirá em partes menores com o intuito de aumentar a quantidade de variáveis analisadas, o que consequentemente melhoraria a qualidade de suas explicações dos fenômenos regionais, levando a uma compreensão mais completa dos avanços das relações regionais. Ao apostar nessa desagregação para explicar os processos integrativos, o autor preza novamente por uma utilização não comprometida das teorias de Relações Internacionais utilizando várias teorias para explicar as partes desagregadas por si mesmas, não possuindo um vínculo primordial com uma abordagem específica. Uma aposta por essa utilização é explicada pelo autor, como vimos na segunda característica, de modo que seja a única maneira de se compreender a complexidade das relações regionais. Já a quarta característica dessa abordagem se expressa pela relevância que a política interna, nesse caso representada pelos líderes políticos, toma para si como construtora dos comportamentos externos dos Estados. Nessa parte podemos observar o Intergovernamentalismo como uma teoria a qual concede uma prevalência importante para as dinâmicas políticas internas dos Estados e suas pressões para compreender as escolhas internacionais, colocando então os níveis internos e externos como dois polos separados mas com dinâmicas constantes entre si.³

Nesse sentido, tendo em mente as características que serão implementadas para o modelo Intergovernamentalista, como então é construída as análises sobre as problemáticas regionais? Moravcsik (1998) abordará sua análise para a integração regional debatendo essa problemática através de uma estrutura de explicação tripartite. A primeira parte de sua estrutura explicativa que condiz com a compreensão das formações das preferências nacionais, buscando compreender as bases de surgimentos das preferências e também todo o jogo político que se constituiu para que se formasse tais ideais referentes a integração. Já a segunda parte nos mostra como se dá o processo de barganha entre os Estados, avançando para a compreensão do processo de relacionamento político entre as entidades políticas tendo em vista a aceitação de políticas regionais em comum, cuja finalidade fundamenta-se em garantir bases para o avanço de políticas integracionistas. Por fim, a terceira subdivisão se baseia na discussão acerca da decisão institucional após o processo de barganha, buscando compreender quais são os possíveis resultados desse processo de aproximação regional e seus desdobramentos em relação aos iminentes ganhos para os participantes.

Para Moravcsik (1998) essa decisão pela compreensão dos avanços regionais através dessa estrutura explicativa tripartite sequencialmente lógica é a ideal pois conquista avanços

³ Dinâmica bastante semelhante aos jogos de dois níveis de Robert Putnam. Para um melhor entendimento consultar: PUTNAM, Robert (1988). Diplomacy and Domestic Politics: the logic of two-level games. *International Organization*, v.42, n.3

significativos para a área dos estudos regionais e também evita falácias teóricas que o mesmo julgava um dos grandes defeitos explicativos de outras abordagens. Moravcsik também enfatiza, ao nos mostrar essa visão tripartite, o objetivo de tentar evitar as explicações que tratam as preferências dos Estados como fixas e estáticas já que as mesmas ao se formarem são parte de uma disputa política interna. Para o autor somente após essas disputas, quando o resultado vai para o nível II para usar a terminologia de Putnam (1988) é que há uma única voz defendendo uma política. Para Moravcsik (1998) as preferências são constituídas por disputas e não por uma ideia fechada de interesse nacional ou de interesse das elites funcionais que coordenam por si mesmas os processos de integração.

Com isso temos que surge uma pergunta: será que o Intergovernamentalismo elenca hipóteses interessantes para os Estudos do regionalismo asiático? Como observado em Moravcsik (1998) o Intergovernamentalismo possui um foco bastante estrito nas experiências e dinâmicas do processo europeu de integração, elencando hipóteses para o avanço regional muito pautadas nas importâncias relativas a formação específica da integração na Europa como por exemplo a integração voltada para o beneficiamento comercial e econômico, fato esse que não era a única ordem do dia em relação a criação da ASEAN em 1967.

Um segundo ponto de críticas, observado por Mariano (2013) é a falta de apresentação das dinâmicas de construção das preferências para além da ideia de que são formadas internamente. Em outras palavras, falta para o Intergovernamentalismo deixar mais claro como internamente essas preferências são formadas. Por fim, um terceiro ponto o qual podemos discutir sobre a relação do Intergovernamentalismo com o regionalismo da ASEAN consiste que na visão da abordagem do primeiro, a cooperação surge tendo em vista o objetivo de garantir o bem-estar social interno das sociedades políticas. Contudo, ao observar as premissas de criação da ASEAN, que serão discutidas mais profundamente no capítulo 2, temos que a ideia de um bem-estar social atrelado a sociedade política não se constituía como um objetivo do processo de regionalização, tornando essa prerrogativa do Intergovernamentalismo secundária para o regionalismo asiático.

Em suma, mesmo observando uma abordagem que não possui divergências tão profundas com relação a ASEAN enquanto representante do regionalismo asiático como possui a teoria Neofuncional, o Intergovernamentalismo ainda fornece bases de compreensão do problema pouco favoráveis a um entendimento pleno dessa região enquanto modelo de regionalismo. Assim, é necessário avançarmos para perspectivas teóricas as quais analisam a região levando em consideração a história regional e os modelos políticos inerentes à região.

3) PETER KATZENSTEIN E AS “REGIÕES POROSAS”

Ao analisarmos até aqui as principais perspectivas que levam em consideração o regional enquanto principal componente de análise para compreender as dinâmicas de relações internacionais podemos observar que todas elas ainda possuíam resquícios sistêmicos. Se analisados mais profundamente, davam a compreender que as ações regionais ainda estavam fortemente ligadas pelas capacidades materiais e as dinâmicas mais voltadas para as concepções de centralidade do papel do Estado e também do seu poder. Porém, Katzenstein ao tentar argumentar em seus estudos que pretende aprofundar o nível de análise regional com uma proeminência central para o entendimento das Relações Internacionais, coloca sua perspectiva de análise como a principal corrente de diálogo com as percepções de Acharya. Nesse sentido, é devido a essa relação que temos que compreender os processos de utilização do regional pretendido por Katzenstein e inseri-lo no diálogo principalmente sobre qual a real importância do regional para o funcionamento da política internacional.

Ao enfatizar em sua concepção que “geography is not destiny” (HEMMER & KATZENSTEIN, 2002. Pg 578), os autores tentarão demonstrar que essa proeminência pelo regional se dá através de uma compreensão de que esse *locus* de relacionamento político não deve ser observado somente como um objeto em que a sua materialidade deve ser o centro da questão. Ao deixar claro que possuem essa visão em relação ao regional, Hemmer e Katzenstein (2002) pretendem construir um modelo, como outros observados até aqui, que prioriza a ideia de ecletismo teórico para ir além das concepções tradicionalistas e universalmente aceitas que as teorias de base puramente sistêmica fornecem para o estudioso da política internacional. Nesse ponto, os autores estão interessados em avançar em concepções que utilizam o regional enquanto lente de análise.

Com esse viés menos tradicionalista em mente, Katzenstein (2005) possui em sua execução teórica um compromisso em demonstrar que o mundo é de fato dividido em regiões, o que fortalece o argumento da importância desse nível de análise para as Relações Internacionais. Embora tenha essa importância, para o autor essas regiões não existem afastadas ou por si só no sistema internacional, mas sim entende que as mesmas estão embebidas no império⁴ Norte Americano, o que dá importância central para a Superpotência. Para explicar a relação entre essa importância, as dinâmicas regionais e o papel fundamental

⁴ Katzenstein (2005) utiliza o termo império no sentido analítico, ao dar a entender um Estado o qual possui um forte compromisso com elementos de territorialidade e não territorialidade.

do império dos Estados Unidos enquanto fomentador dessa regionalização, Katzenstein (2005) divide seu argumento de modo a demonstrar em quatro movimentos os seus principais compromissos teóricos.

Em primeiro em seu ponto de vista, um dos fatores que levam ao regional a sua importância fundamental, principalmente no pós-Guerra Fria, se deve pelo fato da mistura de elementos ainda muito ligados a territorialidade, como por exemplo políticas ambientais fomentadas pelo Estado, mas também de elementos que não possuem nenhum vínculo com a formalidade do território, como por exemplo redes de ONGs transnacionais que fazem *lobby* por determinadas políticas ambientais. Além disso, para que essa relação seja relevante, os Estados Unidos precisam possuir um papel ativo nas influências regionais de modo a fomentar ou não um efeito nessa relação entre territorialidade/não territorialidade. Consequentemente, Katzenstein (2005) nos mostra que o nível regional é primordial para a confluência dessa relação e também para entender o resultado entre essa dicotomia e sua relação com Washington, já que os Estados Unidos são o ator fundamental para que existam essas ações regionais.

Pensando na segunda proposição de seu argumento, Katzenstein (2005) define que os processos de formação das perspectivas regionais são o principal motivo para as diferentes percepções e modelos políticos das regiões. Assim, o autor nos mostra que as regiões podem ser diferentes, estruturalmente falando entre si justamente pelo fato de que as formas institucionais as quais são as bases para o modelo de construção regional são diferentes e também que a essência desse regional pode variar de acordo com as identidades dos atores e da estrutura interna pela qual esses atores estão acomodados. Com isso, é somente através dessa primazia por uma abordagem regional que pode se compreender essas diferenças de identidades e de influência das estruturas internas para a formulação regional, o que nos mostra uma explicação para o motivo das regiões possuírem diferentes modelos institucionais e também nos mostra o porquê desse nível de análise possuir importância tão significativa, já que fornece uma explicação mais completa da relação entre as dinâmicas domésticas e as dinâmicas sistêmicas.

O terceiro ponto de seu argumento e talvez o mais significativo para a compreensão de sua teoria, Katzenstein (2005) aborda a relação entre a globalização e a internacionalização. Segundo o autor, essa relação é fundamental para o regional pois é através dessa relação que se torna possível o surgimento da concepção de porosidade das regiões. Essa dependência de ambas as esferas entre si é o argumento central do autor para que se utilize a concepção de porosidade, que como veremos mais para frente consiste no objetivo central para a análise

pretendida por Katzenstein. Por fim, uma última característica dessa argumentação, Katzenstein (2005) nos mostra que tal concepção de porosidade das regiões é diretamente aprimorada pelas relações verticais entre as “regiões porosas”, seus Estados Núcleos⁵ e o Império Norte Americano. Dessa maneira, o autor ainda nos mostra a importância que os Estados Unidos possuem em seu pensamento para compreender o regional, completando as principais características que pretende unir ao pensar e entender as regiões no atual momento das Relações Internacionais.

Com essas premissas em mente como base para o modelo conceitual a ser construído pelo autor, Katzenstein (2005) nos mostra um interessante ponto para começar a transformar esses quatro aspectos de sua argumentação em um sistema teórico coeso para a utilização: problematizar o conceito de região. Ao problematizar esse conceito, fato que como observarmos até aqui não possuía uma grande preocupação na agenda de estudos regionais, traz o papel essencial para o ecletismo teórico e seu posicionamento de construção teórica, conforme já visto em Hemmer e Katzenstein (2002) como ponto fundamental de seu entendimento regional. Segundo Katzenstein (2005) existem três entendimentos possíveis para o conceito de região: 1) o materialista, que traduzido da geopolítica clássica, concebe as regiões enquanto formações as quais são geograficamente lastreadas e que só pode ser entendida através das relações entre as qualidades materiais dos atores que participam enquanto atores das ações regionais; 2) o ideacional, que é traduzido da tradição construtivista para as Relações Internacionais, que enfatiza a região enquanto processos políticos e socialmente construídos pelos atores, ou seja, não é determinado de modo *top down* pelas premissas geográficas e também materiais, deixando em aberto uma concepção de fluidez para as fronteiras regionais e 3) o comportamental, mais voltado para uma tradição que leva em consideração processos cognitivos, que consiste em observar como as regiões são moldadas e remoldadas pelas práticas políticas que os atores propõem para essa relação regional. Nessa visão, as regiões são concebidas enquanto estruturas materiais que tem efeitos dinâmicos nos comportamentos dos atores e que expressam uma possibilidade de mudanças de práticas.

Ao entender o conceito de região como uma espécie de mix entre essas três concepções, Katzenstein (2005) demonstra que essa relação dos três fornece os *insights* fundamentais para

⁵ Conforme visto em Katzenstein (2005) os Estados Núcleo são aqueles que possuem quase uma ligação de clientela com o Império Norte Americano, sendo os poderes regionais centrais para as atividades regionais.

avancar em sua concepção de teoria regional. Essa mistura entre essas três perspectivas é importante pois

[...] materialist, ideational, and behavioral theories of geography all contain helpful partial insights. I integrate them here in a perspective that stresses the importance of the distinctive institutional forms of different regional orders, which both shape and are reshaped by political practice. (KATZENSTEIN, 2005 pg. 12)

Ao então enfatizar uma perspectiva pela qual entende as regiões como uma junção de cada uma dessas tradições para entender mais profundamente as diferentes formas de cada regionalismo, Katzenstein (2005) avança para o argumento de que essas regiões que compreendem esses diversos processos podem ser chamadas como “regiões porosas”. Esse conceito de porosidade das regiões, que conforme especificado por Katzenstein (2005) é crucial para as dinâmicas do regionalismo contemporâneo, consiste em regiões as quais possuem diferenças institucionais entre si, mas também diferem pelo fato de possuir ou não um Estado Núcleo que suporta o poder do império dos Estados Unidos, atuando como um *hub* entre as regiões e as políticas do império. Essas regiões, que podem ser denominadas de porosas, não necessariamente são obrigadas a existir e as quais existem enquanto essa concepção de “porosidade”, podem ser consideradas dessa maneira devido a ação de dois meios que juntamente atuam de modo a incentivar essa transformação: a globalização e a internacionalização.

Sendo dois processos cruciais para a caracterização do regionalismo de Katzenstein, a globalização e a internacionalização são arranjos que operam por igual no sentido de fomentar essa condição de regionalismo poroso, ou seja, possuem um fator de horizontalidade entre as suas premissas e influências para as dimensões regionais. Para Katzenstein (2005) o conceito de globalização enquanto base para essa dimensão de porosidade para as regiões consiste em “... a process that transcends space and compress time” (KATZENSTEIN, 2005 pg. 13) e que cujo efeito sobre essa transformação da região se dá pelo fato de se constituir enquanto um processo transformativo das dinâmicas internacionais por outros atores diferentes dos Estados. Tais novos atores, como por exemplo multinacionais, inserem novas perspectivas que necessitam tanto de um apelo local quanto de um apelo transnacional/internacional, levando ao regional essa necessidade de garantir uma porosidade de modo a deixar tais relações mais bem azeitadas entre esses atores.

Por outro lado, a internacionalização que é compreendida pelo autor como “... a process that refers to territorially bases exchanges across borders” (KATZENSTEIN, 2005 pg. 13) equivale a um processo de continuidade da proeminência dos atores antigos, como os Estados por exemplo, em relação as ações políticas internacionais. Embora ainda haja essa

proeminência, Katzenstein (2005) argumenta que de certa maneira os processos políticos mais atuais necessitam de uma maior interação desses atores, o que aprofunda a qualidade e as relações desses protagonistas que necessitam cada vez mais de consentimento entre si, levando a um novo patamar de importância essa relação regional e consequentemente abrindo uma necessidade de uma porosidade dessa região para que essas relações se naturalizem.

É através dessa necessidade de transformação que é colocada pelas dinâmicas da globalização, esse continuísmo que a internacionalização dos processos por esses atores antigos leva para as relações internacionais, mais a proeminência dos Estados Núcleo enquanto portas de conexão vertical entre as regiões e a presença marcante e constante do império Norte Americano enquanto responsável pelo aval do surgimento dessas relações regionais é que ocorre a criação de uma “Região Porosa” e o conjunto dessas regiões da origem ao que Katzenstein denomina de “A World of Regions”. Para tornar mais claro, podemos observar que as regiões,

[...] are made porous by both global and international processes and also by a variety of vertical relations linking them to other political units. A world of regions is therefore not simply a territorially bounded system of geoeconomic blocs that extends national mercantilism onto a supranational plain. Nor is it a system that unbundles territorial sovereignty in an era of postnational. Porous regions offer both buffers against unwelcome constraints and platforms for exploiting new opportunities. (KATZENSTEIN, 2005. Pg. 22)

Com isso temos que a concepção de regionalismo proposta por Katzenstein (2005) vai de encontro a uma condição em que as mesmas são criadas politicamente, são modificadas pelas diferentes identidades coletivas em relação ao Estado Núcleo e dominadas pelas capacidades materiais dos Estados Unidos. Os Estados Unidos optam por esse modelo de política regional ou “American-centered regionalism” (KATZENSTEIN, 2005 pg. 43) para utilizar o entendimento do autor, justamente porque a utilização da Alemanha na Europa e do Japão na Ásia enquanto Estado Núcleo de suas respectivas regiões porosas é fundamental para que os elementos de dominação da superpotência sejam disseminados por entre as regiões, o que garante sua hegemonia global. Nesse sentido, o regionalismo não existe *per se* ou pelas próprias vontades dos atores, mas sim como um “dividir para conquistar” travestido de uma dominação branda regional em que esses Estados Clientes (Alemanha e Japão que são utilizados como exemplo por Katzenstein) atuam como mantenedores da hegemonia norte americana que se torna possível por meio dessas porosidades regionais e suas dinâmicas inerentes da globalização e da internacionalização.

Após entender a essência do regionalismo proposto por Katzenstein, de que modo especificamente o autor avança para a compreensão dessas dinâmicas no *locus* asiático?

Conforme observado por Hemmer e Katzenstein (2002) o regionalismo na Ásia é diferente dos demais locais justamente pelo fato de que os Estados Unidos, enquanto Império global, construiu uma relação entre suas memórias coletivas e suas percepções/ideias de uma maneira diferente daquela que moldaram com a região europeia. Essa maneira diferente de compreender e se inserir na região, segundo os autores, levam a um abandono dos processos focalizados no multilateralismo e uma aposta em processos os quais enfatizam um relacionamento bilateral com a região. Essa aposta, conforme Katzenstein (2005) aborda, se dá porque na memória coletiva norte americana a Ásia era entendida como um lugar o qual não possuía o mesmo patamar de avanço da Europa, sendo considerada uma região inferior e consequentemente, devido a essa inferioridade, não poderia ser agraciada com políticas multilaterais. Ao então designar ao Japão o papel de Estado Núcleo da região, justamente por ter se tornado um Estado Cliente com a derrota na Segunda Guerra Mundial, é que os Estados Unidos constroem a região porosa da Ásia. Dessa maneira, é enquanto uma região incrustada de relações bilaterais, liderança japonesa e papel central dos Estados Unidos que a Ásia é compreendida por Katzenstein e colocada à discussão enquanto região porosa.

Embora tenha avançado em diversas perspectivas, como por exemplo, uma maneira de ligar os processos regionais e o sistêmico, de explicar o papel das grandes potências e da superpotência em relação ao regional, de conseguir explicar o porquê existem regionalismos diferentes e por fim demonstrar a importância política e analítica do nível de análise regional, o conceito de “a world of regions” da maneira pretendida por Katzenstein não se encaixa ao que pretendemos construir nesse trabalho. Isso é devido a alguns pontos e algumas críticas das premissas que o autor se baseia para construir sua visão de regionalismo, o que não fornece uma interessante base para pensarmos o Regional de modo mais analítico e como um possível padrão para analisarmos política externa de atores estatais.

A primeira crítica contundente é que Katzenstein (2005) enfatiza que as regiões não podem reclamar um papel de ator principal em uma relação com um Estado, já que o regional não possui força o suficiente para construir políticas que levem a engajar decisões de política externa. Para o autor isso acontece já que um ator de menor grau de importância de fato não poderia influenciar de modo mais profundo essa construção. Além disso, no que pretendemos enquanto percepção teórica nesse trabalho é entender a região enquanto construção das percepções dos líderes locais e assumindo o papel chave para a análise, e não como uma variável que é passiva em sua relação ou com as capacidades materiais, com os Estados ou com as dinâmicas que concernem os Estados Unidos.

Outra crítica inegável a concepção teórica de Katzenstein que é muito bem demonstrada por Acharya (2007) é que o papel do poder ainda é muito relevante em sua análise. Ao examinarmos o que pretende enquanto teoria, podemos interpretar que as capacidades materiais dos Estados Unidos são tão superiores ao de outros Estados que praticamente são somente os desígnios da superpotência que parecem ser relevantes para o aumento do escopo regional. Em outras palavras, Acharya (2007) demonstra que nessa visão de “world of regions” o único poder realmente relevante para essas relações regionais é o poder dos EUA. Ao enfatizar tanto essa relação, Katzenstein renega a possibilidade de o regional, enquanto papel de ator concomitante aos Estados Unidos nessas relações regionais, influenciar também a maneira pela qual as relações regionais serão construídas, o que na verdade enfraquece o argumento da primazia do regional e transfere toda essa responsabilidade para os Estados Unidos e seu poder.

Ademais, Acharya (2007) também observa que há pouca horizontalidade entre esses espaços regionais porosos. Como podemos observar, Katzenstein enfatiza que as regiões porosas não são iguais entre si, sendo na verdade relações políticas hierarquicamente institucionalizadas pelos Estados Unidos. Com um espaço regional sendo mais relevante que o outro essa concepção, na verdade, leva o argumento mais uma vez a primazia da escolha aos Estados Unidos, respondendo com uma percepção “americanocêntrica” sobre o fato de que as regiões são desiguais em termos de capacidades materiais e não materiais e de sua relevância política. Essa visão centrada dos Estados Unidos como fomentador das políticas regionais, principalmente ao observarmos a percepção do autor para o regionalismo asiático que é o nosso objeto de análise, deixa de lado fatores muito mais centrais para o entendimento das dinâmicas regionais asiáticas.

Concordando com o Acharya (2007), essa percepção enfatiza muito o papel do Japão enquanto Estado Núcleo, o que pode ser muito problematizado devido ao receio dos atores da região com os problemas ainda não resolvidos da Segunda Guerra Mundial, o que gera um medo coletivo de que essa presença muito forte do Japão se torne um novo *momentum* de imperialismo japonês travestido em uma versão mais branda da Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental⁶. Além disso, Acharya (2007) também argumenta que Katzenstein

⁶ A Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental foi um conceito criado e pelo governo e militares do Império do Japão e que representava o desejo de criar um bloco de nações asiáticas lideradas pelos japoneses e livres das potências ocidentais. Este acabou sendo apenas um dos vários *slogans* e conceitos usados na justificativa da agressão japonesa no Sudeste Asiático, da década de 1930 até 1945, e a expressão “Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental” é lembrado hoje principalmente como uma fachada para o controle exercido pelo império sobre os países ocupados durante a Segunda Guerra Mundial.

investiu pouco tempo e atenção na ASEAN, o que de fato é um problema pois na Ásia a ASEAN é o principal ator regional. Para Acharya (2007) era necessário um maior aprofundamento do papel que esse ator possui na dinâmica de regiões porosas e em como esse ator pode atuar em sua relação com o Estado Núcleo e com o Império dos Estados Unidos. Essa fraca análise dessa relação entre os atores pertencentes a região e a própria região em si torna o sistema de entendimento das regiões de Katzenstein desfavorável enquanto *insight* para o sistema que tentaremos construir nesse capítulo, que leva como base o papel fundamental que essa relação entre o regional e os atores embebidos nessa região possuem para as Relações Internacionais.

Por esses motivos que a teoria de Katzenstein, mesmo avançando em termos teóricos para a área regional, ao utilizar principalmente interessantes bases construtivistas para essa compreensão do que é região, não conseguiu com essas bases aqui analisadas realmente dar ao nível regional a proeminência pretendida no começo do seu argumento. Desse modo, de fato a percepção teórica do regionalismo conforme visto por Acharya é a escolha que melhor pode nos satisfazer em relação ao objetivo desse trabalho, e que abordaremos na seção seguinte de modo mais aprofundado.

4) A AGENDA DO REGIONALISMO DE AMITAV ACHARYA

Após termos lançado ao debate algumas das principais perspectivas de análise que levam em consideração o regional, mostrando seus principais pontos e problematizando as mesmas em relação ao objetivo proposto nesse trabalho e também em sua capacidade de observação e entendimento da região do Sudeste Asiático, o que podemos concluir como veredito dessas percepções é que as mesmas não ajudam muito a formular respostas aos problemas de pesquisa propostos. Embora seja indiscutível o mérito e a importância dessas teorias aqui apresentadas para o corpo teórico dos estudos regionais, temos que provavelmente seja suficiente apostarmos que a agenda proposta de Regionalismo por Acharya consista na perspectiva teórica que mais avance em relação às respostas para as perguntas que construímos para esse trabalho.

Para demonstrar o porquê da escolha pela base teórica ser a Agenda do Regionalismo proposta por Acharya e porque ela é a que melhor responde aos desígnios propostos nesse trabalho, faremos uma análise minuciosa de suas ideias que subdividiremos em três partes: em primeiro lugar, mostraremos as bases teóricas propostas por Acharya e debateremos seus compromissos teóricos tanto em relação as suas tradições quanto em relação aos objetivos pretendidos ao construir sua visão para o regional. Após isso, faremos um debate sobre o

conceito de região para Acharya, de modo a problematizarmos o nível de análise aqui proposto e com o objetivo de tornar claro o conceito que vamos utilizar enquanto método de avaliação de política externa. Em terceiro lugar, iremos caracterizar o processo de localização de normas, que consiste em um dos conceitos fundamentais da base analítica de Acharya para compreender de que modo às dinâmicas internacionais impactam e influenciam os processos de construção de ideais regionais para o seu surgimento.

Consequentemente, com essa clareza que teremos a partir dessa sistematização das ideias de Acharya e as utilizando enquanto base é que podemos realmente tentar entender como o regional impacta nas decisões de política externa dos Estados, nesse caso as decisões de política externa da China, e também utilizar essa concepção para observar e entender o ator regional que escolhemos nesse trabalho, a ASEAN, que será analisado mais especificamente no próximo capítulo

4.1) AS BASES TEÓRICAS DA AGENDA REGIONAL DE ACHARYA

Com uma concepção diferente das escolas de pensamento que analisamos anteriormente, Acharya pretende avançar, com base no construtivismo, para uma perspectiva em que o regional possua a proeminência necessária para se inserir enquanto ator de importância comparada aos Estados ou aos atores subnacionais. Nesse sentido Acharya, concordando com Wendt (1992) e seu aprofundamento teórico em Wendt (1999), invoca o argumento de que somente seria crível uma construção de um entendimento teórico regional com essas premissas caso houvesse uma construção lastreada em teorias sociais.

Ao observar esses fatos, podemos traduzir que sua base teórica possui um foco acentuado em compreender por meio de teorias sociais o impacto das construções de identidades para a formação regional do Sudeste Asiático. Com essas perspectivas mais básicas acerca dos objetivos, da visão de mundo que Acharya possui em relação ao seu entendimento regional e também do compromisso de inserir a região da Ásia na qualidade de objeto central dessa sistematização do estudo regional, podemos então nos aprofundar em seus argumentos de modo que essa interpretação teórica fique mais clara e melhor compreendida.

Conforme observado por Acharya (2007), sua agenda regional e essa organização do campo de estudos regionais em direção a essa “nova perspectiva” insere como uma contribuição para a disciplina um corpo metodológico sobre como as ideias e as normas são aceitas compreendendo o direcionamento do internacional para o nacional. Ao observar o papel das normas, Acharya insere a perspectiva metodológica da localização, que em sua

concepção possui uma relevância fundamental para as dinâmicas regionais e também será fundamental para esse trabalho justamente por se colocar enquanto visão ideal para compreendermos de que maneira o regional atua em relação à política externa, mas que será analisada de modo mais detalhado em uma próxima seção. Por outro lado, ao focar no papel das ideias, Acharya (2010a) tentar evidenciar a conduta que essa tradição possui tanto para a criação das dinâmicas regionais como também para a sua expansão e funcionamento, trabalhando com essa percepção no mesmo nível de importância que o sistema normativo possui para esse funcionamento regional. Nesse sentido, Acharya (2010a) insere em sua perspectiva acerca da concepção das ideias que as regiões não se baseiam em uma percepção global ou única, mas sim que não existe uma concepção de singularidade enquanto tratativa para as regiões e que também existe um papel fundamental da própria localidade para que se construam essas percepções regionais.

Com isso, temos que ao observar a região da Ásia, Acharya (2012b) enfatiza de uma maneira bastante profunda a importância dos processos históricos de formação regional para a construção da ideia de região e também a questão do importante papel de agência que os atores e a própria região possuem para essa construção social. Dessa maneira, o autor enfatiza que as regiões não são simples imposições de Grandes Potências ou de certa maneira um arranjo regional de modo a perpetuar uma hegemonia aos moldes da visão regional de Katzenstein. Para Acharya (2012a) o conceito de região é sempre construído de dentro pra fora, de uma maneira pela qual a localidade possui um papel fundamental como força motivadora para a implementação de dinâmicas regionais, além das próprias identidades coletivas intrínsecas aos atores regionais que fomentam esse aprofundamento regional. Ao colocar sob essa perspectiva, o autor ilustra que a Ásia não é uma simples criação do ocidente de modo a perpetuar o seu domínio ou uma construção exclusivamente moldada por atores que não fazem parte desse *locus*, mas sim que a região consiste em um aglomerado de identidades, ideias e normas que em conjunto levam a essa construção de um ambiente regional.

Nesse ponto, o conceito de identidade regional toma para si um papel muito importante para compreendermos esse avanço teórico para o regional proposto por Acharya. Conforme observado por Acharya (2012b) o entendimento dessas dinâmicas regionais lastreadas por essa conceitualização da identidade dos atores em relação ao seu papel social pertencente a essa região e ao papel de influenciador da região em relação a esses atores é fundamental, já que é somente através desse tipo de construção teórica que se torna possível observar o impacto que esses atores possuem em relação a sua vontade para com o regional e também se

torna possível observar os impactos que os processos regionais, após terem sido formados, exercem em relação à influência para a evolução ou retração desse regionalismo. Nesse caso, essa visão fortalece o argumento da base teórica de que o regional não possui nenhuma relação direta somente com as prerrogativas ligadas as dinâmicas materiais das grandes potências e também sob o aspecto de assumir o papel de ator em determinados casos, visto que a sua relação está intimamente ligada a uma ideia de que tais prerrogativas são socialmente construídas e baseadas nas ideias e vontades dos próprios participantes regionais e da própria região em si. Isso nos demonstra que ao concordarmos com a visão teórica de Acharya observamos que quando tratamos das premissas regionais, não podemos deixar em mente uma concepção determinista e geográfica ou em que os processos políticos ligados as grandes potências sejam fundamentais para essa criação, já que para o autor não existe nenhuma região que seja pré-ordenada por nenhuma razão.

Além disso, a identidade regional conforme observado em Acharya (2012b) é importante pois além de ser a lente para compreendermos os processos de interação entre os atores e as regiões, conforme observamos anteriormente, também se coloca como a lente de análise para olharmos o processo de criação do regional. Traduzindo essa visão com uma perspectiva de comunidade imaginada pelos atores, Acharya (2012b) nos mostra que a identidade coletiva regional deve estar na imaginação das bases políticas que incentivarão a criação dos processos regionais, já que irão propor essa intervenção em direção a construção de um processo regional. Em outras palavras, a identidade regional voltada para a construção dessas dinâmicas é fundamental em razão de entendermos o porquê ocorre esse surgimento de uma visão regional, sendo o processo de base imaginativo dessa perspectiva essencial para que de fato ocorra esse surgimento. A região precisa fazer parte do horizonte político dos atores que fomentarão esse direcionamento, sendo nesse sentido essa relevância para o processo de se imaginar as regiões para esses atores.

Para Acharya e Buzan (2010) essa concepção e importância das identidades regionais precisam ser enfatizadas de uma maneira pela qual possamos observar esses processos dentro da própria região, e não enquanto um processo que pode ser compreendido por motivações teóricas globalistas que elencam as dinâmicas sistêmicas como superiores as dinâmicas regionais/locais. É a partir dessa observação de dentro da região que podemos de fato entender o papel da interação entre os atores ou em outras palavras do constante processo de modificação mútua que ocorre entre a região e os destaques regionais voltados para o fomento de ideias regionais e também a atuação dos processos de socialização, ou de outra maneira dessas identidades regionais construídas a partir dessa troca mutua de experiência entre ambos

os lados do regionalismo. Para Acharya (2012b) essa relação é fundamental para a sistematização teórica da agenda do regionalismo, pois é a maneira principal de se constituir um entendimento tanto dos processos de formação das identidades enquanto comunidade imaginada pelos atores propensos ao fomento do regional como também das influências dos processos, que criados por essas identidades regionais, predominam no seio das discussões para o avanço da ideia de região.

Com essas bases do construtivismo que podemos observar até aqui e essa importância fundamental da relação entre a interação e a socialização dos resultados provenientes dessa interação para as percepções e as ideias, Acharya (2014b) demonstra então sete pontos cruciais que essa base teórica construtivista leva para sua sistematização, de modo a traduzir em hipóteses toda sua percepção teórica. O primeiro e segundo ponto consiste no papel do poder, que consequentemente é visto pelo autor como um fator que importa para a construção de identidades regionais no sentido de se fomentar a construção de identidades que resistam a essas dinâmicas e também que em sua percepção a distribuição de poder no Sistema Internacional não é uma condição suficiente para se compreender como se dão a estabilidade e a ordem no nível regional, sendo por esse motivo necessário a introdução dos fatores mais cognitivos como as percepções e ideias dos atores regionais para compreender os avanços ou retrocessos nos movimentos regionais.

Em terceiro lugar, Acharya (2014b) nos mostra que a institucionalização dos processos regionais não são necessariamente ligados diretamente aos incentivos ou pressões de uma hegemonia, mas sim que a institucionalização está diretamente ligada as próprias vontades coletivas regionais em se aprofundar nesse tipo de relacionamento, sendo então esse processo vinculado a própria região e seus atores. É claro que a hegemonia pode influenciar esses processos, porém seu predomínio não é fundamental a ponto de se colocar como força motriz principal para a criação dessa situação regional. Além disso, em seu quarto ponto Acharya (2014b) enfatiza que não existe um modelo institucional único justamente pelo fato dessa concepção regional estar intimamente ligada as próprias vontades dos atores regionais, sendo então necessário não um modelo universal para compreender as regiões, mas sim uma percepção de teoria que consiga analisar o papel das identidades regionais coletivas nessa relação com o regional, possibilitando compreender a formação e a expansão da concepção regional.

Em quinto lugar Acharya (2014b) nos mostra como resultado dessa discussão construtivista que o regional não é só uma criação em que as percepções materiais são fundamentais, mas também que o papel ideacional é fundamental e está intrínseco as próprias

ações regionais. Para o autor, o ideacional é fundamental pois se coloca como a razão pela qual os processos regionais se formam, sendo então uma variável imprescindível para compreendermos as evoluções regionais. Além disso, em sexto lugar Acharya (2014b) também enfatiza que o regional e sua vertente ideacional é o nível de análise mais relevante para a disciplina de Relações Internacionais, justamente porque em sua concepção esse nível de estudo consiste no *locus* em que acontecem as mais relevantes associações e avanços políticos devido a sua proximidade com as ações domésticas e a distância com as políticas internacionais no sentido global, sendo a escolha ideal para a análise devido a essa confluência de processos.

Por fim o sétimo ponto, que também fortalece essa visão colocada do sexto, é que segundo Acharya (2014b) não é possível a construção de um modelo teórico ou uma compreensão das Relações Internacionais de maneira global justamente pelo fato de que as capacidades materiais não explicam por si mesma os processos internacionais. Por isso é necessário observarmos as variáveis mais cognitivas, o que se torna possível somente quando transportamos nossa análise para o nível regional, tornando desse modo possível compreender as diferenças, semelhanças e possibilidades que cada regionalismo apresenta para o analista de Relações Internacionais.

Desse modo, após observarmos as bases teóricas de Acharya e problematizá-las, podemos avançar na direção de como o conceito de região é colocado para o autor.

4.2) CARACTERIZANDO O CONCEITO DE REGIÃO PARA A AGENDA DE ACHARYA

Problematizar o conceito de região, com o objetivo de tornar claro o que entendemos por região e seus desdobramentos é interessante pois é somente com esse tipo de análise e discussão que temos clareza analítica o suficiente para avançarmos em direção a uma perspectiva de entendimento do regional. Nesse sentido, sendo um início de avanço teórico dessa perspectiva regional um dos objetivos a serem discutidos nesse trabalho é necessário desdobrarmos e discutirmos essa problemática para enriquecer as discussões e eliminar as lacunas pela falta de um debate sobre o conceito de região.

Embora claro conquanto a visão regional que adotaremos para esse trabalho, é interessante antes de adentrarmos diretamente para o conceito de região compreendido por Acharya observarmos de modo breve como são os modelos básicos para essa conceptualização do regional. Como podemos observar em Mansfield e Milner (1999) a busca por um conceito coeso de Região e seus desdobramentos ainda não é um denominador

comum para a disciplina, podendo ser subdividido em três tradições teóricas que pretendem dar uma explicação para esse fenômeno. A primeira, que consiste na tradição clássica da geopolítica, entende o conceito de regionalismo como algo intimamente ligado por laços geográficos, ou seja, são um conjunto de atores de uma mesma região geográfica que devido a essa proximidade geográfica possuem uma certa inclinação para pensar e construir suas dinâmicas políticas no nível regional.

Já o segundo lugar, se baseia em uma perspectiva a qual a geografia ainda toma para si um ponto importante, mas são os processos materiais e não o determinismo geográfico que se coloca como o ponto fundamental. Nessa perspectiva, é a proximidade física mais a importância fundamental dos recursos materiais dos atores que levam a essa tendência de transformar o regional em uma arena capaz de dinamizar as percepções políticas dos atores. Em outras palavras temos que são as capacidades materiais de atores semelhantes que geram a base para o surgimento dos processos regionais, e não somente a rigidez geográfica que é estabelecida pela visão anterior. A terceira e última possibilidade elencada por Mansfield e Milner (1999) para a análise do regional consiste na abordagem construtivista, que enfatiza que o surgimento do regional está diretamente ligado as percepções construídas dos atores regionais que constroem o regionalismo não baseado em termos materiais e nem geográficos, mas sim nos termos que suas ideias pretendem para esse movimento sendo dessa maneira o regionalismo um processo cognitivo intrínseco as percepções dos atores regionais.

Nesse sentido, como já observamos, Acharya se baseará no entendimento construtivista para o conceito de região e para satisfazer suas perspectivas de uma disciplina global das Relações Internacionais utilizará como fundamento para essa visão construtivista do regional os avanços discutidos por Pannikar⁷. Como observado por Acharya (2014b) e fundamentado nessas perspectivas de Pannikar, o regional surge com o objetivo de minar os desafios e pressionar a sociedade para enfrentá-los de uma maneira mais cooperativa e consequentemente com melhores resultados. Além disso, Acharya (2014b) também concorda com a prerrogativa de que as regiões, como vimos anteriormente, não são uma extensão das capacidades materiais das grandes potências, sendo na verdade um conceito o qual surge para auxiliar nas dinâmicas políticas e cooperativas dos atores com concepções de identidades semelhantes.

⁷ Kavalam Madhava Panikkar (1894-1963) foi um acadêmico e diplomata indiano que segundo Acharya (2014b) é o responsável pela primeira manifestação de um conceito de Região fora do eixo ocidental, indo de encontro a sua perspectiva de disciplina global. Por esse motivo Acharya se baseia em suas concepções.

Por fim, o autor também caracteriza que essas regiões são diversas entre si, sendo improdutivo pensar em uma concepção teórica universal para esses regionalismos, mas sim que é possível compreendê-las através de uma construção teórica a qual enfatiza o papel fundamental dos processos de interação entre a socialização de ideias. Também como fator fundamental são prévias cognitivas dos atores, fazendo com que essa relação além de ser a chave para a compreensão das dinâmicas regionais também se insere como ponto fundamental para a diversidade das regiões.

Com isso, após essa caracterização básica tanto das visões mais gerais sobre a construção da concepção de região e da visão de Acharya, podemos delimitar que o conceito de região para Acharya e sua utilização para o contexto do Sudeste Asiático

[...] may be defined as an area incorporating ethnonations and nation-states which perceive or 'imagine' common bonds that unite them and distinguish them from others. Applying this definition to Southeast Asia, [...] is no longer simply a term of convenience. Southeast Asians themselves now think regionally. (ACHARYA, 2012b pg. 11)

Desse modo, temos que a perspectiva regional para Acharya consiste em uma percepção fluida das regiões, as quais são mutáveis no sentido de estarem em um constante movimento e uma percepção de que as ideias para essa formação se estabelecem como ponto fulcral da sua visão para o regionalismo. Em sua concepção, o regional possui uma base bastante profunda nas questões construtivistas, sendo demonstrado mais uma vez a força que essa tradição teórica detém em sua visão.

Além disso, de modo a caracterizar com mais detalhes esse conceito de região aceito pelo autor, Acharya (2012b) também argumenta que os fatores materiais estão presentes em paralelo, porém ressaltando que os fatores ideacionais, por serem mais relevantes para observar a construção e o entendimento das dinâmicas regionais, se sobressaem em relação as capacidades materiais. Sendo essa a variável central para a sua Agenda de estudos Regional, Acharya (2012a) enfatiza que para entender os aspectos regionais é necessário um enfoque nas próprias histórias e tradições locais, ir além do argumento teórico de se olhar para as estruturas e compará-las com base em suas capacidades materiais, de modo a garantir a prova de que o conceito de região não é aquele que se dá somente pela soma dos atores participantes desses processos.

É dessa maneira que Acharya argumenta em direção a privilegiar a região enquanto ator fundamental das Relações Internacionais, demonstrando que sua concepção de região fluída reside uma importante visão conceitual para a escola do regionalismo, enfatizando um avanço interessante na discussão acerca do que consiste o conceito de região. Portanto, temos que é

com a concepção de que as regiões consistem em um conjunto imaginado por atores com prévias cognitivas em comum cujo objetivo traduz-se em facilitar os processos cooperativos e políticos entre os mesmos e que após a sua criação se constituem enquanto atores fluidos é que compreenderemos o regional nesse trabalho e avançaremos para a visão do ponto central para o nosso trabalho: o processo de localização.

4.3) O PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO: AS BASES

Tendo em vista as bases teóricas até aqui analisadas, podemos concluir que Acharya concorda com uma visão mais pautada no papel das variáveis ideacionais para a análise do regional, dando essa direção ao entendimento de como se dá o surgimento dessa problemática e suas relações entre os atores e as suas dinâmicas construídas. Um dos pontos principais que sua base teórica observa para essa compreensão dos procedimentos regionais são as normas, que como observado podem ser uma variável de análise fundamental para a compreensão da relação entre as identidades coletivas.

Considerando essa relevância central das normas para essa dinâmica regional as mesmas se mostram como um dos pontos principais que se fundem as trajetórias de construção do regional e influenciam seu desenvolvimento. Segundo Acharya (2009), as normas são os procedimentos chave para compreendermos o regional, sendo elas normas internas aos atores/processos ou as que advém de outras regiões. Observando quais são as influências e percepções dessas normas de outras regiões ao internalizá-las em seus processos regionais, é que Acharya pretende entender tais premissas e irá propor o conceito de localização. Esse conceito, como veremos fornece interessantes *insights* para entender e analisar o regionalismo asiático e as suas características únicas e também pode se inserir como um fundamento metodológico para o nosso objetivo aqui proposto. Sendo proposto em seu artigo *How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism* escrito em 2004, Acharya coloca que o conceito de localização,

[...] describes a complex process and outcome by which norm-takers build congruence between transnational norms (including norms previously institutionalized in a region) and local beliefs and practices. In this process, foreign norms, which may not cohere with the latter, are incorporated into local norms. (ACHARYA, 2004 pg. 241)

Com esse conceito, Acharya (2004) enfatiza que as sociedades não são passivas aos acontecimentos e influências de construções normativas provenientes de outras regiões e também que tais normas não são simplesmente colocadas em prática sem uma comparação com as próprias percepções e identidades desses agentes. Nesse sentido o autor enfatiza que

tal movimento se pauta em um processo não estático e que está em um constante aperfeiçoamento. Segundo o autor, esse movimento de localização acontece pois há uma necessidade (do que ele chama de *indigenous theories*) em manter/aumentar o escopo de sua legitimidade e autoridade regional, sendo que esse processo de “empréstimos de normas” externas à região influenciarão a trajetória dessas perspectivas locais para determinar essa manutenção ou expansão normativa.

Acharya (2004) mostra que são três os pontos pelos quais podemos entender o porquê da escolha pela lógica da localização para aumentar a legitimidade e a autoridade regional de uma nova Agenda. A primeira, que consiste na ideia de uma iniciativa local, nos fornece uma resposta para o motivo de uso da localização já que os próprios atores da região, ao se deparar com processos que necessitam de um aprimoramento de sua legitimidade e autoridade, buscam em outros exemplos de normas métodos de fazê-lo. Como exemplo para esse ponto, Acharya (2004) nos mostra o avanço das ideias da Índia na região do sudeste asiático as quais foram importantes para agregar à região autoridade e principalmente legitimidade pela religião

O segundo ponto apresentado pelo autor consiste em uma congruência cultural entre as ideias das diferentes regiões, ou seja, a localização acontece quando diferentes regiões possuem culturas similares o que faz com que o processo de empréstimo das normas se torne mais normal e comum, o que incentiva a localização. Como visto, isso ocorre quando o sudeste asiático empresta as normas da China e da Índia, misturando-as com os seus já criados costumes.

Já o terceiro ponto consiste na aceitação que essas normas terão para a iniciativa local já que ampliam a percepção do *status* e da qualidade em relação às normas anteriores de modo a garantir uma nova maneira de entender e pensar as questões. Acharya (2004) mostra esse terceiro processo quando há o aceite pelo budismo no sudeste asiático enquanto religião predominante, fazendo assim com que o prestígio da ideia anterior de *innate spiritual energy* que vigorava na região como perspectiva principal tenha o seu *status* transformado para uma maior complexidade civilizacional. Um último ponto fundamental sobre esse processo observado por Acharya (2009) é que a localização não exclui ou extingue as práticas locais anteriores a essa internalização da norma internalizada, sendo que ambas convivem pragmaticamente lado a lado sem sobreposição de relevância. Isso pode ser observado quando o autor debate a questão da localização da norma de não intervenção no Sudeste Asiático, que mesmo possuindo pontos claramente baseados nos preceitos para além da região ainda

convive com os processos construídos historicamente pela região para o entendimento dessa normativa.

Assim, tendo em vista o conceito de localização e o breve debate sobre os constrangimentos para seu surgimento, quais são as variáveis para observar se a localização ocorre nas instituições e de certo modo influencia suas decisões? Segundo Acharya (2004) temos que dois movimentos nos revelam a existência ou não da localização das normas: 1) aumento do escopo da política que a instituição vinha perseguindo e 2) mudança em seu objetivo inicial. É a partir da observação dos resultados, tendo em vista essas duas dinâmicas, que podemos concluir se o processo de localização se constituiu de fato e se o mesmo gerou resultado. Esse resultado pode ser observado para caso essa nova norma internacional assuma um papel local, sendo que a partir dessa aceitação regional passa a ser utilizada de modo a se constituir enquanto parte das percepções e ideias dos atores regionais.

Com isso, conforme observado por Acharya (2009) o processo de localização é tão fundamental para essa dinâmica da regionalização que assume na verdade a concepção de prévia cognitiva, que em sua perspectiva se mostra como uma dinâmica que pode ser entendida como “[...] existing set of ideas, brief systems and norms which determines and condition an individual or social groups receptivity to new norms” (ACHARYA, 2009. Pg 21)

Essas normas ao serem internalizadas nas dinâmicas cognitivas desses atores através desse processo de localização assumem, na visão de Acharya, a mesma categoria que as normas imaginadas e influenciadas somente pelos processos históricos vividos e aprendidos pelos atores que recebem essas normas. Além disso, esse processo não se mostra como um modelo estático e pré-programado em etapas graduais, mas também que existe a possibilidade de outras dinâmicas para além dessa lógica intimamente regional influenciar e moldar suas trajetórias políticas.

Com isso, temos que essas são as principais perspectivas teóricas construídas pela Agenda Regional de Acharya. Essa agenda, como podemos observar, adicionou avanços significativos para os estudos regionais, principalmente ao colocar o nível de análise regional enquanto setor chave para a compreensão dos processos políticos internacionais e também como fonte principal para as relações políticas entre os atores estatais. Além disso, Acharya também tenta construir um novo diferente para os avanços teóricos das Relações Internacionais de modo a aceitar e implementar fundamentos teóricos provenientes de outras concepções para além da tradição já enraizada da história ocidental. Acharya também se preocupa em debater o próprio conceito de região, e também argumenta no sentido de que para essa regionalização as normas são fundamentais para esses relacionamentos políticos.

É por esses motivos que sua Agenda se insere como base teórica melhor acabada para entendermos a região do Sudeste Asiático, personificada enquanto ASEAN. Também esse olhar teórico da Localização pensando por Acharya é imprescindível para avançarmos em direção a discussão da hipótese aqui levantada de que o regional influencia as acepções de política externa, que será feita na próxima seção com base nessa ideia que discutimos nessa seção.

5) O PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO REGIONAL E A RELAÇÃO DA ASEAN COM A CHINA: COMO ANALISAR UM POSSÍVEL IMPACTO?

Como podemos observar na seção anterior sobre a Agenda teórica de Acharya, mais especificamente o processo de localização das normas, temos que o regional possui um papel ativo na recepção e reformulação de normas com o objetivo de mudança das prévias cognitivas. Em paralelo a isso as normas internacionais também possuem um papel essencial para que ocorram essas mudanças e consequentemente algum avanço ou retrocesso nesse processo regional. Porém, ao observamos que em sua Agenda Regional Acharya concorda com a posição de que o Regional também possui um papel de ativo nessa relação se colocando na posição de ator nas Relações Internacionais exsurge a pergunta fundamental para a nossa hipótese: será que não podemos pensar o regional enquanto criador de normas interessantes o suficiente para penetrar nas decisões de política externa, concordando com as condições da localização vistas anteriormente, de modo a sensibilizar as prévias cognitivas dos atores estatais em novas posições políticas? É com o intuito de debater essa possível relação, a qual chamarei Localização Regional⁸, que basearemos essa seção.

O primeiro passo que precisamos ter em mente em relação a esse processo de Localização Regional, como observado por Ba (2006) consiste na observância de que esse processo não é estático, mas sim uma socialização das normas que é cooperativa e co-constitutiva. Segundo Ba (2006) essa observação é fundamental pois normalmente as perspectivas teóricas que se baseiam em processos de socialização para observar fenômenos de Relações Internacionais possuem uma perspectiva unidirecional, sendo que aqui o processo acontece mutuamente. Por isso a localização se constitui como base metodológica para entendermos essa relação ASEAN-China já que enfatiza que esse processo se constitui enquanto uma via de mão dupla em que o regional atua de modo a inspirar as dinâmicas de política externa, mas que também os atores responsáveis pela execução e concepção da

⁸ Essa Localização Regional também tem seus resultados influenciados pelas normas internalizadas anteriormente, conforme visto no processo enunciado por Acharya. O que pretendemos ver é se empréstimo de normas acontece no sentido Região-Estado, indo além da sua percepção de uma Localização em relação a região.

política externa também possuem um papel fundamental e ativo para que essas normas sejam aceitas e modifiquem suas prévias cognitivas.

Um segundo ponto importante para discutirmos sobre a relevância dessa projeção que pretendemos realizar é o fato de existir um certo ceticismo nesse possível estímulo do regional em relação aos Estados. Conforme observado por Ba (2006) quando transcendemos o argumento para uma narrativa que prioriza outras variáveis para além das capacidades materiais temos que essa relação pode se constituir. Nesse caso, essas influências que observamos com essa base metodológica são justificadas através de uma persuasão argumentativa. Como as variáveis que mais importam para nossa tratativa de influências são as ideias e percepções que consequentemente podem provocar uma nova maneira de entender o mundo é possível que essas normativas da ASEAN em relação a construção de política externa Chinesa, para usar os exemplos empíricos que analisaremos nesse trabalho, realmente se coloquem como uma hipótese válida e observável.

Desse modo, enfatizando que o processo é co-constitutivo, que as variáveis construtivistas das percepções e ideias tem mais peso para nossa análise e que devido a esses dois fatores em conjunto o regional pode ser entendido conforme o papel de ator nas Relações Internacionais é que podemos destrinchar os processos mais específicos de como podemos observar essa relação de influência através dessas normas que podem ser ou não localizadas pelos atores estatais. Em outras palavras é assumindo a possibilidade do Regional, no nosso caso a ASEAN, possuir a prerrogativa de ator que leva o mesmo a ser influenciado pelo processo de localização. Tendo que o mesmo é co-constitutivo, podemos alargar essa argumentação e assumir que o regional também possui base de construção normativa, tendo intensidade o suficiente para sugestionar e inserir novas possibilidades para as prévias cognitivas de outros *norm takers* regionais ou de Estados. Essa relação, que no caso desse trabalho seria as construções normativas da ASEAN e seus direcionamentos em relação Estado Chinês e os atores responsáveis pela sua política externa, é que consiste o passo metodológico que pretendemos demonstrar com o andamento da lógica de aceitação normativa aqui chamada de Localização Regional.

Como observado por Acharya (2004a) existem quatro passos (Figura 1) e condições para que a trajetória da localização consiga acontecer e realmente a norma ser aceita, tornando-se inerente as próprias prévias cognitivas dos atores. O primeiro passo segundo o autor é a pré-localização, que consiste em uma etapa a qual ocorre resistência e contestação da norma a ser localizada. Segundo Acharya (2004a) nessa fase os atores locais podem oferecer resistência a essas normas internacionais justamente pelo receio de que essas normas minem

as já consolidadas práticas e crenças prévias. Isso pode ocorrer pela circunstância da dúvida em relação a aplicabilidade dessa norma e também da sua utilidade para com as dinâmicas políticas. Nesse sentido, essa contestação da norma condicionaria para um avanço no processo de localização caso algum ator interno observe que essa norma, por algum motivo específico seguindo aquelas condições vistas anteriormente, possui algum potencial para agregar reputação e qualidade aos processos internos deixando claro que pode substituir alguns processos de modo a torna-los mais bem construídos e aceitos.

Após essa primeira fase, temos que o segundo passo fundamental para esse processo de localização se dá pela iniciativa local dos atores. Como observado por Acharya (2004a) nessa fase ocorre o processo em que os atores locais se sentem atraídos de alguma forma por essas normas externas à sua localidade de modo a tentar estabelecer para elas um valor que pode ser compreendido pela audiência local e desse modo inseridas na própria localidade. Com isso, esses atores locais que devem ser vistos nas palavras do autor como *insider proponers* e não agentes diretos de influência externa, o que minaria essa perspectiva de localização já que isso seria compreendido como uma imposição normativa, devem enfatizar seu papel como empreendedores de modo a prover para essa norma de fora uma proeminência e importância significativa de modo que a mesma adentre o espectro normativo regional com uma reputação boa o suficiente para adentrar no escopo de possibilidades de ideias.

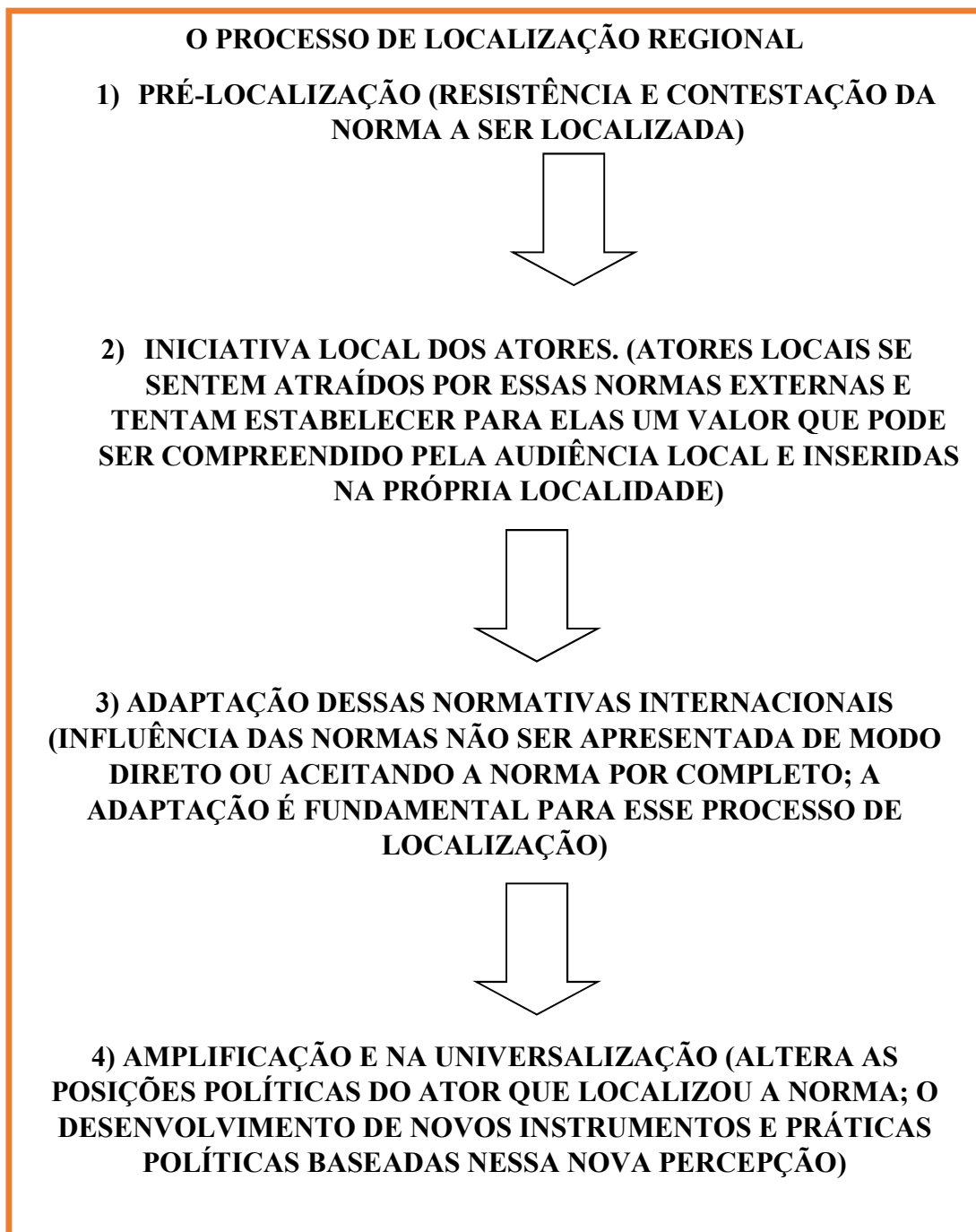
Em seguida a valorização dessas normas e sua percepção de importância para a formação das percepções dos atores, temos que Acharya (2004a) coloca como terceiro passo para o processo de localização das normas a questão da adaptação dessas normativas internacionais que despertaram o interesse na pré-localização e possui um respaldo de iniciativa local. Seguindo uma lógica demonstrada pelo autor de uma ocorrência de cortes e inserções nas normas em sua origem mais bruta, a adaptação nos mostra uma possibilidade de que essa influência das normas não ser apresentada de modo direta ou aceitando a norma por completo conforme os processos anteriores a tratavam. Isso acontece porque Acharya (2004a) argumenta que a adaptação é fundamental para esse processo de localização pois ocorre a reconstrução dessa influência externa com o objetivo de fazer com que a mesma se acomode nas práticas e crenças locais, tornando-se “natural” para as prévias cognitivas dos atores locais e com isso achando uma base em comum entre as influências externas e as bases internas. Para que a norma externa consiga superar essa etapa e consiga avançar para a última é necessário que exista algum escopo para que os atores locais possam aparar as arestas e tornar essa diretriz externa acessível e compreensível para os antecedentes cognitivos locais, fazendo

primeiro que a mesma não mude completamente e em segundo tomando dessas normas empréstimos para que a hierarquia e percepções sejam alteradas.

Por fim, a final etapa para a localização conforme observado por Acharya (2004a) consiste na amplificação e na universalização dessa diretriz externa que penetra nas dinâmicas internas para influenciar e modificar as bases lógicas dos atores locais e consequentemente alterando as posições políticas do ator que localizou a norma. Nessa etapa temos que de fato a norma já está presente nas bases cognitivas dos atores locais possibilitando, conforme argumentado por Acharya (2004a), o desenvolvimento de novos instrumentos e práticas políticas o que leva a uma alteração do escopo ou o objetivo inicial que os *norm takers* tinham como ideia prévia antes de serem influenciados por essa nova percepção.

É seguindo essas quatro etapas e concordando com Acharya (2009) que existe essa interação e não uma substituição de uma norma pela outra é que pretendemos observar se existe alguma maneira que o regional influencia a construção de política chinesa. Para isso, assumiremos a ASEAN enquanto ator regional, aos moldes elencados pela Agenda Regional de Acharya, que é capaz de emanar normas substancialmente relevantes as quais terão a capacidade de influenciar as decisões de política externa de Beijing. Assim, temos que nos próximos capítulos caracterizaremos a ASEAN enquanto representante do regional e posteriormente a política externa chinesa para que possamos observar se nossa hipótese teórica possui alguma correlação empírica que sustente essa observação e que torne plausível essa mudança de foco da argumentação proposta por Acharya.

FIGURA 1 – O PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO



Fonte: ACHARYA, 2004. Elaboração Própria.

6) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como podemos observar durante esse capítulo os estudos regionais estão vastos com teorias que explicam suas origens e dinâmicas internas, mas que de certa maneira sempre acabam por enfatizar uma tradição ocidental para essas perspectivas. Nesse sentido, após argumentarmos em direção a aceitação dessa Agenda Regional proposta por Acharya temos que para os analistas que pretendem entender esses processos para além do ocidente tal perspectiva torna-se uma concepção bastante válida no sentido de sua compreensão das variáveis de análise que o autor levanta para a construção de um estudo sobre o regionalismo.

Nesse sentido, podemos avaliar que para a ASEAN, que será a personificação do regionalismo nesse trabalho, a Agenda Teórica de Amitav Acharya elucida interessantes pontos para lastrearmos nosso entendimento do surgimento, expansão e mudanças dentro dessa instituição, sendo nessa perspectiva que detalharemos seus processos políticos. Isso se deve, conforme a argumentação aqui observada, pelo fato dessa visão se inserir como uma perspectiva que pretende de fato compreender esse regionalismo conforme as suas próprias prévias cognitivas, dando uma importância fundamental para os próprios processos regionais de formulação e imaginação dessa instituição.

A escolha por personificar a região com uma instituição é fundamental pois se torna mais operacional para o analista compreender como e quais normas emanam desse corpo, o que permite uma melhor visualização da localização regional, que será nossa perspectiva para avançarmos em direção a resposta para a hipótese de que o regional, nesse caso simbolizado pela ASEAN, influencia a política externa chinesa. O debate todo centrado nas perspectivas teóricas aqui apresentadas se mostrou como fundamental para chegarmos a essa conclusão e avançarmos na compreensão do objeto de estudo regional aos olhos da Agenda Regional de Acharya e também na possibilidade de avançarmos para essa “nova” perspectiva teórica para o Regional que discutimos nesse capítulo.

Nessa lógica, seguiremos para o próximo capítulo, que abordará o processo de surgimento e fundamentação da escolha regional para aplicar essa Relocalização Regional que é a ASEAN, demonstrando os avanços e retrocessos em suas dinâmicas políticas, enfatizando as principais normas emanadas na área de segurança para conseguirmos executar posteriormente a parte empírica ou pelo menos clarear ainda mais a hipótese com o levantamento de dados empíricos.

CAPÍTULO 2

A ASEAN, SEUS PRECEDENTES E REGIONALISMOS DIVERSOS: UMA COMPREENSÃO DO AVANÇO INSTITUCIONAL DO REGIONALISMO ASIÁTICO E DE SUA AGENDA NORMATIVA DE SEGURANÇA

No último capítulo, discutimos sobre as possibilidades teóricas que poderíamos levar em consideração tendo em vista a observação ou não da nossa hipótese aqui antes demonstrada de que o regional instigaria dinâmicas de política externa. Tendo em vista os argumentos da localização, temos que seja necessário avançarmos na compreensão do nosso ator regional e de suas dinâmicas políticas. Isso se torna fundamental para que avancemos em direção a visualização empírica mais clara e também de modo mais bem construído do debate da Localização Regional, deixando claro com uma análise minuciosa os fundamentos e sua inserção posterior como ator nas Relações Internacionais.

Nesse sentido, temos que essa análise da ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) enquanto ator regional será dividido em três partes. Na primeira parte falaremos sobre os precedentes políticos regionais do Sudeste Asiático, a ASA (Association of Southeast Asia) e MAPHILINDO (Malásia, Indonésia e Filipinas), demonstrando como se deram os primeiros passos da região em direção a essa concepção regional e principalmente suas lutas e desafios para construir uma identidade regional em comum.

Na segunda parte, entraremos diretamente nas próprias dinâmicas da ASEAN e seu desenvolvimento histórico. Para tornar mais simples essa compreensão, subdividiremos esse período em três partes históricas: a primeira consiste no período de formação inicial da ASEAN, que é compreendido de sua formação em 1967 até a invasão do Vietnã ao Camboja em 1979. Durante esse período as bases da ASEAN enquanto regionalismo são fundamentadas pelos seus membros e estão presentes em acordos como o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) em 1976.

Já a seção posterior a essa abordará o período de 1979 até 1992 que é o momento em que a ASEAN enquanto modelo regional diminui o ritmo de implementação de bases para o modelo regional. Com o avanço do Vietnã em direção ao Camboja e a derrubada do Khmer Vermelho do seu comando, a ASEAN enfrenta um momento delicado de embate de modelos propostos pelos membros e também de luta contra o avanço comunista principalmente na parte continental do Sudeste Asiático, o que leva a uma série de desafios para que o modelo construído em 1967 sobreviva.

O último período condiz com o fim da Guerra Fria até 2012, que é nosso recorte temporal estabelecido para esse trabalho. É nesse período que ocorre uma real expansão da ASEAN em direção a diversos temas, como por exemplo segurança com a ARF (ASEAN Regional Forum) e o comércio/economia com a ASEAN+3 (ASEAN Plus Three/APT). Nessa terceira seção discutiremos como a ASEAN se subdivide entre essas novas perspectivas para o regionalismo e o que as mesmas significam para o futuro da relação regional. Além disso, nesse período também temos avanços institucionais mais densos dentro da própria ASEAN como por exemplo a assinatura da Carta da ASEAN em 2007 e também de outros fatores importantes como a iniciativa Chiang Mai e os ASEAN Concord II e III.

Após essa seção de análise mais substancial dos avanços e dinâmicas da ASEAN avançaremos para a terceira e última seção que será central para esse trabalho: a análise das normas da ASEAN referentes a segurança. Tomando como fonte para isso a Agenda de Segurança acordada pela ARF (ASEAN Regional Forum) e em sua especificidade as normas referentes à questão do Mar do Sul da China, esse debate será necessário para observarmos uma parte das normas as quais podem incentivar uma Localização Regional para a política externa chinesa, construindo toda uma base para avançarmos mais profundamente no debate da nossa hipótese proposta anteriormente no primeiro capítulo. É o processo de entendimento de formação da ASEAN e de suas normas construídas para as questões de segurança e especificamente para a questão do Mar do Sul da China que consiste o objetivo principal desse capítulo.

Dessa maneira, tendo em vista as dinâmicas pensadas para esse capítulo podemos avançar em direção a análise dos antecedentes da ASEAN e suas influencias para o pensamento regional inaugurado na região em 1967.

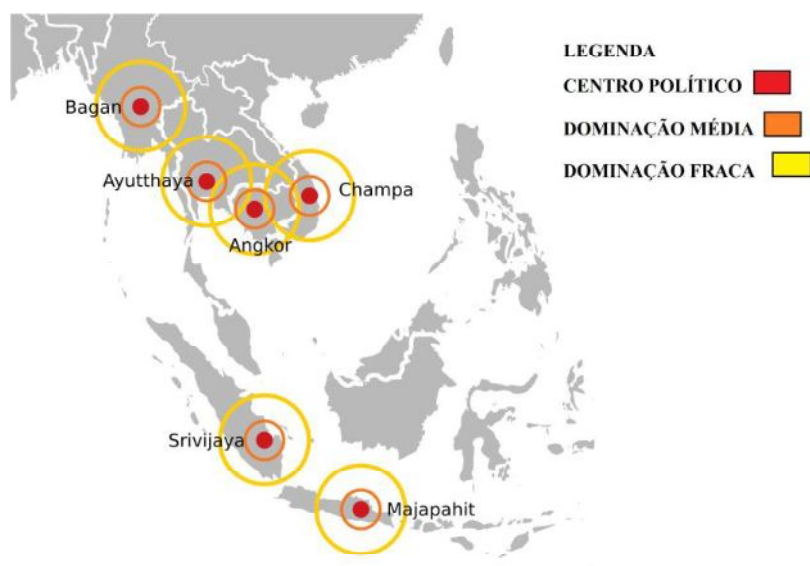
1) OS ANTECEDENTES DA ASEAN: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Como observamos durante o capítulo anterior, a concepção de regionalismo não está vinculada a uma dimensão política que surge somente devido a uma somatória de condições materiais e geográficas que permeiam os atores envolvidos nessas dinâmicas locais. Como observado por Acharya (2012b) a concepção fundamental para compreender o regional é o de uma comunidade imaginada. Isso se traduz, conforme as palavras do próprio autor, em uma circunstância em que há uma constante evolução nas percepções e interações dentro da região, ou seja, de que a concepção de região é historicamente e socialmente construída. Concordando com o autor, temos que essa breve contextualização é importante pois “[...]”

territorial proximity and functional interactions are by themselves inadequate to constitute a region in the absence of an “idea of the region” (ACHARYA, 2012b. Pg 23)

Concordando com essa concepção de Acharya, faremos uma breve construção histórica de como o Sudeste Asiático se coloca como uma comunidade imaginada. De acordo com Acharya (2012b) a região do Sudeste Asiático possui bases para se constituir enquanto comunidade desde muito antes da Segunda Guerra Mundial, que normalmente é o ponto inicial em termos de cronologia de estudo. Essa base para o sentimento de comunidade, segundo Acharya (2012b), começa em seu período pré-colonial, que pode ser caracterizado por diversos modelos, mas o que melhor personifica a região nesse período é o que ficou conhecido por “Sistema de Mandalas”.⁹

Figura 2 – A Caracterização do Sistema de Mandalas.



Fonte: Elaboração Própria.

Como observado pelo autor, tal dinâmica política era caracterizada por um centro político forte que irradiava as decisões para as bordas de modo a se inserir como uma relação política não pautada por uma dimensão legal, mas sim pela lealdade compartilhada entre o líder que estava no centro político e os demais comandantes nos círculos subjacentes. Além disso, outra característica desse modelo consiste no fato de que o mesmo não é centralizado e nem homogêneo, ou seja, o líder político do centro não tinha o comando centralizado total do resto da sua cadeia de dominação política, o que colocava esse sistema sob uma mesma teia de diversas culturas, religiões e visões políticas diferentes já que algumas Mandalas se sobrepunham (Figura 2).

⁹ Conceito criado por Oliver William Wolter. Ver mais em: <http://www.nytimes.com/2000/12/16/world/oliver-william-wolters-85-malay-scholar.html?scp=1&sq=Oliver%20William%20Wolters&st=cse>

Com o impacto do comércio e do avanço colonial que se deu na região durante o Século XIX, Acharya (2012b) enfatiza o começo de uma construção dentro dessa dinâmica política das mandalas de outros fatores para além desse compartilhamento e convívio entre diferentes culturas. É nesse período que tem início as divisões políticas mais acentuadas com a divisão territorial e separação política dos países da região, que foi ainda mais acentuado com o avanço japonês e sua esfera de “Co-prosperidade” no século XX. Tais dinâmicas estabelecem na percepção imaginada dos membros da região, além daquela cultura construída com base em um compartilhamento de aspectos culturais estabelecido durante o período das mandalas, que o nacionalismo e a defesa das fronteiras é essencial para a sua sobrevivência enquanto ator político.

Acharya (2012b) nos mostra que toda essa evolução é fundamental para o pensamento regional, já que o mesmo é sempre influenciado por uma concepção de nacionalismo e preservação das fronteiras dos Estados e de que essa cultura compartilhada pelos países da região pode ser uma força em direção a um mecanismo que possa não somente facilitar a relação entres eles, mas também algo que consiga garantir a independências dos atores políticos estatais da região.

Embora toda essa base para a construção de uma instituição regional esteja na imaginação dos atores da região, é só nos anos 1960 que ocorre um avanço em direção a esse tipo de pensamento. Isso se deve, conforme argumenta Ba (2009) principalmente ao processo de descolonização e das iniciativas discutidas em Bandung em 1955. Somado esses dois pontos, mais os processos pelos quais moldaram a identidade coletiva da região, temos que a concepção de regionalismo se mostra apta a surgir e florescer na região.

Formado em 1961, a ASA (Association of South East Asia) que se transformou na ASEAN em 1967, foi a primeira experiência exclusivamente¹⁰ da região em se constituir enquanto um grupo que possuía um desejo de levar para o regional questões políticas em comum. O grupo era configurado por Filipinas, Tailândia e Malásia e que como observado por Acharya (2012b) possuía objetivos modestos, porém era fundamental por ser esse primeiro aprofundamento regional.

Segundo Poland (1970) o foco principal do grupo consistia em debater as temáticas de comércio e de desenvolvimento econômico, já antevendo umas das principais preocupações que a institucionalização regional tomaria para si. Além disso, no que consiste a escolha dos membros que deram início a esse processo, segundo Ba (2009), o foco foi em

¹⁰ Antes já tinha acontecido a formação da SEATO em 1954 e a Conferência de Bandung em 1955. Porém, exclusivamente do Sudeste Asiático somente temos a ASA em 1961.

fomentar a exclusividade da região e da totalidade de seus atores políticos, não se preocupando em construir um grupo exclusivamente pautado por uma base étnica em comum e que somente sustentariam seus laços regionais através dessa percepção. A ideia era a de construir uma relação à qual a percepção de identidade comum de Sudeste Asiático seria mais primordial do que uma reducionista, como por exemplo termos étnicos, para que pudesse ser forjado um relacionamento regional que conseguisse conquistar ganhos mais profundos.

Porém, toda essa tentativa de construir essa instituição ficou limitada ao fracasso por dois motivos: o primeiro, como observado por Poland (1970) se dá pelo fato de que o ocidente exerceu uma pressão muito profunda na região, impedindo a mesma de se inserir de maneira independente e livre das amarras que o colonialismo ali impusera. Essa pressão não permitiu que a retórica não alinhada, amplamente defendida em Bandung, se tornasse a base para essa instituição, o que dificultou seu processo político. Já o segundo, muito mais importante que o primeiro fracasso, se deu justamente por um enfrentamento entre os membros desse regionalismo. Como visto por Poland (1970) a partir de 1963 ocorreu um congelamento dessa relação devido ao enfrentamento entre Filipinas e Malásia pela Região do Sabah¹¹ também pelo processo do *Konfrontasi*¹² entre Indonésia e Malásia em que os membros não se dispuseram a ajudar. Com esse foco ainda exacerbado pelas disputas coloniais e esse enfrentamento entre os membros, é somente em 1967 com a fundação da ASEAN que esse tipo de relacionamento regional consegue engrenar e de fato se colocar como uma constante na agenda política da região.

Além da ASA, outra instituição regional surgiu em paralelo nesse período pré ASEAN: a MAPHILINDO. Formada em 1963 e tendo como membros Malásia, Filipinas e Indonésia a MAPHLINDO, conforme visto por Acharya (2012b), possuía dois grandes objetivos: unificar a etnia malaia sob os auspícios de uma relação regional e também o de fortalecer e discutir os problemas que foram criados pelo enfrentamento no Sabah e o *Konfrontasi*. Porém, conforme observado por Ba (2009) essa instituição não conseguiu solucionar essas questões e muito menos avançar na cooperação entre esses três países de base étnica comum, já que tais problemas ainda eram muito delicados aos membros porque envolviam questões nacionais e de formação de fronteiras e os membros recusavam a tentar negociar um avanço.

¹¹ Disputa Territorial entre Filipinas e Malásia pela região do Sabah que levou ao enfrentamento de ambos.

¹² O *Konfrontasi* consiste em um enfrentamento político e armado entre a Indonésia do Presidente Sukarno e a recém formada Federação Malaia que durou de 1962 até 1966.

Todos esses pontos geram desconfiança para a construção de uma relação regional, que existiu fortemente com a fundação da ASEAN em 1967. Embora esse período inicial tenha sido problemático, na próxima seção entenderemos o porquê do sucesso da criação da ASEAN, o papel fundamental dessas duas instituições para a sua formação e também a sua evolução institucional.

2) A EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA ASEAN: DE 1967 À 2012

Mesmo com todos os problemas que surgiram com as tentativas anteriores de tentar propor instituições regionais no Sudeste Asiático, em 1967 surge no horizonte dos membros da região uma nova oportunidade para as abordagens regionais. Tal oportunidade, que consiste na ASEAN, nos mostrará que mesmo com toda essa bagagem negativa dos anos 1960 no Sudeste da Ásia a mesma viria a se tornar o ponto fulcral para o regionalismo asiático. Como veremos nessa seção, embora tenha permanecido o espectro negativo no ato da sua criação e também o debate acerca de sua efetividade, a ASEAN consegue suplantá-lo e se tornar uma espécie de “nave mãe” para todo o regionalismo asiático, comungando sob sua responsabilidade as questões de outras sub-regiões como Ásia-Pacífico ou Leste Asiático.

Com sua fundação em Bangkok em 1967 contando com a participação de Indonésia, Cingapura, Malásia, Tailândia e Filipinas é que se tem início a instituição mais bem acabada da região. Para podermos observar e melhor compreender a ASEAN é interessante aplicarmos três subdivisões históricas: 1) Criação e Consolidação (1967-1978), que consiste na assinatura da Declaração de Bangkok em 1967 até a invasão do Camboja pelo Vietnã; 2) Embate de modelos regionais (1979-1989), que se deve ao enfrentamento dos modelos propostos pela ASEAN e pelo Vietnã durante todo o período da Guerra Vietnã-Camboja e 3) Expansão e Aprofundamento (1990-2012) que consiste no período em que ocorre o fim da Guerra Fria e a expansão das concepções regionais que levam para a ASEAN um aumento dos membros (Vietnã, Myanmar, Laos e Camboja) e também um aprofundamento institucional com a criação de diversas instituições regionais como por exemplo a ARF (ASEAN Regional Forum), APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), ASEAN+3 (ASEAN com China, Japão e Coreia do Sul) dentre outros.

É com essa subdivisão que procuraremos entender a evolução institucional da ASEAN de modo a tornar mais claro sua agenda de segurança. Dessa maneira, passaremos então para a discussão da primeira parte, a criação e consolidação da ASEAN.

2.1) CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO (1967-1978)

Uma primeira questão importante que podemos fazer sobre a criação da ASEAN é a seguinte: porque a ideia regional só deu certo em 1967? Como elucidado por Ba (2009) podemos observar dois principais motivos para que a criação da ASEAN tivesse êxito somente nesse período. O primeiro motivo pode ser observado em mudanças domésticas as quais diminuíram o peso dos enfrentamentos e abriram a possibilidade para que se discutissem questões políticas regionais. Dentre elas, as duas principais mudanças são o fim do governo do General Sukarto na Indonésia e conseqüentemente da sua política do *Konfrontasi*, dando espaço para que Suharto, o presidente que assume em seu lugar, tenha uma maior preocupação com a manutenção das questões regionais. Além disso, também como relevante para esse espectro doméstico, é a ascensão de Ferdinando Marcos como presidente das Filipinas, que deixa de lado as questões do Sabah e do enfrentamento com a Federação da Malásia.

Outro fator relevante para a criação da ASEAN segundo Ba (2009) é uma certa urgência em utilizar o regional como uma forma de auto fortalecimento dos membros, ou seja, de usar essa institucionalização regional como um instrumento para a consolidação dos próprios Estados. Tal visão se deve a alguns fatores que insistentemente apareciam na região, como por exemplo o enfrentamento entre as Grandes Potências no contexto da Guerra Fria que se espalhava pela região (Guerra do Vietnã); a questão da descolonização e a insistente luta por fronteiras e pela independência/quebra de vínculos para com as metrópoles colonizadores. Tais fatores somados foram um importante incentivo para que a construção regional surgisse e desse frutos somente a partir de 1967, já que foi o momento em que se acirraram as lutas contra essas questões e as diferenças domésticas antes contrastantes agira se tornaram mais próximas e homogêneas para pensar uma cooperação regional.

Para Acharya (2012b) o nacionalismo e os processos de descolonização somados a esse projeto de independência por parte das questões domésticas transformaram a empreitada regional em sinônimo de uma conquista de legitimidade e também de estabilidade tanto política quanto socioeconômica. Para que essa estabilidade e legitimidade pudesse ser atingida pela região, conforme aponta Acharya (2012b) e também a Declaração de Bangkok (1967) os objetivos iniciais da ASEAN¹³ são construídos de forma bastante amplos e vagos,

¹³ [...] the aims and purposes of the Association shall be: 1) To accelerate the economic growth, social progress and cultural development in the region through joint endeavours in the spirit of equality and partnership in order to strengthen the foundation for a prosperous and peaceful community of South-East Asian Nations; 2) To promote regional peace and stability through abiding respect for justice and the rule of law in the relationship among countries of the region and adherence to the principles of the United Nations Charter; 3) To promote

dando possibilidade para um crescimento direcionado e na velocidade em que os membros desejarem. Esses objetivos são basicamente três: 1) acelerar o crescimento econômico da região, 2) promover o progresso social e cultural e 3) conquistar a estabilidade regional.

É importante salientar que a Declaração de Bangkok (1967) que coloca esses objetivos em prática não concede personalidade jurídica a instituição, muito menos cria um secretariado, alguma institucionalização ou normas básicas para reger o relacionamentos dos Estados Membros. Nesse período inicial, a ASEAN se coloca somente como um acrônimo em que os países do Sudeste Asiático podem debater questões em comum e também propor políticas regionais para que tais objetivos possam ser conquistados. É só nos anos 1970 com a fase de consolidação que a ASEAN consegue construir e se aprofundar nas questões regionais, avançando ainda de modo comedido para a cooperação regional.

Durante essa década, houveram três acordos que levaram à essa consolidação e também a primeira vez em que podemos observar a formação da concepção de “ASEAN Way”. O primeiro deles, em 1971 foi a ZOPFAN (Zone of Peace, Freedom and Neutrality) que implementa a concepção de neutralidade a região, principalmente com o objetivo de impedir países externos de intervir na região. Já o segundo, o Bali Concord I de 1976 consiste em um acordo pelo qual os membros projetam e planejam o futuro da ASEAN, deixando claro como se daria a expansão e aprofundamento da instituição. Por fim o terceiro, que consiste no TAC (Treaty of Amity and Cooperation) também de 1976, ocorre o primeiro avanço e aprofundamento institucional com a criação do Secretariado e também da normatização das regras para o relacionamento regional. É a soma desses três fatores que dá a vida ao conceito de “ASEAN Way”, que se torna parte presente nas dinâmicas regionais desde então. Com isso, discutiremos cada um desses acordos em separado para compreendermos seus detalhes e de que maneira eles impactam no crescimento institucional da ASEAN.

active collaboration and mutual assistance on matters of common interest in the economic, social, cultural, technical, scientific and administrative fields; 4) To provide assistance to each other in the form of training and research facilities in the educational, professional, technical and administrative spheres; 5) To collaborate more effectively for the greater utilization of their agriculture and industries, the expansion of their trade, including the study of the problems of international commodity trade, the improvement of their transportation and communications facilities and the raising of the living standards of their peoples; 6) To promote South-East Asian studies; 7) To maintain close and beneficial cooperation with existing international and regional organizations with similar aims and purposes, and explore all avenues for even closer cooperation among themselves. (ASEAN, 1967. Pg 1)

2.1.1) ZOPFAN

A ZOPFAN surge devido a um problema constante desde a sua fundação: a dependência dos países da região em relação aos países externos nas discussões de segurança e também de cooperação. Proposta pela Malásia ainda nos anos 1960, Ba (2009) nos mostra que a ideia por trás da ZOPFAN consistia a de implementar limitações materiais para impedir, ou pelo menos diminuir a dependência da região para com as grandes potências em relação aos desafios enfrentados pela ASEAN.

Esse acordo é fundamental para o período de consolidação da ASEAN justamente por se inserir, como observado por Masilamani e Peterson (2014), como um dos pilares fundamentais para o futuro da institucionalização dessa instituição regional. Esse pilar, conforme observado por Acharya (2009), se dá no sentido de uma ligeira institucionalização com foco nas tradições da região e também na soma de diversas visões diferentes do conceito da não intervenção, que se torna um preceito desde então basilar para a ASEAN. Esse conceito, que é praticamente como uma clausula pétrea do modelo de propor as relações regionais da ASEAN, é o motivo chave da importância da aceitação de um início de neutralização da região com a ZOPFAN nessa fase de consolidação.

Tendo em vista que a discussão da não intervenção é o denominador comum para esse acordo, quais são em um sentido mais alargado os principais princípios acordados entre os membros? Conforme podemos observar na Declaração da ZOPFAN (1971) temos que são quatro os princípios: 1) proteger os princípios da Soberania e da Integridade territorial¹⁴; 2) elencar para a região a responsabilidade de promover as discussões e políticas para segurança¹⁵; 3) demonstrar que aos poucos um aprofundamento institucional da ASEAN é desejável de modo a fortalecer esse relacionamento¹⁶ e 4) fortalecer os esforços em comum para que a região não mais sofra do intervencionismo das grandes potências e fique livre para

¹⁴ [...] **INSPIRED** by the worthy aims and objectives of the United Nations, by the principles of respect for the sovereignty and territorial integrity of all states, abstention from threat or use of force, peaceful settlement of international disputes, equal rights and self-determination and non-interference in affairs of States; (ASEAN, 1971. Pg 1).

¹⁵ [...] **REITERATING** our commitment to the principle in the Bangkok Declaration which established ASEAN in 1967, "that the countries of South East Asia share a primary responsibility for strengthening the economic and social stability of the region and ensuring their peaceful and progressive national development, and that they are determined to ensure stability and security from external interference in any form or manifestation in order to preserve their national identities in accordance with the ideals and aspirations of their peoples (ASEAN, 1971. Pg 1).

¹⁶ **CONVINCED** that the time is propitious for joint action to give effective expression to the deeply felt desire of the peoples of South East Asia to ensure the conditions of peace and stability indispensable to their independence and their economic and social well-being; (ASEAN, 1971. Pg 2).

refletir, pensar e executar ações de âmbito regional e dessa maneira consiga tornar a neutralização não mais como um desejo, mas sim como um fato concreto para a região.¹⁷

Como podemos observar, a ZOPFAN em 1971 já começa com a tradição da ASEAN de ir aprofundando as relações institucionais regionais de modo bastante calmo, preciso e aos poucos. Mesmo com críticas, conforme aponta Ba (2009) de a ZOPFAN ser um documento vago que não pensa um mecanismo de implementação da neutralização no longo prazo e também de reafirmar princípios já aceitos anteriormente na Declaração de Bangkok (1967), é muito importante pois demonstra essa condição de que há um desejo por parte dos membros de aprofundarem a cooperação regional.

Dessa maneira, tendo em vista que a ZOPFAN se insere como o primeiro avanço institucional e é importante justamente por permitir esse avanço, podemos debater o próximo avanço da ASEAN em direção a sua consolidação: o Bali Concord I.

2.1.2) BALI CONCORD I

Após a assinatura e aceite do documento da ZOPFAN, demoram mais cinco anos para que outro avanço institucional ocorra no contexto da ASEAN. Como observado em Ba (2009), o Bali Concord I assinado em 1976 consiste na primeira codificação de princípios/processos para que ocorra a institucionalização¹⁸. Em outras palavras, é a partir do Concord I que se torna claro como se constituem os processos institucionais e como os mesmos podem ser expandidos e aprofundados. Além dessa codificação dos processos e relações dentro da instituição, o Concord I também se insere como um documento de

¹⁷ South East Asian countries should make concerted efforts to broaden the areas of cooperation which would contribute to their strength, solidarity and closer relationship. (ASEAN, 1971. Pg 2).

¹⁸ [...] ASEAN cooperation shall take into account, among others, the following objectives and principles in the pursuit of political stability: 1) the stability of each member state and of the ASEAN region is an essential contribution to international peace and security. Each member state resolves to eliminate threats posed by subversion to its stability, thus strengthening national and ASEAN resilience; 2) member states, individually and collectively, shall take active steps for the early establishment of the Zone of Peace, Freedom and Neutrality; 3) the elimination of poverty, hunger, disease and illiteracy is a primary concern of member states. They shall therefore intensify cooperation in economic and social development, with emphasis on the promotion of social justice and on the improvement of the living standards of their peoples; 4) natural disasters and other major calamities can retard the pace of development of member states. They shall extend, within their capabilities, assistance for relief of member states in distress; 5) member states shall take cooperative action in their national and regional development programmes, utilizing as far as possible the resources available in the ASEAN region to broaden the complementarity of their respective economies; 6) member states, in the spirit of ASEAN solidarity, shall rely exclusively on peaceful processes in the settlement of intra-regional differences; 7) member states shall strive, individually and collectively, to create conditions conducive to the promotion of peaceful cooperation among the nations of Southeast Asia on the basis of mutual respect and mutual benefit; 8) member states shall vigorously develop an awareness of regional identity and exert all efforts to create a strong ASEAN community, respected by all and respecting all nations on the basis of mutually advantageous relationships, and in accordance with the principles of self-determination, sovereign equality and non-interference in the internal affairs of nations. . (ASEAN, 1976a. Pg 1).

planejamento do futuro da ASEAN, colocando em seu texto maneiras pelas quais os Estado membro desejavam que a instituição florescesse e se expandisse.

Ao codificar pequenos princípios institucionais, como por exemplo ao colocar durante o documento algumas ações que ocorrerão a partir da assinatura desse acordo (encontro de chefes de Estado periodicamente) e também inserir uma agenda de aprofundamento para a instituição, temos que no Documento Bali Concord I (1976) realça pontos importantes como por exemplo a aceitação dos princípios propostos em Bandung em 1955. Além disso, esse documento também enfatiza maneiras para que a cooperação aconteça e se aprofunde, de modo a fortalecer e manter o foco em relacionamentos pacíficos e consequentemente aprofundando a cooperação na região.

Esse documento é importante para a fase de consolidação da ASEAN pois se insere como uma espécie de “mapa” para que se observe e construa um crescimento institucional da ASEAN. Dessa maneira, é deixando claro como funcionará a parte institucional da ASEAN e as possibilidades para seu avanço que abre espaço para o terceiro e mais importante passo para a consolidação da ASEAN: o Tratado da Amizade e Cooperação.

2.1.3) TRATADO DA AMIZADE E COOPERAÇÃO

Também assinado em 1976 pelos membros da ASEAN, o Tratado da Amizade de Cooperação (TAC) já estava previsto para ser implementado no Bali Concord I¹⁹, ou seja, já havia um planejamento por parte dos membros em definir as regras pelas quais as relações regionais aconteceriam. De acordo com Ba (2009) o TAC é o mais importante passo na consolidação da ASEAN enquanto instituição pois é o documento que codifica em definitivo os princípios fundamentais a serem utilizados pela ASEAN. Além de ser o tratado que define quais são as “regras do jogo” para o regionalismo asiático, Narine (1998) também aponta que o TAC é mais do que uma codificação, mas sim uma base em comum para que se conduza os relacionamentos regionais. Dessa maneira, fica claro observar como as relações regionais se darão, de modo a deixar sem dúvidas quais são os objetivos e expectativas desse relacionamento multilateral.

Severino (2008) também mostra outros fatores para além desse da codificação da conduta regional para que o TAC seja o principal instrumento desse período de consolidação da ASEAN. Em sua concepção o TAC é fundamental pois se configura como a primeira

¹⁹ **AND DO HEREBY ADOPT** [...] the following programme of action as a framework for ASEAN cooperation [...] 2) Signing of the Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia. (ASEAN, 1976a. Pg 2).

reunião de cúpula da região, o que cria em consequência a essa questão um primeiro secretariado para a instituição. Embora ainda sendo limitado em seu escopo tanto decisório como o de planejamento das políticas da institucionais da ASEAN, esse primeiro secretariado com sede em Jacarta (Indonésia) somado a normatização da conduta regional configura, segundo Severino (2008), um primeiro aprofundamento das dinâmicas regionais.

Tendo em vista essa aprofundamento, quais são os principais objetivos e princípios que aparecem nesse tratado? De acordo com o Tratado da Amizade e Cooperação (1976) o principal objetivo²⁰ que a ASEAN almeja com esse acordo consiste no fato de se promover a paz, a amizade e a cooperação entre os membros da instituição regional. Para que isso ocorra, o TAC constrói alguns princípios²¹ os quais andarão em conjunto com toda a evolução institucional da ASEAN.

O primeiro princípio que compõe esse tratado consiste na concepção do respeito mútuo, enfatizando a questão de que a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e também das grandes potências em relação as decisões políticas regionais é um dos pontos que a ASEAN assume como “clausula pétrea” de sua institucionalização regional e que desde então estará sempre presente nas dinâmicas regionais. Já o segundo princípio consiste no fato de que a região buscará resolver suas disputas políticas de modo a sempre renunciar o uso da força, ou seja, o TAC estabelece que os conflitos regionais devem sempre ser solucionados de uma maneira pacífica. Esse ponto também é fundamental para a ASEAN, já que evita que o escalonamento de conflitos ocorrido anteriormente a fundação da ASEAN em 1967 retorne a acontecer. Além disso, o mesmo também é institucionalizado através do secretariado criado pelo TAC, sendo um avanço institucional palpável e não simplesmente retórico, propiciando uma resolução pacífica institucional das controvérsias.

Com isso, temos que a assinatura do TAC em 1976 é o passo fundamental para que a ASEAN se consolide enquanto instituição regional. Tal ponto se dá justamente por ser o tratado em que as arestas que ficaram sobrando dos últimos acordos são examinadas e consequentemente aparadas, dando espaço para que a ASEAN se aprofundasse e focasse cada

²⁰ The purpose of this Treaty is to promote perpetual peace, everlasting amity and cooperation among their peoples which would contribute to their strength, solidarity and closer relationship. (ASEAN, 1976b. Pg 1).

²¹ In their relations with one another, the High Contracting Parties shall be guided by the following fundamental principles : a) Mutual respect for the independence, sovereignty, equality, territorial integrity and national identity of all nations; b) The right of every State to lead its national existence free from external interference, subversion or coercion; c) Non-interference in the internal affairs of one another; d) Settlement of differences or disputes by peaceful means; e) Renunciation of the threat or use of force; f) Effective cooperation among themselves. (ASEAN, 1976b. Pg 1).

vez mais nas dinâmicas de cooperação regional. Além disso, o TAC foi o passo final para a consolidação das dinâmicas as quais serão a base para toda a relação regional da ASEAN, ponto esse que é popularmente conhecido como “ASEAN Way”. O “ASEAN Way” consiste na base normativa regional para gerir os relacionamentos tanto intra ASEAN quanto os relacionamentos para além da própria região e os discutiremos na próxima sessão.

2.1.4) “ASEAN WAY”

Conforme observamos até agora, a ASEAN foi se constituindo enquanto uma instituição regional através de pequenos passos e aceitando aos poucos algumas normas para a consolidação de uma base para as relações regionais. O conceito de “ASEAN Way” não é o de um documento oficial ou o de um acordo que foi firmado entre os Estados membros para unificar os procedimentos aceitos durante o processo de consolidação. Segundo Masilamani e Peterson (2014) o “ASEAN Way” é o resultado da soma dos acordos da ZOPFAN, Bali Concord I e do TAC, ou seja, esse conceito representa a ideia da base normativa para gerir os relacionamentos regionais. Como observado por Cockerham (2009) temos que essa soma resulta em

[...] decision-making process that emphasizes consultation, consensus, and non-interference in the internal affairs. The most important elements of the ASEAN Way are informality and an aversion to institutionalization. (COCKERHAM, 2009 pg. 167)

Assim sendo, o “ASEAN Way” representa para os países membros conforme abordado em Goh (2003) quatro princípios básicos pelos quais esse conceito é lastreado a partir de bases em comum desses acordos que analisamos anteriormente. O primeiro princípio em que se baseia o “ASEAN Way” é o respeito à soberania e a integridade territorial dos outros parceiros. Já o segundo consiste na aceitação do princípio da não interferência em assuntos internos, proibindo a discussão em âmbito regional de decisões tomadas pelos chefe de Estado internamente. O terceiro consiste na ênfase em usar a paz para resolver as disputas regionais de modo a renegar o uso da força. Por fim o ultimo princípio consiste na regionalização da política sem utilizar os processos de aprofundamento regional, mantendo então esse estilo pouco institucionalizado que deu origem à ASEAN também como um dos fundamentos.

Portanto, Acharya (2012b) argumenta que a aceitação dessas normas que ficaram conhecidas como “ASEAN Way” enfatiza essa visão da ASEAN direcionada para um regionalismo mais soft, fugindo daquela característica mais densa que outras regiões determinaram como sua maneira de pensar o regionalismo e consequentemente aprofundar

sua cooperação regional. Com isso, temos que essa é a fase de consolidação e criação da ASEAN e agora podemos avançar para sua segunda fase: o Embate de modelos regionais (1979-1989).

2.2) EMBATE DE MODELOS REGIONAIS (1979-1989)

Após esse período inicial de criação e consolidação da ASEAN enquanto um fenômeno regional capaz de congregiar membros para pensar a cooperação regional, temos que em 1979 acontece um enfrentamento que diminui esse ímpeto de consolidação e um possível aprofundamento da relação regional: a Guerra Camboja-Vietnã.²²

Como observado por Acharya (2012b) esse período é um embate entre dois modelos: de um lado o regionalismo da ASEAN e do outro a perspectiva buscada pelo Vietnã. Segundo o autor, o Vietnã entendia a ASEAN como uma ferramenta do ocidente incrustada na região que substituiria a SEATO²³, sendo assim nada mais do que uma extensão do imperialismo das grandes potências nas dinâmicas regionais.

Para combater esse avanço de Hanói, Acharya (2012b) mostra os direcionamentos da ASEAN nas duas principais esferas que foram acordadas na fase de consolidação: a segurança e a cooperação econômica. Na parte de segurança, o autor enfatiza que a ASEAN continua relutante por uma institucionalização mais profunda dessas dinâmicas devido principalmente a instabilidade ainda presente na região, o que resulta em um foco para essa resolução de conflito nas assembleias das Nações Unidas e outros encontros internacionais e que dá continuidade aquela visão pouco institucionalizada enfatizada no “ASEAN Way”. Já na parte econômica, Acharya (2012b) nos mostra que há uma aproximação com o Japão, que há época estava espalhando seu progresso através do conceito de “Revoada dos Gansos”²⁴ e que traz a ASEAN mais próxima para essa cooperação com o Leste Asiático.

É interessante observarmos que mesmo com a aceitação da ZOPFAN, que insere praticas no “ASEAN Way” como um ponto em que uma neutralidade e aprofundamento das

²²A Guerra Camboja-Vietnã (1975-1989) foi um conflito entre os Estados que culminou com a ocupação do Camboja tendo em vista a eliminação e retirada do poder dos líderes do Khmer Vermelho. Para saber mais leia: MORRIS, Stephen J. (1999). *Why Vietnam invaded Cambodia: political culture and causes of war*. Chicago: Stanford University Press

²³A SEATO (The Southeast Asia Treaty Organization) em português Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTSA) foi uma organização estabelecida em 1955 aos moldes da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) com o objetivo de pensar e promover a defesa coletiva dessa região. A organização foi dissolvida em 1977. Para saber mais leia: BUSZYNSKI, Leszek (1983). *SEATO: The Failure of an Alliance Strategy*. Singapore: Singapore University Press.

²⁴O Paradigma da Revoada dos Gansos consiste em uma visão da academia japonesa sobre o processo de desenvolvimento tecnológico empreendido no Sudeste Asiático olhando para o Japão como o líder desse processo. Para saber mais leia: VISENTINI, Paulo Fagundes. “*As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)*”. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011

questões mútuas de segurança é desejado, o impacto que o Vietnã causa na cooperação de segurança é quase nulo, no sentido de um aprofundamento. O assunto é sempre tratado com extrema cautela e de forma delicada, enfatizando mais uma vez a tradição do “ASEAN Way” de respeito mútuo da soberania, das decisões internas e do não enfrentamento, mesmo quando o país na região se apresenta como um rival tanto no campo político quanto no campo das ideias.

Com isso, temos que com a segunda metade dos anos 1980 Acharya (2012b) mostra que o enfrentamento entre Hanói e Phnom Penh vai rumando para um final devido a vitória militar do Vietnã, mas que o modelo defendido pela ASEAN embora rejeitado pelo Vietnã passa a interessar um país que necessita de investimentos e de uma cooperação tanto econômica quanto de segurança para se recuperar das décadas de guerras. Se aproveitando dessa percepção de uma ASEAN como um processo de cooperação aberto a toda a região, Hanói tenta costurar um acordo regional com a ASEAN para selar o fim do enfrentamento contra o Camboja, mas a dificuldade da ASEAN em construir uma relação regional de segurança mais profunda e sólida acaba por impedir esse acordo. Então, a ASEAN aceita uma tática mais global para o enfrentamento da questão e é com os Acordos de Paris (1991) que é dado fim a Guerra Vietnã-Camboja.

Segundo Acharya (2012b) tal conflito além de garantir a vitória do modelo regional da ASEAN cristalizado no “ASEAN Way”, mostra que com os Acordos de Paris (1991) a ASEAN também se saiu vitoriosa pois: 1) modelou os termos do acordo com sua própria visão de mundo e base normativa mesmo não sendo totalmente construído pela região e 2) fez com que a ASEAN ganhasse prestígio internacional e um reconhecimento positivo com sua tratativa para a questão do Vietnã. Além disso, tais pontos abrem espaço para a inserção da Indochina como *locus* de cooperação buscado pela ASEAN, ampliando seu escopo de países membro.

Com o fim do conflito que dura de 1979 até 1989, a diminuição da tensão entre as grandes potências na região com a queda do muro de Berlim e o final da Guerra Fria, a expansão da globalização que constrói uma percepção de diminuição das fronteiras a leva busca pelo regionalismo como o principal foco de cooperação é que a partir dos anos 1990 seria possível a expansão e aprofundamento institucional da ASEAN, que veremos na próxima seção.

2.3) EXPANSÃO E APROFUNDAMENTO (1990-2012)

Após esse período de embate entre Camboja e Vietnã, ocorre uma aproximação de Hanói em relação ao processo regional empreendido pela ASEAN, de modo a proporcionar uma expansão tanto no sentido comercial (com acordos de livre comércio entre os países da região e de outras regiões) como também no sentido institucional que será mostrado nessa seção. Além disso, os anos 1990 também foi o período em que há uma expansão dos membros da ASEAN em direção ao CLMV (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã), comungando sob uma mesma organização a totalidade dos países do Sudeste Asiático e consequentemente fazendo com que a ASEAN pela primeira vez atingisse seu potencial inicial de trazer para a cooperação os países dessa região.

Com isso, temos que esse movimento dos anos 1990 proporcionou um espaço bastante considerável para que os processos de evolução institucional e de aprofundamento fossem trazidos à ordem do dia na ASEAN. Como observado por Austria (2011), a evolução dos anos 1990 se caracteriza por um dos mais importantes pontos para se entender o regionalismo da ASEAN, já que esse processo garante para a ASEAN o papel de *hub* regional, o que leva a construção, de uma maneira centrípeta, dos processos regionais para dentro de si. Em outras palavras, como nos mostra Ahmad (2012), a ASEAN constrói toda essa evolução de uma maneira que assegura seu papel como guia do regionalismo, direcionando seus avanços e retrocessos e também fornecendo toda a base normativa (o ASEAN Way) para que se construa os relacionamentos regionais.

Tal ponto é fundamental posto que embora essas evoluções institucionais são para além da ASEAN e ultrapassam seu escopo regional focado no Sudeste Asiático, existe um vínculo indispensável entre essas duas dinâmicas. Esse vínculo indispensável faz com que não possamos argumentar que essas evoluções institucionais sejam independentes da ASEAN em si, já que sem a ASEAN e todo seu histórico de processos e identidades construídas desde 1967 tais processos não existiriam e também que toda essa construção influencia diretamente na maneira que essas instituições são concebidas. Isto é, a visão aqui adotada para a ASEAN entende que toda essa evolução não se dissocia da instituição em si, mas que na verdade é interpretada como um adendo institucional da própria ASEAN e não pode ser entendida (e nem pretende ser) como algo que substitua a organização com sede em Jakarta.

Com isso, temos que nessa seção falaremos sobre as principais instituições desse período de expansão: APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation), ARF (ASEAN Regional Forum), ASEAN+3 (ASEAN Plus Three) e o EAS (East Asia Summit). Após isso, falaremos sobre o aprofundamento da ASEAN, mostrando um pouco dos avanços propostos na Carta da

ASEAN de 2007 e também de outros documentos importantes para isso como o Bali Concord II e III. Dessa maneira, passaremos para a discussão da expansão das institucional da ASEAN.

2.3.1) APEC

Sendo a possibilidade de expansão institucional a perspectiva a ser buscada devido ao contexto em que ideia de se construir uma cooperação com maior escopo e profundidade era uma das mais fortes para a ASEAN, Ba (2009) nos mostra que a percepção e construção em direção a uma comunidade do Pacífico toma forma. Com isso, surge formalmente em 1989 a APEC²⁵ (Asia-Pacific Economic Cooperation) para dar um sentido material a essa perspectiva de expansão. Tal expansão entra nesse recorte temporal pois embora tenha surgido na fase anterior, é a partir dos anos 1990 que de fato ocorre seu aprofundamento e a fase mais importante da cooperação econômica no seio dessa instituição.

De acordo com Ba (2009), para que esse *locus* de cooperação surgisse, a ASEAN enquanto progenitora e centro do regionalismo elenca três condições: 1) que esse modelo de cooperação econômica tenha uma estrutura flexível e não normativa; 2) que não exista um corpo burocrático formalizado para a APEC e 3) que a ASEAN tem que obrigatoriamente se inserir ocupando a posição, como a própria instituição diz, de condutora dos processos regionais. Satisfeita essas condições, é que a APEC surge enquanto carro chefe para a cooperação econômica ligando as diversas regiões banhadas pelo Oceano Pacífico e também satisfazendo essa tendência mais globalista da ASEAN no início dos anos 1990.

Passando para a maneira pela qual a APEC constrói suas relações, Nair (2009) argumenta que a base regional para essa cooperação econômica ainda é condizente com o processo construído, que já discutimos nesse texto, do ASEAN Way. Com isso temos que os principais objetivos desse acordo regional, segundo Bisley (2007) é promover o crescimento e o desenvolvimento da região com base na cooperação econômica entre os atores e também em paralelo implementar a liberalização comercial e o multilateralismo.

Embora essa amplitude possibilitasse uma evolução para a cooperação regional da ASEAN, Beeson (2009) nos mostra que os resultados permaneceram muito aquém das suas reais possibilidades. Segundo o autor, o fato de comungar muitos atores com percepções e ideias dispares sobre como gerenciar a evolução institucional regional acaba por levantar inconsistências e disputas dentro do próprio processo, o que dificulta sua evolução

²⁵ Membros da APEC: Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, República Popular da China, Hong Kong, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos, Vietnã.

principalmente com a defesa intensa por parte da ASEAN pelas diretrizes da ASEAN Way, que são muito diferentes daquelas dos membros de fora da região da ASEAN. Além disso outro ponto fundamental para que houvesse uma diminuição do ímpeto pela APEC, conforme argumentado por Ba (2009), foi a crise asiática de 1997. A dificuldade de resposta para essa crise, somado a essas inconsistências devido as diferentes percepções regionais levam ao desgaste e o início da visão da ASEAN em direção a uma cooperação focada na soma entre Sudeste Asiático e Leste Asiático. Não é que tal proposta tenha sido irrelevante para a cooperação regional e nem que a mesma não tenha atingido certos resultados positivos, mas é que tais fatores estagnam essa evolução institucional regional e abre espaço para outras perspectivas, que serão materializados na ASEAN+3 e na EAS. Assim, podemos passar para a segunda evolução institucional que ocorre na região: a ARF.

2.3.2) ARF

Tal instituição se coloca como o segundo passo da expansão institucional da ASEAN nos anos 1990. Sendo facilitada pela diplomacia de *Track II* ²⁶ bastante presente na região, a ARF²⁷ (ASEAN Regional Forum) surge como a instituição responsável por pensar a cooperação na parte de segurança. Conforme analisado por Beeson (2009) a ARF foi criada em 1994 com dois principais objetivos: 1) o de facilitar o diálogo referente as questões de segurança, de modo a contribuir para o aprofundamento da cooperação entre os membros dessa instituição e 2) para manter as potências de fora da região ainda engajadas na cooperação e articulação dos temas de defesa e segurança.

O receio de que o afastamento dos Estados Unidos da região com o fim da Guerra Fria diminuísse o escopo e a qualidade da segurança regional, conforme argumenta Buszynski (1998), leva a criação da ARF. Um segundo ponto em que a criação da ARF se torna necessário para além desse receio de uma possível retirada dos Estados Unidos consiste, como analisado por Buszynski (1998), na necessidade do engajamento de Beijing para as questões de segurança regional, trazendo um *player* fundamental da Ásia para a própria cooperação regional. Um terceiro ponto analisado pelo autor é na importância que a ARF toma para si de

²⁶ Refere-se a diplomacia não-governamental, contatos informais e não-oficiais e atividades entre cidadãos particulares ou grupos de indivíduos, às vezes chamado de "atores não estatais". Tal diplomacia se contrasta com a diplomacia Track I, que pode ser definida como a diplomacia oficial, governamental que ocorrem dentro dos canais oficiais. Para saber mais leia: Diamond, L., & McDonald, J. (1991). *Multi-Track Diplomacy: A Systems Guide and Analysis*. Iowa Peace Institute e Kaye, D. D. (2007). *Talking to the enemy: Track two diplomacy in the Middle East and South Asia*. Rand Corporation.

²⁷ Membros ARF: ASEAN, Austrália, Bangladesh, Canada, China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Rússia, Timor Leste, Estados Unidos e Sri Lanka.

localizar, como vimos no capítulo anterior, tratados internacionais (como aceitar o texto da UNCLOS²⁸ como base normativa para as questões marítimas na região) para tratar temas específicos da região.

Embora esse processo se insira em uma perspectiva mais voltada para a região da Ásia-Pacífico enquanto o ambiente para se avançar a cooperação de segurança e também tenha essa prerrogativa de trazer outras potências de fora da região para essa instituição, temos que o Beeson (2009) enfatiza o fato de a ASEAN continuar sendo o centro vital dessa institucionalização. Dessa maneira, engajando as grandes potências encabeçadas pelos Estados Unidos, importantes *players* regionais como o engajamento Chinês e dando a prerrogativa de liderança dessa cooperação para a ASEAN como foi feito na APEC é que se constitui a ARF.

Entendendo um pouco das suas principais características, Severino (2008) aponta três principais objetivos que a ARF se propõe enquanto instituição para o pensamento da segurança regional. O primeiro objetivo é o de se portar como uma instituição que daria a possibilidade de se construir uma confiança mútua entre os membros, facilitando e aprofundando as dinâmicas multilaterais de segurança. Já o segundo objetivo consiste no fato de se defender arduamente uma diplomacia preventiva, afastando a possibilidade de um escalonamento dos conflitos para a violência e o confronto direto. Por fim, o terceiro e último objetivo baseia-se na ideia de se desenvolver um mecanismo para a resolução de conflitos regionais.

Além disso, Harris (2012) mostra que a tradição dos processos construídos pela ASEAN em sua primeira fase ainda são os principais fatores para que o processo ande de uma maneira mais lenta. Uma dessas primeiras dificuldades para essa expansão que é citada por Acharya (2009) que essa tradição impõe é a questão do papel que a não interferência possui dentro das dinâmicas regionais. Para o autor, essa premissa que é amplamente aceita e se coloca como uma das bases fundamentais da ASEAN Way dificulta que a cooperação na parte de segurança, principalmente o terceiro objetivo, evolua para algo mais denso institucionalmente. Beeson (2009) também enfatiza que essa prerrogativa da ASEAN enquanto líder e regulador da cooperação na ARF traz uma imensa dificuldade na relação entre os membros da Ásia e de fora da região, tendo em vista que os processos construídos e a

²⁸ United Nations Convention on the Law of the Sea. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf> Acesso em: 23/06/2016.

percepção de como deve funcionar uma instituição regional são diferentes daqueles construídos pela ASEAN.

Além disso, Narine (1998) demonstra que a crise asiática de 1997 também influencia diretamente o ímpeto para essa instituição e sua evolução institucional, demonstrando que o escopo muito amplo pode não ter sido a melhor escolha para a ARF e a ASEAN enquanto centro desse regionalismo. Dessa maneira, para a autora todos esses eventos que dificultam essa evolução regional podem ser resumidos em duas críticas. A primeira, se embasa na percepção de que a insistência no ASEAN Way enquanto base normativa para as relações dentro dessa organização regional dificulta o avanço desse processo em passos iguais para os diferentes membros, já fora da região os atores possuem diferentes maneira de se construir relações regionais o que leva a um estranhamento. Já a segunda é direcionada para a questão da liderança da ASEAN, que segundo a autora prejudica e dificulta que o processo se aprofunde, já que as percepções da ASEAN para a cooperação são muito díspares das dos outros membros fazendo com que as expectativas sejam largamente descoladas e que dificulte a evolução do processo.

Mesmo com todas essas críticas à evolução e a qualidade da cooperação alcançada pela ARF, Beeson (2009) demonstra de forma bastante segura que essa instituição teve sim sucesso, já que consegue assegurar a paz e também consegue trazer para seu escopo importantes discussões regionais de segurança, como a questão do mar do Sul da China por exemplo. Ademais, a ARF também consegue engajar a China nessas discussões de modo a se inserir como uma instituição bastante importante e que ainda tem uma importância fundamental para as dinâmicas de cooperação de segurança regional. Por fim, de maneira a enfatizar ainda mais a importância da ARF, essa cooperação também consegue produzir uma ideia intensa de cooperação na região que culmina na aceitação da SEANWFZ (Southeast Asian Nuclear-Weapon-Free-Zone) em 1995 pelos membros da ASEAN, aparando a principal aresta que estava presente nas questões de segurança para a ASEAN e que vinha se arrastando desde o período da ZOPFAN nos anos 1970.

Com isso, podemos passar para a discussão dos outros dois passos fundamentais para a expansão institucional da ASEAN nesse período e suas particularidades: a ASEAN+3 e o EAS.

2.3.3) ASEAN+3 e EAS

Como podemos observar anteriormente, a crise asiática de 1997 foi um dos principais influenciadores para as dinâmicas de expansão e aprofundamento institucional da ASEAN

principalmente para os processos direcionados para a cooperação econômica. De acordo com Beeson (2009) dentro dessa nova fase, que estaria mais voltada para uma expansão em direção a somar o Sudeste Asiático com o Leste Asiático para os processos regionais, há o objetivo almejado pela ASEAN de se excluir tanto os Estados Unidos quanto outras grandes potências de fora da região para que não haja mais aquele tipo de paralisação da APEC por diferenças dos atores.

Além de fomentar um regionalismo de exclusividade asiática, Ba (2009) também afirma que a crise asiática foi a principal inflexão que revela a dificuldade em que os processos regionais econômicos até agora criados tinham em fornecer uma resposta rápida para as situações de crise. É com esses dois objetivos em mente que faz com que surja essa possibilidade de um regionalismo econômico aos moldes da ASEAN+3²⁹ e depois o EAS³⁰ (East Asia Summit) e que será discutido nessa seção.

Dessa maneira, qual foi o primeiro passo ocasionado por essa crise que levou a criação da ASEAN+3 e consequentemente do EAS? Como visto em Ba (2009), o primeiro passo em direção a esse novo período para o regionalismo da ASEAN foi a Iniciativa Chiang Mai ou *Chiang Mai Initiative* (CMI) em inglês. Sendo um acordo que regulamenta e promove possibilidades para um *swap* bilateral de divisas com o objetivo de prevenir outra profunda crise como a de 1997, a CMI como acordo financeiro foi importante pois demonstrou o quão interessante a possibilidade de um aprofundamento institucional enfatizando somente o Sudeste Asiático e o Leste Asiático poderia ser caso evoluísse pra uma institucionalização com um escopo ligeiramente maior.

É a partir da observação do resultado desse acordo da CMI, como observarmos em Nair (2009), que surge o conceito de ASEAN+3 (ASEAN Plus Three). Em outras palavras, Stubbs (2002) nos mostra que a CMI foi fundamental já que a mesma é imprescindível para a institucionalização mais profunda da ASEAN+3, demonstrando uma interessante diferença já que é um processo que surge a partir de uma questão financeira em comum para os Estados da região. Dessa maneira, e além da obviedade, Chung (2013) enfatiza o objetivo central para a ASEAN+3 não só como uma questão de cooperação financeira, mas sim o de ser a base de um regionalismo o qual é estritamente focado em uma integração econômica entre as partes e que coloca essa instituição como um importante *locus* de cooperação e de expansão institucional.

²⁹ Membros: ASEAN, China, Coréia do Sul e Japão.

³⁰ Membros: ASEAN, Austrália, China, Índia, Japão, Nova Zelândia, Rússia, Coréia do Sul e Estados Unidos.

Porém, uma reflexão importante a ser feita é sobre a origem dessa ideia de ASEAN+3. Como analisado por Terada (2012), a ideia de uma expansão institucional para o Leste Asiático pode ser observada desde os anos 1990 como uma proposta constantemente levantada nas cúpulas da ASEAN pela Malásia. Para Kuala Lumpur a tentativa de uma unidade entre esses dois espectros regionais era muito importante já que era a principal maneira de se conquistar um aprofundamento institucional. Com o ASEAN Way sendo o guia para os relacionamentos regionais dentro dessa instituição, com a ASEAN tomando para si o centro do regionalismo, como já havia feito anteriormente em outros processos institucionais, e após o contexto da crise asiática é que surge a ASEAN+3 como principal foco institucional para debater e aprofundar a cooperação econômica.

Embora tenha sido um importante avanço, a literatura observa e argumenta em direção a alguns problemas que possam ter dificultado a caminhada institucional da ASEAN+3 durante a construção de uma cooperação econômica e comercial. Conforme observado por Terada (2012) temos três grandes críticas a serem feitas para o processo de cooperação regional que a ASEAN+3 pretende construir. A primeira crítica é condizente com a questão da ausência dos Estados Unidos dentro do escopo de discussão para a cooperação comercial e econômica na região. Se essa ausência acarreta ganhos de um lado no sentido de uma independência e fortalecimento das próprias dinâmicas regionais, por outro segundo o autor há uma perda já que a não inserção da principal economia global diminui consideravelmente as possibilidades de que ocorra ganhos comerciais maiores e outras alternativas para a cooperação econômica.

Já uma segunda crítica colocada pelo autor consiste na falta de um ímpeto político por parte da CMI, ou seja, em sua visão a CMI não consegue construir para si um papel para além de uma dinâmica regional técnica o que dificulta essa expansão para uma cooperação mais profunda e que envolva os atores, politicamente falando, de maneira mais densa. Por fim, uma terceira crítica apontada pelo autor é a insistência da ASEAN enquanto mantenedora do papel central na cooperação, fato esse que dificulta (nesse caso em menor grau devido ao menor escopo) um aprofundamento para outros membros que não sejam acostumados ou não localizaram as diretrizes das prévias cognitivas do Sudeste Asiático.

Mesmo com essas dificuldades apontadas por Terada (2012), não se pode afirmar que o processo não tenha tido avanços significativos como por exemplo o acordo de zonas de livre comércio entre os membros da ASEAN+3 por exemplo. Contudo, mesmo com esses ganhos, a disputa entre Tóquio e Beijing dentro dessa cooperação faz com que haja a criação de um modelo “rival” de cooperação a esse da ASEAN+3 que é o EAS. Conforme argumenta

Camroux (2012) a ASEAN+3 acirra as disputas entre esses dois membros, que faz com que o Japão com o objetivo de desafiar a preferência chinesa pela ASEAN+3 e a questão da exclusão dos Estados Unidos e de outros Estados de outras regiões, passe a apoiar a criação de um modelo de cooperação econômica e comercial mais ampla.

Camroux (2012) nos mostra que o EAS possui três principais objetivos. O primeiro deles é não tirar a centralidade da ASEAN sobre as dinâmicas regionais, reconhecendo Jacarta como líder mas sempre tentando inserir novas visões e possibilidades para a cooperação regional. O segundo objetivo que surge com a criação da EAS é o de conter o avanço de Beijing proliferado principalmente com sua maior participação nas dinâmicas regionais com a ASEAN+3, de modo a deixar mais devagar sua diplomacia assertiva em direção a ASEAN. Já o terceiro e talvez o mais interessante para o contexto regional é o de que com o EAS há o retorno da Índia para a região da Ásia e também o de promover uma cooperação com um escopo maior de membros, de modo a dinamizar a cooperação regional.

Com isso, podemos observar que essa expansão da ASEAN em direção a um regionalismo que some Sudeste Asiático mais Leste Asiático consiste em uma constante disputa entre Japão e China sobre qual o modelo mais interessante para a cooperação. Tal fato é agravado pela dificuldade da ASEAN em contornar essa situação e exercer de modo mais pragmático e seguro seu papel de líder do desenvolvimento regional. É claro que mesmo que haja esse enfrentamento, a ASEAN+3 tanto pelo seu maior histórico como também pela maior vontade chinesa e da ASEAN acaba por ser a principal instituição que prospera nesse regionalismo mais asiático proposto pela ASEAN a partir da crise de 1997, deixando o EAS ainda como uma segunda opção para esse processo regional de cooperação econômica asiática.

Em suma, após ver e analisar a expansão institucional ocorrida nesse período, podemos passar para a observação de seu aprofundamento que acontece com a aceitação da Carta da ASEAN em 2007.

2.3.4) A CARTA DA ASEAN DE 2007

O aprofundamento institucional que a Carta da ASEAN de 2007 traria foi planejado desde o acordo Bali Concord II em 2003, o que mostra mais uma vez o planejamento gradual em que os aprofundamentos se dão para o regionalismo do Sudeste Asiático. Nesse acordo, os membros chegaram à conclusão de que o aumento do escopo da ASEAN para o CLMV urgia uma necessidade de aprofundar e consolidar as conquistas até então adquiridas por essa

cooperação regional. Dessa maneira, o Bali Concord II (2003) declara para que o aprofundamento regional ocorra três principais pontos devem ser respeitados ou criados para que se conseguisse alcançar esse objetivo de consolidação e especialização observado pelos membros.

Especificado no Bali Concord II (2003)³¹ o primeiro ponto que seria imprescindível para esse objetivo, que entra nessa perspectiva de criação futura, consiste no estabelecimento de uma comunidade da ASEAN de modo a subdividir a cooperação em três pilares temáticos: uma comunidade econômica, político-social-cultural e uma de segurança. Já o segundo, e já enfatizado em todos os períodos da evolução institucional da ASEAN é a aceitação do TAC como o conjunto de regras a serem aceitas pela cooperação, reafirmando a centralidade que o Tratado da Amizade e Cooperação possui como base normativa para as relações regionais. Por fim, o terceiro ponto aceito nesse acordo regional é o fato de que mesmo com a criação de um pilar focado somente em segurança a ARF continuaria a ser o principal fórum para refletir e construir políticas de cooperação regional na temática de segurança e essa comunidade de segurança serviria como auxílio para a ARF.

³¹ **REAFFIRMING** that ASEAN is a concert of Southeast Asian nations, bonded together in partnership in dynamic development and in a community of caring societies, committed to upholding cultural diversity and social harmony; **DO HEREBY DECLARE THAT:** 1) An ASEAN Community shall be established comprising three pillars, namely political and security cooperation, economic cooperation, and socio-cultural cooperation that are closely intertwined and mutually reinforcing for the purpose of ensuring durable peace, stability and shared prosperity in the region; 2) ASEAN shall continue its efforts to ensure closer and mutually beneficial integration among its member states and among their peoples, and to promote regional peace and stability, security, development and prosperity with a view to realizing an ASEAN Community that is open, dynamic and resilient; 3) ASEAN shall respond to the new dynamics within the respective ASEAN Member Countries and shall urgently and effectively address the challenge of translating ASEAN cultural diversities and different economic levels into equitable development opportunity and prosperity, in an environment of solidarity, regional resilience and harmony; 4) ASEAN shall nurture common values, such as habit of consultation to discuss political issues and the willingness to share information on matters of common concern, such as environmental degradation, maritime security cooperation, the enhancement of defense cooperation among ASEAN countries, develop a set of socio-political values and principles, and resolve to settle long-standing disputes through peaceful means; 5) The Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia (TAC) is the key code of conduct governing relations between states and a diplomatic instrument for the promotion of peace and stability in the region; 6) The ASEAN Regional Forum (ARF) shall remain the primary forum in enhancing political and security cooperation in the Asia Pacific region, as well as the pivot in building peace and stability in the region. ASEAN shall enhance its role in further advancing the stages of cooperation within the ARF to ensure the security of the Asia Pacific region; 7) ASEAN is committed to deepening and broadening its internal economic integration and linkages with the world economy to realize an ASEAN Economic Community through a bold, pragmatic and unified strategy; 8) ASEAN shall further build on the momentum already gained in the ASEAN+3 process so as to further draw synergies through broader and deeper cooperation in various areas; 9) ASEAN shall build upon opportunities for mutually beneficial regional integration arising from its existing initiatives and those with partners, through enhanced trade and investment links as well as through IAI process and the RIA; 10) ASEAN shall continue to foster a community of caring societies and promote a common regional identity; (ASEAN, 2003. Pg 1)

Com esses pontos acertados previamente entre os membros da ASEAN, em 2007 houve a negociação e a assinatura da Carta da ASEAN. Seguindo os mesmos objetivos vistos no Bali Concord II, assumindo o papel de entidade de Direito Internacional e criando esse tripé proposto anteriormente – ASEAN Security Community, ASEAN Economic Community e ASEAN Social-Cultural Community – é que a Carta da ASEAN nasce e assume o lugar de documento máximo para a cooperação regional. Assim, a Carta da ASEAN (2007) além de criar e assumir todos esses papéis para a ASEAN, também destaca e reconhece todos os acordos anteriores a essa carta, sistematizando e garantindo todo o avanço conquistado até 2007. Além disso, essa carta também deixa claro todas as divisões institucionais para o funcionamento da ASEAN e também sistematiza todo o funcionamento dos processos de cooperação, como por exemplo as cúpulas e os processos de cooperação paralelos a esse encontro entre os alto representantes.

Dessa maneira, essa é a evolução institucional da ASEAN desde a sua criação em 1967. Como podemos observar, esse processo se deu por muitos progressos retrocessos, mas sempre com uma constante evolução, principalmente nos anos 1990 com a expansão institucional e o aprofundamento dos processos de cooperação. Com isso, podemos passar para a próxima seção que consiste em um fator fundamental para o nosso trabalho aqui proposto de observar a influência da ASEAN em direção a construção de política externa da China que é a análise e sistematização da Agenda Normativa de segurança que a ASEAN constrói e aplica para o contexto da região da Ásia.

3) A AGENDA NORMATIVA DE SEGURANÇA DA ASEAN

Com o estudo sobre a evolução institucional feito aqui nesse capítulo, que se mostra fundamental para compreendermos as bases as quais essa cooperação foi construída e também para deixar claro como e quais foram as escolhas de trajetória da ASEAN que culminam na sua expansão e aprofundamento institucional nos anos 1990, podemos com tranquilidade observar alguns fenômenos que serão discutidos como uma agenda de segurança para a ASEAN sendo os quais capazes de alguma maneira incentivar as dinâmicas de política externa de Beijing. Para isso, tomaremos como base para observar essas normas os principais documentos e instituições que pensam a segurança na região: a ZOPFAN, o SEANWFZ, os Bali Concord I, II e III e pôr fim a ARF, que é o principal *locus* para a cooperação na temática de segurança.

Após essa discussão, que será uma observação de quais são as pedras fundamentais normativas para questão da cooperação de segurança, passaremos para a observação de um

foco mais específico: a questão das normas relativas as questões do Mar do Sul China, que serão o ponto de observação central para que possamos concluir se há ou não algum tipo de Localização Regional dessas normas para a política externa Chinesa.

Abad Jr (2000) em um texto apresentado em um encontro de *Track II* da ARF afirma que a primeira característica das normas de segurança para essa cooperação consiste na neutralização enquanto uma objetivo constantemente desejado e buscado pelos membros da ASEAN. Temos que um dos pontos primordiais para as normas de segurança consiste na busca por uma região neutra e distante das dinâmicas das Grandes Potências. Segundo esse autor, a percepção de neutralização entendida dentro do contexto do Sudeste Asiático é um pouco mais ampla do que seu conceito clássico, sendo que

[...] neutrality means that the Zone states shall undertake to maintain their impartiality and shall refrain from involvement directly or indirectly, in ideological, political, economic, armed or other forms of conflict, particularly between power outside the Zone, and that outside powers shall not interfere in the domestic or regional affairs of the Zone states (ABAD JR., 2000. Pg 2)

Além desse conceito de neutralidade, outro ponto importante que se insere como base normativa para a Agenda de Segurança da ASEAN consiste na relação entre a ASEAN Way e os processos que formam esse conceito. Para Acharya (2012b), as diretrizes aceitas durante a construção desse processo que consistem, por exemplo, no respeito mútuo ou o renúncio do uso da força que estão explicitados no TAC se inserem como outro ponto de fundamental evolução normativa. Para o autor tais pontos serão constantemente usados como sustentação tanto para gerir o relacionamento dentro da cooperação de segurança quanto como critério para outras normas, sendo por esse motivo outro ponto fundamental para base normativa de segurança da ASEAN.

Um terceiro fato importante para observarmos essa base normativa da ASEAN são os acordos regionais que de alguma maneira complementam tanto o TAC quanto a ZOPFAN enquanto os dois principais planos normativos. O primeiro deles, o SEANWFZ de 1995 que apara algumas arestas deixadas pelo ZOPFAN, complementa a percepção construída pela ASEAN de neutralização, já que traz para esse escopo normativo a aceitação da renúncia do uso de armas nucleares para a região³². Já o segundo consiste nos acordos de Bali Concord (são três) que de alguma maneira planejam e complementam os pontos acordados pelo TAC. O Bali Concord I (1976) delimita as ações mais praticas para a segurança no sentido de

³² The States Parties to this Protocol, **DESIRING** to contribute to efforts towards achieving general and complete disarmament of nuclear weapons, and thereby ensuring international peace and security, including in Southeast Asia; Article 1: Each State Party undertakes to respect the Treaty on the Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone, hereinafter referred to as the "Treaty", and not to contribute to any act which constitutes a violation of the Treaty or its Protocol by States Parties to them. (ASEAN, 1995. Pg 1)

incentivar um constante avanço para essa área temática, enfatizando a importância para a ASEAN liderar a cooperação para a segurança³³ em outras bases para além da própria ASEAN. Já o Bali Concord II (2003) estabelece uma evolução dessa cooperação e das dinâmicas institucionais apresentadas no TAC com a criação de uma comunidade de segurança³⁴ mais institucionalizada que complemente com a centralidade conferida à ARF³⁵ para essa temática. Por fim o Bali Concord III (2011) reforça todas as percepções anteriores e confere uma importância das normas acordadas para a segurança como um importante fator de cooperação.

Embora todos esses avanços sejam fundamentais para demonstrarmos a base normativa de segurança da ASEAN o ponto de avanço mais significativo e que mais claramente delimita as normas de segurança para além desses pontos é a ARF. Por ser uma instituição específica e implemente o aprofundamento dessas concepções, a ARF é o ponto escolhido para observarmos as normas da ASEAN especificamente para as questões do Mar do Sul da China e consequentemente fornecer a possibilidade de observarmos se existe uma Localização Regional dessas questões para a política externa chinesa.

Em sua primeira cúpula em 1994, a ARF ainda não se manifesta diretamente para a aceitação de normas exclusivas para a questão do Mar do Sul da China, mas coloca como objetivo para a ARF promover a cooperação e ser o ponto em comum para a discussão dessa temática³⁶. Dessa maneira, na Cúpula da ARF de 1994 os membros concordam que para gerir essa cooperação e conduzir as relações entre os membros os preceitos do ASEAN Way, que foi discutido anteriormente nesse capítulo, devem ser respeitados como a maneira primordial de se construir os relacionamentos e negociar as normas para o avanço cooperativo³⁷. Além disso nessa cúpula de 1994 a ARF deixa claro que tentará produzir normas para que a cooperação ocorra nas áreas de não proliferação nuclear, *peacekeeping*, troca de informações

³³ Continuation of cooperation on a non-ASEAN basis between the member states in security matters in accordance with their mutual needs and interests. (ASEAN, 1976a. Pg 4)

³⁴ An ASEAN Community shall be established comprising three pillars, namely political and security cooperation, economic cooperation, and socio-cultural cooperation that are closely intertwined and mutually reinforcing for ensuring durable peace, stability and shared prosperity in the region; (ASEAN, 2003. Pg 1)

³⁵ The ASEAN Regional Forum (ARF) shall remain the primary forum in enhancing political and security cooperation in the Asia Pacific region, as well as the pivot in building peace and stability in the region. ASEAN shall enhance its role in further advancing the stages of cooperation within the ARF to ensure the security of the Asia Pacific region; (ASEAN, 2003. Pg 1)

³⁶ Recognizing the need to develop a more predictable constructive pattern of relationships for the Asia-Pacific region, the Meeting expressed its firm conviction to continue to work towards the strengths and the enhancement of political and security cooperation within the region as a means of ensuring a lasting peace, stability, and prosperity for the region and its peoples. (ARF, 1994. Pg 2)

³⁷ Endorse the purposes and principles of ASEAN's Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia, as a code of conduct governing relations between states and a unique diplomatic instrument for regional confidence-building, preventive diplomacy, and political and security cooperation. (ARF, 1994. Pg 1)

não militares sobre segurança, questões marítimas e diplomacia preventiva³⁸. Tendo em vista essa preocupação enfatizada nesse documento com as questões marítimas, é possível usar as normas aceitas para essa temática como fonte de análise para o processo de Localização Regional dessas normas em direção a política externa chinesa.

Com isso, temos duas questões principais: qual é então o primeiro passo normativo da ARF em direção à questão marítima? E porque podemos argumentar no sentido de uma influência da ARF em direção a política externa chinesa? A ARF tem a capacidade de influenciar essas dinâmicas pois traz para um mesmo nicho de cooperação a ASEAN e a China, fazendo com que ambos aceitem essas normas e as evoluções da cooperação.

Em seguida a esse primeiro passo, temos que as cúpulas posteriores avançam na construção de uma rede de cooperação para essas questões através do conceito de Regionalismo *Track II* como observamos anteriormente. Dentro desses processos que fazem com que ocorra um avanço gradual da participação mútua de ASEAN e China para as questões marítimas da região Asiática e consequentemente a criação de normas em comum para gerir essa questão temos como por exemplo o *Workshop Series on Managing Potential Conflicts in the South China Sea* e o *ASEAN-China Senior Officials* que também insere em sua pauta mais extensa essas questões.

Em consequência do aceite das normas anteriores de segurança e o avanço desse Regionalismo de *Track II* para que se aprofunde as discussões sobre essa questão do Mar do Sul da China, a cúpula da ARF de 1999 enfatiza e avança em dois pontos fundamentais para essa questão: a primeira que consiste na construção de um código de conduta entre os interessados nessa questão de delimitação de domínio territorial do Mar do Sul da China para um futuro próximo e também garante um suporte por parte da ARF enquanto centro da cooperação de segurança para que se garanta a evolução constante desses processos e de sua normatização³⁹. E é com base nesse contexto de um aceite de um código e desse suporte da

³⁸[...] ideas which might be the subjects of such further study including confidence and security building nuclear non-proliferation, peacekeeping cooperation including regional peacekeeping training center, exchanges of non-classified military information, maritime security issues, and preventive diplomacy. (ARF, 1994. Pg 2)

³⁹ The ministers welcomed the commitment of all countries concerned to the peaceful settlement of disputes in the South China Sea in accordance with the recognized principles of international law and the UNCLOS. They stressed the importance of freedom of navigation in this area. The ministers noted that some ARF countries were concerned that there could be increased tensions. They welcomed the continued exercise of self-restraint by all sides and the positive contributions made by the bilateral consultations between the countries concerned. They

ASEAN que o documento da cúpula de 1999 enfatiza e garante alcançar para essa questão que surge o principal documento que normatiza esse processo sobre as questões marítimas: a Declaração Sobre A Conduta Das Partes No Mar Do Sul da China de 2002.

Essa declaração para a questão do Mar do Sul da China salienta quatro princípios os quais são acordados e que de alguma maneira podem ser observados como sendo possíveis normas Localizadas para a Política Externa Chinesa. De acordo com a Declaração Sobre a Conduta das Partes No Mar do Sul da China (2002) o primeiro princípio consiste na aceitação da UNCLOS (United Nations Convention on the Law of the Sea), dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e de outros princípios normativos globalmente aceitos sobre o Direito Marítimo como a principal base normativa para que ocorra a discussão política sobre a disputa no Mar do Sul da China.⁴⁰

Já o segundo, se dá pela aceitação de que as disputas devem ser sempre através de meios pacíficos, o que leva a uma percepção da importância de além de aceitar a paz também edificar algum tipo de moderação para evitar que essas disputas se escalonem para um conflito. O terceiro embasa-se na questão da aceitação pelas partes de que não se pode proibir o tráfego de navios pela região, ou seja, foi acordado que a livre circulação deve ser respeitada e buscada para que se evite algum tipo de violência ou de prejuízo aos eixos de

further welcomed the dialogue in the ASEAN-China senior Officials consultations, the regular exchange of views in the ARF, and the continuing work of the Informal Workshop on Managing Potential Conflicts in the South China Sea, which have enhanced confidence building. They noted that ASEAN was working on a regional Code of Conduct in the South China Sea. (ARF, 1999. Pg 2)

⁴⁰ **HEREBY DECLARE** the following: 1) The Parties reaffirm their commitment to the purposes and principles of the Charter of the United Nations, the 1982 UN Convention on the Law of the Sea, the Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia, the Five Principles of Peaceful Coexistence, and other universally recognized principles of international law which shall serve as the basic norms governing state-to-state relations; 2) The Parties are committed to exploring ways for building trust and confidence in accordance with the above-mentioned principles and on the basis of equality and mutual respect; 3) The Parties reaffirm their respect for and commitment to the freedom of navigation in and overflight above the South China Sea as provided for by the universally recognized principles of international law, including the 1982 UN Convention on the Law of the Sea; 4) The Parties concerned undertake to resolve their territorial and jurisdictional disputes by peaceful means, without resorting to the threat or use of force, through friendly consultations and negotiations by sovereign states directly concerned, in accordance with universally recognized principles of international law, including the 1982 UN Convention on the Law of the Sea; 5) The Parties undertake to exercise self-restraint in the conduct of activities that would complicate or escalate disputes and affect peace and stability including, among others, refraining from action of inhabiting on the presently uninhabited islands, reefs, shoals, cays, and other features and to handle their differences in a constructive manner. 6) Pending a comprehensive and durable settlement of the disputes, the Parties concerned may explore or undertake cooperative activities. 7) The Parties concerned stand ready to continue their consultations and dialogues concerning relevant issues, through modalities to be agreed by them, including regular consultations on the observance of this Declaration, for the purpose of promoting good neighbourliness and transparency, establishing harmony, mutual understanding and cooperation, and facilitating peaceful resolution of disputes among them; 8) The Parties undertake to respect the provisions of this Declaration and take actions consistent therewith; 9) The Parties encourage other countries to respect the principles contained in this Declaration; 10) The Parties concerned reaffirm that the adoption of a code of conduct in the South China Sea would further promote peace and stability in the region and agree to work, based on consensus, towards the eventual attainment of this objective. (ASEAN, 2002. Pg 1-2).

comércio. O último consiste em um comprometimento das partes em continuar a sempre discutir as questões marítimas do Mar do Sul da China de uma maneira multilateral, evitando algum tipo de disputa ou desentendimento que o bilateralismo traria de modo a prejudicar o avanço da cooperação e da discussão política sobre as disputas sobre essa região.⁴¹

Após esse documento de 2002, as cúpulas da ARF constantemente demonstram os progressos que tais normas fizeram para a cooperação regional sobre a questão marítima, especificamente no Mar do Sul da China, de modo a continuamente frisar o comprometimento das partes em relação a esses termos acordados nessa declaração. Além disso até o ano de 2012, que é o recorte estabelecido para nossa pesquisa, temos que os documentos da ARF ainda mostram a necessidade de que algo maior do que a Declaração de 2002 seja construído, mas que de fato o Código almejado pela cúpula de 1999 ainda não foi formalizado e muito menos publicado algum esboço.

Em resumo, como discutimos até aqui nessa sessão, a agenda de segurança da ASEAN constrói quatro principais conjuntos de normas para a cooperação sobre a questão marítima do Mar do Sul da China: 1) a neutralização da região frente as disputas entre as grandes potências, o que garante a não intromissão desses Estados nas dinâmicas domésticas de segurança regional conforme vimos o conceito acima; 2) o respeito pelo uso militar da energia atômica, de forma a construir mísseis balísticos ou armas de ataque; 3) a utilização dos aspectos construídos do ASEAN Way e dos cinco princípios de coexistência pacífica como as duas regras para as relações entre os membros da cooperação de segurança que enfatiza a ARF como o principal fórum responsável por coordenar as dinâmicas de segurança na região e 4) quando olhamos especificamente para as questões marítimas, o foco privilegiado é sobre a questão do Mar do Sul da China. Tal ponto a partir da ARF passa a não ser mais tratado como uma questão interna chinesa e que depende de um bilateralismo de Beijing, mas sim como um problema que enfatiza a resolução pelo multilateralismo, a UNCLOS como norma primordial para gerir esse embate, assim como outras normas universalmente aceitas do Direito Internacional Marítimo. Além disso, temos uma declaração de 2002 que aceita regras em comum para essa questão e que também anseia por um aprofundamento no sentido de serem aceitas regras mais densas e específicas sobre a questão.

Em suma, essa é a Agenda Normativa de Segurança da ASEAN e suas especificidades para a questão marítima. Esse debate é importante pois é com base nessa Agenda que

⁴¹ Ibid., Pg 1-2.

tentaremos no próximo capítulo observar se a mesma é Localizada para a política externa Chinesa de modo que alguma de suas prévias cognitivas para a questão do Mar do Sul da China tenha sido transformada por esse processo de cooperação regional.

4) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A ASEAN, como vimos durante esse capítulo, é uma instituição que com o passar dos anos vem cada vez mais se aprofundando nas suas dinâmicas de cooperação. Começando com as perspectivas ainda de uma maneira pouco institucionalizada nos anos 1960, com a ZOPFAN e o TAC passa por um intenso aprofundamento e expansão com o final da Guerra Fria e o fim dos enfrentamentos contra o Vietnã.

Mesmo com esses avanços, as bases institucionais construídas do ASEAN Way, que como vimos é um conjunto de normas que a ASEAN aceita como sendo a maneira pela qual as relações regionais são pautadas, continuam sendo um dos principais fatores para a região. Isso influencia a maneira pela qual a ASEAN planeja sua evolução e também reforça a centralidade que a ASEAN possui enquanto capital do regionalismo da Ásia, já que a ARF consiste em uma evolução da própria agenda da ASEAN e também traz para si toda essa evolução normativa para os relacionamentos que essa instituição trazia para si desde a sua criação em 1967.

Com a tranquilidade de entender as razões e os motivos os quais a ASEAN teve para que a cooperação seja construída de uma maneira a qual a Agenda Clássica, conforme vimos no capítulo anterior, denota como falha é que podemos entrar para a Agenda das Normas de Segurança. Esse tema, que foi escolhido tendo em vista a diversidade de documentos e de literatura para sua discussão no contexto asiático, é a questão central para começarmos a entender a Relocalização Regional da ASEAN. Dessa maneira, para facilitar e enriquecer a análise escolhemos exclusivamente observar essa Relocalização para a questão do Mar do Sul da China.

Dessa maneira, com essas normas demonstradas e especificadas acima podemos no próximo capítulo analisar pelo lado de Beijing a questão do Mar do Sul da China e observar se essa Agenda construída pela ASEAN no escopo institucional da ARF é internalizada após a assinatura dos tratados pela China, sendo Relocalizada de modo a transformar as prévias cognitivas de Beijing para a questão do Mar do Sul da China.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES REGIONAIS ENTRE A ASEAN E A CHINA: UMA LOCALIZAÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA DA ASEAN PARA A POLÍTICA EXTERNA DE BEIJING?

Nos últimos dois capítulos discutimos no primeiro sobre as possibilidades teóricas que tornariam possíveis entender a mudança na visão chinesa em relação as disputas do Mar do Sul da China, chegando à conclusão de que a Agenda Regional de Amitav Acharya, alugando seu conceito de localização, tornaria possível que construíssemos esse entendimento. Após isso, no segundo capítulo começamos a construir o ponto empírico fundamental para que pudéssemos relacionar essas questões teóricas com a visão construída da ASEAN sobre as questões de segurança, partindo da evolução institucional da ASEAN para entender suas bases e a partir disso organizar as ideias em torno de uma Agenda Regional de Segurança que teria incentivado a China a transformar sua relação com as ilhas no Mar do Sul da China. Esse estudo é fundamental para que tornasse claro de que maneira a ASEAN se insere regionalmente e de que maneira propõe o engajamento regional para outros atores estatais, nesse caso específico a China.

Além disso a análise da evolução também torna possível explorarmos e escolhermos um tema pelo qual podemos relacionar bilateralmente a ASEAN e a China, que é a questão do Mar do Sul da China. Tal enfrentamento, que consiste no principal conflito regional entre esses atores pelo controle das ilhas Spratly e Paracels e a soberania plena sobre os recursos do leito do mar, é possivelmente um caso interessante para analisarmos se de alguma maneira a ASEAN consegue sensibilizar a China em seus preceitos de política externa. Para isso, a partir dessa evolução institucional da ASEAN e tendo em mente a relação entre China e ASEAN para o Mar do Sul da China como ponto de análise empírico para questões teóricas levantadas no primeiro capítulo, construímos os principais pontos de sua Agenda Regional de Segurança e tentaremos analisar nesse capítulo se a mesma consegue ser Localizada para Beijing de modo a transformar a visão chinesa para essa questão.

Tendo em vista que o objetivo dessa pesquisa é relacionar a ideia de Localização Regional especificada no primeiro capítulo com a Agenda de Segurança da ASEAN analisada no segundo de maneira a descobrir se essa relação verifica-se para a relação ASEAN-China temos que esse capítulo será dividido em três partes para satisfazer essa demanda. Na primeira parte faremos um levantamento de que maneira a China se relaciona com a ASEAN

bilateralmente, deixando claro como esse desenvolvimento foi construído e contextualizar de que maneira as relações atuais para a questão proposta de análise acontecem.

Para essa relação regional podemos observar três fases distintas: a primeira fase que compreende da fundação da ASEAN em 1967 até 1976 e consiste em um afastamento e desconfiança dos membros da ASEAN em relação a China e suas escolhas políticas. Já na segunda fase, que vai de 1977 até 1991 consiste no período de uma reaproximação de Beijing para com a ASEAN, sendo tal questão possível primeira graças a liderança de Deng Xiaoping e posteriormente Jiang Zemin que promoveram reformas profundas na política chinesa e na maneira pela qual se relacionava regionalmente, dando os primeiros passos para a construção de uma maior confiança regional. Por fim, a terceira e última fase que vai de 1992 até os dias de hoje e consiste em um engajamento mais proeminente da China por parte da ASEAN, haja vista a constante participação chinesa nas dinâmicas regionais da ASEAN, a sua aceitação dessa instituição como “nave mãe” do regionalismo asiático e os constantes aprofundamento da cooperação.

Na segunda parte, construiremos uma análise que tentará observar o impacto do conflito do Mar do Sul da China para a política chinesa, demonstrando os avanços e retrocessos que esse enfrentamento teve durante o período de relacionamento bilateral entre a China e a ASEAN de 1967 até 2012. Com isso em mente, temos que tal período pode ser subdividido em duas fases: a primeira, em que o contexto regional tinha pouca ou nenhuma relevância para Beijing, já que a mesma tratava esse conflito de uma maneira interna e dando quase nenhuma proeminência para o Direito Internacional já que tal problema tratava de uma questão interna chinesa e consequentemente em uma política externa estritamente bilateral. Já a segunda fase, temos uma China menos intransigente em relação a essa tratativa das disputas pelas ilhas como uma questão interna, abrindo espaço para as decisões de Direito Internacional acordadas globalmente e também há uma transferência da discussão para o âmbito multilateral da ASEAN.

Por fim, depois de contextualizarmos através dessa evolução histórica as atuais condições da cooperação regional entre China e ASEAN para as questões do Mar do Sul da China, podemos avançar no ponto central desse trabalho e na terceira seção desse capítulo: o debate sobre a Localização da Agenda de Segurança da ASEAN para a política externa chinesa. Para isso, traremos a conceptualização construída durante o primeiro capítulo e aplicaremos na Agenda debatida no segundo capítulo de modo a relacionar essas questões para a política externa chinesa e partindo para uma conclusão tentar responder se essa ideia de

Localização Regional é válida para o caso da ASEAN-China e a questão do Mar do Sul da China.

Com isso, podemos avançar para a seção que analisara essa evolução histórica das relações regionais entre China e ASEAN e posteriormente a visão chinesa para essa questão e como a mesma se compõe durante esse período.

1) O RELACIONAMENTO ENTRE CHINA E ASEAN: DE 1967 ATÉ 2012

As relações regionais entre a China e a região do Sudeste Asiático remontam séculos de trocas políticas bilaterais entre os impérios presentes em cada uma das regiões. Como argumentado por Beeson e Li (2014) o Sudeste Asiático sempre fez parte da esfera de influência da ordem sinocêntrica estabelecida durante a fase em que a China se constituía como um império. Como observado por Jianren (2008) o início dessas relações entre China e Sudeste Asiático acontece durante o século II a.c. com a expansão da Dinastia Qin para a região. A partir disso, segundo o autor, ambas as esferas políticas até chegarem o pós segunda guerra mundial, que é nosso principal foco de análise, passam por trajetórias semelhantes como a colonização durante o século XIX por potências estrangeiras e a invasão japonesa no contexto da segunda guerra por exemplo.

Com a vitória do Partido Comunista Chinês em 1949 e a sua ascensão como estrutura política dominante dentro do Estado chinês e somado ao processo de descolonização perpetrado após 1945 dentro dos Estados do Sudeste Asiático, segundo Beeson e Li (2014) há uma retomada nas relações regionais que ficaram paradas durante esse período de colonização e invasão japonesa. Como Leifer (1999) argumenta ocorre um reconhecimento por parte de Beijing nos anos 1950/60 da maior parte dos países da região como a Indonésia, Laos, Camboja, Vietnã e Myanmar. Porém, ao normalizar relações com poucos países que formariam e se estabeleceriam como fundadores da ASEAN em 1967 temos um ponto interessante para esse período e que se tornaria uma constante dentro desse espectro regional: grande parte do Sudeste Asiático possuía receios em relação a Beijing. Como Liow (2009) argumenta para o caso da Malásia e da Tailândia, ambos temiam uma expansão do comunismo chinês para a região. Além desse receio com a revolução que ocorrera na China, as Filipinas por serem aliados dos Estados Unidos, Brunei por ainda não ser independente e Cingapura que era parte vital do bloco capitalista no contexto da Guerra Fria não assumem esse estabelecimento de relações diplomáticas logo nos anos 1950/60.

É com essa divisão entre países que estabelecem relações e outros que se mantêm céticos quanto ao papel da China na região é que podemos observar o primeiro marco no

histórico de relações entre China e ASEAN que vai de 1967 até 1976 e compreende um período de afastamento e desconfiança no relacionamento regional. Essa afirmação gera uma interessante pergunta a ser respondida: qual o problema que leva esse início promissor nas relações regionais há um período de congelamento das relações regionais? A resposta se deve, como observado por Li (2004), a uma radicalização da política externa chinesa tendo em vista principalmente o estremecimento das relações com a União Soviética e com o Vietnã.

Para Li (2004) a política externa de Mao Zedong possuía essa característica de radicalização devido principalmente pela retórica e base proveniente de uma inspiração radical de esquerda com uma visão, por parte de Mao, da necessidade de se aprofundar nas relações transnacionais de classe e da expansão da ideia de revolução para além da China. Para Jianren (2008) a retórica chinesa para esse período era tão radical que levava aos Estados pertencentes ao Sudeste Asiático a concepção de que, em suas palavras, “the cultural revolution broke out China” (JIANREN, Lu. 2008 pg 119) e que “Beijing wants to export the revolution” (JIANREN, Lu. 2008 pg 119).

Com Mao Zedong tendo liberdade para implementar as suas políticas pela primeira vez após a vitória em 1949 do comunismo no que tange a possibilidade pensar uma cooperação regional chinesa, como observado por Rubiolo (2010), Mao é bastante cético com os ganhos relativos a relacionamentos multilaterais. Essa desconfiança leva a um afastamento da ASEAN e consequentemente uma continua aposta pelo bilateralismo principalmente para as questões regionais. Além disso, Leifer (1999) aponta o fato de que todo esse aprofundamento regional que aconteceu durante os anos 1950-60 com a China estabelecendo relações diplomáticas com grande parte do Sudeste Asiático foi desmontado devido a essa posição radical chinesa a partir da metade dos anos 1960. Nesse período houve o congelamento das relações com Indonésia e Vietnã, que seriam retomadas só nos anos 1990 e também houve um maior receio em relação a essa expansão revolucionária, o que dificultou ainda mais o estabelecimento das relações com Tailândia, Filipinas, Malásia e Cingapura que só seriam iniciadas a partir da metade dos anos 1970.

Por fim, além do congelamento das relações entre Beijing e os Estados do Sudeste Asiático nesse período devido a essa retórica radical, como visto por Emmers (2010) houveram também demonstrações de força por parte dos chineses que invadiram as ilhas Paracel que pertenciam ao Vietnã do Sul e apoio a diversos partidos comunistas que faziam oposição aos governos consolidados da Malásia e da Tailândia. Por não ter desconstruído essa desconfiança e não possuir relações bilaterais com nenhum dos membros da ASEAN devido a essas questões que discutimos aqui, temos que nesse primeiro período é pouco provável

observarmos algum tipo de relação mais saliente entre a China e a ASEAN principalmente o que os movimentos chineses na política internacional e regional fizeram para o otimismo do Sudeste Asiático em relação a Beijing.

Como visto por Li (2004), embora tenha diminuído ligeiramente essa sensação de descrença por parte da ASEAN a partir da reaproximação com os EUA iniciada nos anos 1970 durante o período de Mao como chefe de Estado chinês, foi somente com a sua morte e a ascensão das políticas reformistas de Deng Xiaoping que as relações regionais começaram a caminhar em direção a uma melhora substancial. Hughes (2005) argumenta que a partir da percepção da China acerca da importância que o relacionamento regional possui para a sua inserção internacional no sentido de promover uma base que não seja crítica ao seu modelo e que consequentemente não prejudica a sua política internacional reformista e em contrapartida a ASEAN, conforme observado por Emmers (2010) também vê a necessidade de engajar a China para um modelo de construção de confiança regional tendo em vista os ganhos possíveis com essa cooperação somados a esse período de reformas perpetrado pela China é que se tem a possibilidade de uma evolução para as relações políticas entre Beijing e a ASEAN.

E é a partir dessa transição que temos o início da segunda fase das relações regionais entre China e ASEAN que vai de 1977 até 1991 e consiste no período de reaproximação e reavaliação das relações regionais e das oportunidades de ganhos mútuos para os atores envolvidos. Dentre as mudanças que tornaram possível essas evoluções a primeira apontada por Li (2004) consiste na transição da ideia de construir uma política externa preocupada com os movimentos de classe transnacionais para uma em que a visão nacional e de construção e desenvolvimento do próprio Estado chinês seja a principal base política. Em outras palavras temos que a radicalidade da retórica política chinesa diminui drasticamente a partir das reformas de Xiaoping a partir de 1977. Essa diminuição da radicalidade das posições políticas chinesas tomam forma, como observado por Li (2004) com as propostas de Deng Xiaoping das quatro modernizações⁴² e também da sua constante retórica acerca dos chineses construírem uma política *low profile*⁴³ em que os enfrentamentos e as posições radicais devem

⁴² Série de modernizações em setores chave da infraestrutura e economia, com a finalidade de promover as bases para o crescimento sustentado por meio de reformas na agricultura, indústria, ciência/tecnologia e no exército. Ler Mais em: VISENTINI, Paulo. A novíssima China e o Sistema Internacional. Rev. Sociol. Polit. v. 19 s. 1. Curitiba Nov. 2011a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400009&lang=pt>

⁴³ Política externa discreta e que não possuía nenhuma vinculação ou posicionamento ideológico;

ser substituídos por uma participação e resposta quase imperceptível por parte de Beijing para as questões internacionais.

Além desses pontos que promovem a possibilidade de avanço para as relações regionais Sukma (2009) e Liow (2003) argumentam que a China passa, a partir dessas reformas, a incrementar a sua posição no sudeste asiático de maneira a coadunar com a concepção de uma *good neighbour policy* em que Beijing tenta construir e implementar uma maior confiança para com seus parceiros regionais. Porém, mesmo com esses princípios reformistas implementadas por Deng Xiaoping através das quatro modernizações e a concepção de uma política de boa vizinhança por parte dos chineses, Li (2004) argumenta que a concepção *low profile* da política externa chinesa ainda dificulta e deixa muitas incertezas acerca dos reais motivos de Beijing para com os membros da ASEAN. Tais escolhas feitas por Deng Xiaoping necessitariam de uma motivação ainda maior para que as relações regionais se aprofundassem.

E esse segundo passo em direção a esse aprofundamento acontece ainda nesse segundo período com a ascensão de Jiang Zemin. Embora ambos possuíssem a mesma visão no que tange as reformas da política externa chinesa em relação ao período Maoísta Li (2004) argumenta que Zemin tira essa perspectiva tão *low profile* assumida por Xiaoping e vislumbra para China um papel mais participativo e aprofundado para as questões regionais. Como observado por Yuan (2009) um interessante ponto de seu governo em que podemos observar e exemplificar essa evolução em relação ao Xiaoping é a ideia de *New Security Concept* que podemos entender como

[...]“new security concept” in that Beijing not only endorses multilateral security dialogues, it actively participates in developing such mechanisms as alternatives to military alliances, and it even begins to take the lead in establishing, nurturing, and promoting regional politico-security arrangements such as SCO
[...]that appeals to and is compatible with the “asean Way” of working on security issues, and has become an active participant in the region’s only multilateral security arrangement (ARF) something that it had shunned in the early 1990s. In earlier years, China considered the ARF a thinly veiled attempt by the region’s states to gang up against China. Beijing’s diplomacy has become more proactive, confident, and skilled as China’s power and influence continue to rise in regional and global contexts (YUAN, Jing-Dong, 2009 pg 71)

Essas mudanças implementadas inicialmente por Deng Xiaoping e posteriormente aprofundadas por Jiang Zemin que levaram ao estabelecimento de relações com Malásia (1974), Filipinas e Tailândia (1975), somadas as novas dinâmicas das relações internacionais do pós Guerra Fria são fundamentais para que aconteça a terceira e última fase da relação entre China e ASEAN que começa em 1992. Pelo lado da ASEAN essa aproximação de fato se traduz em um *momentum* no qual a instituição se sente mais segura em relação a Beijing

para que se possa construir um engajamento mais proeminente, diminuindo os receios em relação a uma retórica chinesa mais radical. Outro ponto fundamental pensando exclusivamente nas relações regionais é que essas mudanças fazem surgir na inserção internacional chinesa uma percepção que tem como objetivo, principalmente, a defesa pela ideia de que sua política externa se afasta do radicalismo dos anos iniciais da Revolução e que a partir de agora o seu principal papel se dá pela construção do desenvolvimento econômico e pelas relações regionais baseadas na ideia de boa vizinhança. Dessa maneira, essa visão diferente do período Maoísta mostra que a China constrói uma percepção de um maior interesse em participar das dinâmicas regionais, aceitando as posições da ASEAN como veremos que consegue engajar os chineses em diversas redes regionais de cooperação.

Além dessas mudanças nas percepções regionais, temos que como observado em Gaspar (2013) as mudanças estruturais perpetradas pela derrota da União Soviética e a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria abrem ainda mais a possibilidade da relação entre a ASEAN e a China ser implementada a ponto de trazer um aprofundamento maior para as dinâmicas das relações regionais entre ambos. Assim, o fato da mudança de percepção da ASEAN a partir das reformas construídas por Beijing que abre espaço para a possibilidade um aprofundamento das relações com seu processo de desenvolvimento somada a essas mudanças estruturais trazem a possibilidade para que esse terceiro período de aprofundamento aconteça.

Uma primeira característica desse período é a colaboração mais ativa por parte da China na cooperação regional, participando ativamente nas reuniões da ASEAN e nas evoluções institucionais construídas a partir dos anos 1990. Como observado por Jianren (2008) essa participação mais efetiva acontece a partir de 1990 tendo em vista o reestabelecimento por parte da China das relações diplomáticas com todos os membros da ASEAN. Todo o congelamento das relações políticas que aconteceram no primeiro período com Mao e que começaram a se dissipar com as reformas de Xiaoping e Zemin nesse período desaparecem: há a retomada de relacionamento com a Indonésia, o aprofundamento com Malásia, Filipinas e Tailândia que retomam as relações durante o período anterior, o estabelecimento de relações com Brunei e Cingapura que inexistiam anteriormente, um reordenamento das relações com o Vietnã e a continuidade das relações de cooperação com o Camboja, o Laos e Myanmar.

Com o estabelecimento político por completo com os membros do Sudeste Asiático a evolução regional avança e se aprofunda conforme o passar do tempo. Porém, é claro que somente esse reestabelecimento não é o suficiente para explicar esse aprofundamento, o que

levanta uma interessante questão: qual a razão para que essas reformas da política externa chinesa levasse Beijing para esse aprofundamento institucional com a ASEAN? Como observado por Kavaski (2009) a principal razão para que a China passe a construir uma prioridade sobre essa relação consiste em uma desconfiança por sua parte das estruturas constituídas da governança global, principalmente aquelas vinculadas com a ONU. A percepção chinesa de que uma multipolaridade do sistema internacional seria muito mais benéfica do que um unilateralismo de Washington faz com que Beijing se comprometa com o multilateralismo e se aproxime e seja engajado pela ASEAN nesse terceiro período.

Como visto anteriormente, após a maior parte das suspeitas e desconfianças da ASEAN em relação a China tenham sido deixadas de lado e que Beijing criasse uma vontade de construir uma relação multilateral com o Sudeste Asiático podemos observar como se deu esse desenvolvimento. Como analisado por Zeng (2006) temos que o primeiro encontro formal entre China e ASEAN acontece em 1991 com o convite por parte da ASEAN para Beijing participar de uma reunião ministerial. Sendo esse o primeiro passo que se aprofundaria nas décadas de 1990 e 2000, a participação chinesa como um membro de fato de algum mecanismo de cooperação regional da ASEAN acontece em 1994 quando a mesma é convidada participar como membro fundador da ARF. Para Weissman (2010) a participação da China dentro do contexto da ARF é entendido como o primeiro passo da China em direção a uma proatividade maior em relação as possibilidades que a relação multilateral com a ASEAN proporcionaria, sendo esse um dos principais motivos para a importância da ARF nessa relação bilateral.

Além de ser o primeiro passo nessa relação, como argumentado por Rubiolo (2010) a relação construída na ARF é fundamental pois consiste na formação de como as relações regionais posteriores seriam desenvolvidas. Em outras palavras, temos que essa relação entre China e ASEAN dentro da ARF é fundamental pois são aceitos como princípios base para essa relação as ideias expressas no conteúdo da ASEAN Way que analisamos no capítulo anterior, os cinco princípios da coexistência pacífica⁴⁴ e toda uma rede que serviria para uma contínua implementação dos diálogos entre ambos e da continuidade da construção de

⁴⁴1) The Five Principles of Peaceful Coexistence are basic standards for coordinating international relations fairly and equitably among States; 2) The Five Principles of peaceful coexistence fit in the most understandable and rational way to build relationships between states, since it is based primarily on trust and respect; 3) The Five Principles of peaceful coexistence are the opposite of the old thought of international relations, that is, it presents itself as the opposite of the "politics of power" and the construction of hegemonies by the powers, thus building a system always based on equality, justice and Peace. (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence.(2000). Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18053.htm> Acesso em: 14/11/2016)

confiança. Como Weissman (2010) demonstra é esse primeiro contato que torna o relacionamento entre ASEAN e China uma possibilidade mais factível e observável dentro das logicas regionais.

Porém, como argumentado por Wibowo (2009) foi somente com a crise asiática de 1997 que o relacionamento regional entre esses atores pode de fato evoluir para uma condição mais aprofundada. Como observado pelo autor, essa crise foi fundamental para que se diminuísse ainda mais as questões ainda não resolvidas da confiança mútua entre os membros da ASEAN e Beijing e também a mudança da visão de que a China se mostrava como uma ameaça para os membros do Sudeste Asiático. É a partir dessa crise que tornou-se possível a criação de diversos atores regionais que aprofundaram a cooperação, entre eles a Iniciativa Chiang Mai, a ASEAN+3, a CAFTA (China-ASEAN Free Trade Area) e a Declaração de Conduta das partes sobre a questão do Mar do Sul da China que analisamos no último capítulo.

Com isso, ao observarmos essa continuidade da relação entre China e ASEAN desde 1967 fica claro que houveram algumas mudanças e aprofundamentos na relação entre esses atores de modo que as suas percepções foram alteradas em sua relação mútua. Olhando para o lado chinês dessa questão podemos construir uma pergunta interessante para evoluir essa análise: porque a China conforme passam os anos tem essa mudança de percepção acerca da política regional? Como argumentado por Lijuan (2008) em primeiro lugar podemos construir uma resposta tradicional para esse problema. Para o autor tais mudanças acontecem justamente pela importância que as dinâmicas estruturais possuem para a política externa e a sua mudança de nível. Em outras palavras, o autor concorda que as mudanças que aconteceram com o final da Guerra Fria, que trazem a ideia de um momento o qual há um aprofundamento das ideias de multipolaridade, expansão da globalização, aprofundamento de instituições regionais tanto no Sudeste Asiático e fora da região impactaram na política externa chinesa de uma maneira que transfere suas bases de política externa para outro patamar, se adequando as novas dinâmicas que essa estrutura impõe para as relações entre os Estados e consequentemente se adaptando a uma nova maneira de pensar a política externa.

Porém, concordando com a perspectiva de Yunling (2008) e Li (2004) que discordam dessa ideia de que somente os impactos referentes ao final da Guerra Fria podem explicar essa mudança da política externa chinesa, ambos apresentam interessantes argumentos para motivações que importam tanto quanto a estrutura e torna essa mudança melhor explicada. Para Yunling (2008) um fator que leva a essa aproximação chinesa de uma política externa

menos revolucionária e mais voltada para um discurso de desenvolvimento e participação na cooperação regional consiste em uma vontade da ASEAN em engajar a China dentro de uma cooperação regional. Para isso, a ASEAN recebe positivamente esse afastamento de Beijing das políticas da época de Mao e propõe de base para a relação regional diversos princípios que estão expressos na ASEAN Way e no TAC como vimos no último capítulo que são também bem recebidos por Beijing tendo em vista a semelhança com suas próprias reformas. Dentre esses princípios podemos destacar a ideia de uma relação pautada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, uma oposição a ideia de hegemonia, independência, respeito mútuo de soberania, desenvolvimento nacional dentre outros. Isso é importante para a ASEAN pois a presença chinesa dentro dos processos de cooperação do Sudeste Asiático traz o principal ator asiático para dentro dos processos decisórios da ASEAN e também consegue engajar um importante parceiro que aprofunde os processos de cooperação regional para o desenvolvimento econômico, segurança e cooperação técnica.

Além desse engajamento da ASEAN em bases e princípios que fazem parte dessas novas posições chinesas, temos outro fator fundamental que também mostra o porquê dessa mudança da China em relação a ASEAN e as políticas regionais terem acontecido. Como observamos nessa seção, durante a mudança de perspectiva de política externa nos anos 1970, a China passa a focar em uma posição em que o nacional possui mais interesse para a gestão do Partido Comunista principalmente para os processos de desenvolvimento. Para Li (2004) é fundamental para a China mudar essa perspectiva da política regional tendo em vista que é necessário seu processo de inserção internacional ser aceito pelos membros da região. Temos que a aceitação regional desse novo modelo de política externa proposta por Deng Xiaoping e aprofundado em seus governos anteriores é fundamental para a China já que é a partir disso que esse novo papel chinês e de suas bases políticas e também de uma estrutura clara que mantenha a paz e que permita esse avanço do desenvolvimento chinês seja construído. Em outras palavras, para Li (2004) é muito importante para os chineses que essa relação regional aconteça tendo em vista o apoio que a ASEAN fornecerá para que seu novo papel internacional de promover o desenvolvimento e uma política externa pautada em bases pacíficas seja aceito no lugar do tradicional desenvolvimento revolucionário construído durante a primeira fase.

É claro que essas relações são passíveis de crítica, principalmente em relação a essa profundidade da cooperação regional entre os chineses e os membros da ASEAN. A principal crítica construída a essa base regional, como observado em Chae e Jho (2014) é a argumentação de que os modelos regionais entre a ASEAN e a China, como por exemplo a

ARF, não são capazes de serem entendidos como ou engajamento por parte da ASEAN ou maior participação por parte da China já que tais cooperações não conseguem promover medidas substanciais e nem de *hard law* e por isso não podem ser utilizados como fontes de análise para essas questões. Porém, ao afirmarem essa questão Chae e Jho (2014) também contra argumentam que esse processo de aproximação regional entre China e ASEAN teve sim uma efetividade em diminuir as tensões regionais, principalmente na questão do Mar do Sul China como veremos na próxima seção. Com isso, tendo em vista essa questão de tal aproximação ter diminuído as tensões regionais, ter possibilitado um novo parceiro regional para a ASEAN e também para a China uma relação regional que pode apoiar seu novo movimento de reformas em sua retórica de política externa e nas reformas econômicas é válido argumentarmos que de alguma maneira houve um engajamento regional mesmo com esse modelo diferente proposto pela ASEAN e que abordamos no último capítulo.

Assim, tendo em vista todo esse histórico regional entre ASEAN e China e observando que houve uma aproximação de ambos tendo em vista ganhos que cada um dos lados teria em suas posições políticas podemos agora analisar e entender melhor como se deu essa relação entre China e ASEAN especificamente para a questão fundamental de análise dessa dissertação: o Mar do Sul da China.

2) O MAR DO SUL DA CHINA E A VISÃO DE BEIJING SOBRE OS CONFLITOS COM A ASEAN

Como visto no capítulo anterior em que falamos sobre como a ASEAN entende os conflitos do Mar do Sul da China e de que maneira esse enfrentamento é construído e como ele se constitui nessa relação entre esses atores, nessa seção tentaremos analisar de que maneira os chineses entendem essa questão e como isso afeta o relacionamento regional e a visão de Beijing para a ASEAN.

Com isso em mente, temos que um importante questionamento surge: porque olhar especificamente para essa questão dos conflitos no Mar do Sul da China para entender uma possível Localização Regional tendo em vista, como observamos até aqui, que as relações entre esses atores possuem diversos aspectos? Tal escolha se deve, concordando com a análise de Weissman (2010), pelo fato de que o Mar do Sul da China embora seja somente um dos temas das relações regionais é o principal ponto de conflito entre China e ASEAN. Essa disputa é colocada como o principal ponto de conflito pois, como observa Hyer (1995) a região do Mar do Sul da China é fundamental geopoliticamente: está no centro de uma importante rota de comércio marítimo, é caminho para a passagem de navios pelo estreito de

Malaca e ainda possui imensas reservas de petróleo e gás natural a serem exploradas. É por essa razão que torna interessante entender se a China de alguma maneira Localiza normas da ASEAN para esse enfrentamento.

Mas antes de adentrarmos na parte de estabelecer uma relação entre a mudança da percepção chinesa sobre esse conflito com o conceito debatido no capítulo um de Localização, é necessário mostrarmos como esse conflito regional proposto para análise se desenvolve especificamente sob a perspectiva de Beijing. Como observado por Hyer (1995) e Lo (1989) existem cinco principais locais em que as disputas podem ser subdivididas para essa questão: 1) Delimitação do Golfo de Tankin; 2) Ilhas Paracel; 3) Ilhas Spratly; 4) Ilhas Prata; 5) Banco Macclesfield. Desses cinco pontos, os principais são os enfrentamentos pelas Ilhas Paracel entre China e Vietnã e pelas Ilhas Spratly entre China, Vietnã, Taiwan, Filipinas e Malásia e serão os pontos a serem analisados nessa seção por serem os mais relevantes como argumentado pela literatura.

Como observado por Lo (1989) durante grande parte das relações com a ASEAN relacionados a esse tema, os chineses argumentam que esses dois conjuntos de ilha são exclusivamente parte de sua soberania. Tal argumento é validado por Beijing tendo em vista uma percepção histórica: o fato das Spratly e as Paracel, que são conhecidas em Mandarim respectivamente pelo nome de Nansha e Xisha, serem parte do Império Chinês desde a expansão marítima da Dinastia Qin no século III a.C e havendo, inclusive, uma reafirmação dessa soberania perante a região com as viagens do Almirante Zhang He durante o século XV. Ou seja, é esse argumento histórico que leva Beijing a tratar as questões referentes a região como um problema doméstico, justamente por serem Ilhas as quais, de acordo com os chineses, fazem parte de sua extensão territorial. É a partir desse argumento que a China construirá os primeiros pontos em defesa da soberania das ilhas ao invés dos membros do Sudeste Asiático e que será a pauta das disputas regionais no período inicial

Com isso, além desse argumento histórico porque é tão importante para os chineses a manutenção da sua presença nessas ilhas? Como argumentado por Lo (1989) são três as razões pelas quais Beijing se compromete em uma disputa com a ASEAN e com os Estados que clamam essas ilhas no Sudeste Asiático. A primeira consiste em uma importância política dessa região, já que como visto pelo autor com a maior participação chinesa na região maior é a possibilidade de Beijing rebater a participação marítima dos EUA em uma localidade a qual é geopoliticamente imprescindível para as exportações chinesas para o ocidente. Já a segunda questão que faz com que a China dispute com os Estados do Sudeste Asiático a soberania das Paracel e das Spratly é a questão econômica, já que Lo (1989) argumenta que essa região

tornou-se fundamental, principalmente após os choques do petróleo, por ser uma localidade que possui importantes reservas energéticas de petróleo e gás, sendo esses dois recursos fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico da China. Por fim a terceira questão que leva a China a tomar uma posição mais assertiva em relação a esse conflito é a de impedir que as questões legais se sobressaíam, já que há por parte da China uma recusa em trazer as normas internacionais no período inicial desse conflito, já que essa questão era exclusivamente um problema interno de Beijing e que deveria ser tratado bilateralmente e não com base em normas internacionais.

Haja vista um pouco do histórico dessa relação e os principais motivos que levaram a China a assumir um papel mais enérgico na defesa da sua suposta soberania desses dois grupos de ilhas localizados no Mar do sul da China podemos focar propriamente em como esse conflito se desenvolveu em relação a ASEAN. Como observado por Lo (1989) as primeiras farpas em relação a essa questão da soberania chinesa nas ilhas surgem logo após findo o processo de descolonização perpetrado pelos países asiáticos no pós segunda guerra mundial em 1950 com o discurso chinês clamando a soberania pelas ilhas Nansha (Paracel). Em seguida a esse clamor, dá-se o início das disputas inicialmente contra o Vietnã que rebate essa alegação chinesa de soberania defendendo que as Paracel fazem parte do seu território soberano. Após isso, temos que com a criação da ASEAN e o início da fase da relação regional que consiste em um afastamento e desconfiança da ASEAN em relação a China comunista, conforme vimos na sessão anterior, há um aprofundamento ainda maior dessas disputas iniciadas nos anos 1950 entre o Vietnã e a China já que há uma generalização desse conflito com a ideia de que a soberania chinesa dessas ilhas era o equivalente a uma expansão da revolução chinesa para os Estados da ASEAN.

É a partir desse momento que podemos observar as disputas entre a ASEAN e a China pela Soberania no Mar do Sul da China se aprofundar e é com essa base que podemos entender essa questão observando duas principais fases: 1) uma fase de enfrentamento direto entre Beijing e membros do Sudeste Asiático sobre essa soberania e 2) a fase em que esses conflitos diminuem e conseguem se tornar parte da agenda da ASEAN de modo a trazer a China para pensar essa questão multilateralmente com a ASEAN, com propostas diferentes dos posicionamentos chineses no início dessa disputa e também com a aceitação de normas internacionais para coordenar os processos de cooperação regional.

Ao então olharmos para essa primeira fase podemos observar, de acordo com Lo (1989) uma intensificação do enfrentamento entre China e Sudeste Asiático sobre as questões do Mar do Sul da China tendo em vista o fortalecimento do discurso do Sudeste Asiático,

agora personificado em uma instituição de cooperação multilateral, e também com a radicalização da política externa chinesa promovida por Mao como vimos anteriormente. Como esse autor argumenta, a posição chinesa inicial de que essas ilhas são soberania incondicional de Beijing tendo em vista argumentos históricos de que a China está presente na região desde tempos remotos se mantém, sendo essa perspectiva a principal defendida pelos chineses nesse período inicial.

Fundamentando esse conflito em uma perspectiva que não prevê a cessão de soberania dessa região para os outros atores que estão na disputa e nem alguma outra maneira de se resolver essa questão por meio de novos canais de cooperação é que podemos entender esses conflitos nesse primeiro período. Ao olharmos em separado para cada região em disputa, e iniciando pela questão das Paracels que consiste em um enfrentamento principalmente entre Vietnã e China, podemos tornar mais claro como essa intransigência se coloca como a maneira pela qual as disputas são caracterizadas. Após esse período inicial de clamor pela soberania das Nansha (Paracel) nos anos 1950 e de uma calmaria nessas questões durante os anos 1960 haja vista as disputas regionais que aconteceram nesse período entre os futuros membros da ASEAN como vimos no capítulo dois, é a partir dos anos 1970 que as disputas passam a se tornar mais comuns para essa questão.

Como Lo (1989) argumenta o primeiro grande enfrentamento acontece em 1974 com a Invasão chinesa das Ilhas com o objetivo de recapturar do Vietnã do Sul (ainda não era unificado) parte de seu “território soberano legítimo”. Com o argumento de uma operação unicamente voltada para autodefesa, já que na visão de Beijing o Vietnã com atos provocativos obriga os chineses contra ataquem, leva Beijing a conquistar o controle definitivo dessa região se instalando militarmente nas ilhas desse arquipélago e expulsando as forças vietnamitas. É claro que existem críticas quanto a essa percepção chinesa de um “ataque surpresa” por parte do Vietnã do Sul, sendo mostrado por Lo (1989) que essa questão pode ser entendida como um ato em que os chineses forçam um enfrentamento com as forças vietnamitas e consequentemente conseguem tomar essas ilhas. Essa percepção que corrobora para um planejamento chinês se fundamenta em dois pontos: o primeiro podemos observar que o Vietnã do Sul estava desgastado dos enfrentamentos contra as forças de Ho Chi Min, o que dificultaria o planejamento de uma operação de ataque por parte de Saigon. Já o segundo ponto pode ser relacionado com o possível abandono das forças dos EUA na região o Vietnã do Sul, o que o deixaria ainda mais fragilizado a ponto de pensar em um ataque nessas proporções.

Com essa questão em mente de os chineses terem planejado esse cenário como uma “desculpa” para a utilização da força contra o Vietnã podemos nos perguntar: porque a China lança essa operação justamente nesse momento e dessa maneira contra o Vietnã? Como analisado por Lo (1989) a presença das superpotências dentro da região do Sudeste Asiático era um fator de desestabilidade para Beijing e por isso essa necessária uma presença maior da China na região. Além disso, com o eminente final da Guerra do Vietnã e com vitória das forças de Ho Chi Min que unificariam o Vietnã, o início dos problemas políticos com o Camboja que tinha o apoio chinês e também com a reaproximação de Beijing com os EUA se inicia um aprofundamento nas rugas entre o Vietnã e a China que traria outras razões para justificar uma invasão chinesa das Paracel.

Como visto por Lo (1989) já que o Vietnã havia proferido apoio a uma declaração chinesa de 1958 que declarava que a soberania em relação a essas ilhas e seu mar territorial é de Beijing e a China tinha um receio muito grande de uma possível aproximação entre o Vietnã agora unificado e a URSS, o que levaria Moscou a influenciar essa importante e estratégica região marítima, a China aproveita essa fraqueza do Vietnã do Sul na fase final de disputas com o Vietnã do Norte, arma uma emboscada e invade as ilhas em 1974 tomando para si toda essa região que estava em domínio vietnamita. Como a China invade essa região os vietnamitas deslocam suas forças para as ilhas Spratly e aprofundam um sentimento de revolta e de invasão de uma região que é de controle soberano do Vietnã, sendo esse um ponto de constante disputa para as questões do Mar do Sul da China nesse primeiro período.

Após essa invasão das Paracel em 1974, os atores que estavam também relacionados as disputas referentes as ilhas Spratly ficaram com um receio extremado de que Beijing repetisse a sua atuação em relação ao Vietnã e invadisse militarmente essas ilhas. Porém, como analisado por Lo (1989) os chineses ao mesmo tempo em que não queriam conceder a soberania, eram pragmáticos em relação ao uso da força. Caso escolhesse seguir essa mesma perspectiva para resolver as tensões nas Spratlys, a probabilidade de que um conflito regional profundo e com efeitos colaterais mais graves acontecesse impede que essa lógica de um uso da força mais direto e aprofundado como utilizado contra o Vietnã nas Paracel. Essa percepção se deve primeiro a pluralidade de atores envolvidos nessa questão (Malásia, Filipinas, Vietnã e Taiwan) o que dificulta uma atuação mais *hard* e em segundo pelo apoio que alguns desses atores regionais tem dos Estados Unidos, o que levaria essa questão para um conflito armado de grande porte o que tenta ser evitado pela China.

Com essa percepção da China de tentar evitar um confronto armado amplo nas ilhas Spratly do mesmo modo que tinha feito nas Paracel, Emmers (2010) demonstra que Beijing

usa dos mesmos argumentos históricos para defender a soberania nas ilhas Paracel, dando continuidade em sua posição de intransigência em relação a processos cooperativos regionais para diminuir as tensões desse conflito. E mesmo com esse discurso de uma soberania irrefutável e histórica, a disputa pelas ilhas Spratly, diferentemente de um passado positivo tal qual a aceitação do Vietnã da Declaração de 1958 sob a soberania chinesa das Paracel nunca teve uma aceitação formal pelas partes de que aquela região é de soberania de Beijing. Assim, temos que os argumentos individuais dos outros atores envolvidos nessa disputa todos se baseiam em questões de Direito Internacional e do recém acordado Direito Marítimo Internacional. As Filipinas clamam a maior área das Spratly, que eles denominam de Kalayaan, e argumentam com base nas diretrizes do Direito Internacional do Mar que essa área consiste em uma extensão da plataforma continental⁴⁵ filipina e por isso essa região deve ser de soberania nacional das Filipinas.

Emmers (2010) argumenta que a Malásia amplia unilateralmente a sua extensão da Plataforma Continental que passa a incorporar a região das Spratly dentro de seu território soberano, o que coloca Kuala Lumpur como mais um dos atores regionais que entram na disputa pela soberania dessa região. Taiwan, que também faz parte dos atores que disputam a soberania dessas ilhas, talvez tenha a maior vantagem em relação a essa disputa pois domina a principal ilha desse arquipélago que é a Itu Aba com cerca de 0,5 km² e consequentemente tem a melhor inserção e controle dentro desse arquipélago já que possui uma base militar e naval nessa ilha. Por fim o Vietnã, que também clama soberania em relação ao arquipélago Spratly usa os mesmos argumentos de Direito Internacional de Malásia e Filipinas, justificando o acesso a soberania como parte da extensão de seu Mar Territorial por meio dessa mesma retórica.

Após Emmers (2010) demonstrar como cada um dos atores se insere no contexto dessa disputa, temos que ele argumenta em direção a demonstrar que mesmo não sendo uma disputa tão violenta como a que ocorreu nas ilhas Paracel com uma massiva invasão chinesa e expulsão das forças vietnamitas, essa disputa pelas ilhas Spratly também teve a utilização da força por parte de Beijing. Dentre esses momentos, um dos principais se dá em um enfrentamento entre a China e as Filipinas pela região em que está situado o Recife de Corais Mischief e dentro do Kalayaan nos anos 1990. Esse conflito é caracterizado pela discussão por parte das Filipinas do fato de que a China constrói estruturas permanentes nessa região,

⁴⁵ Chama-se **plataforma continental** à porção dos fundos marinhos que começa na linha de costa e desce com um declive suave até o talude continental (onde o declive é muito mais pronunciado). Em média, a plataforma continental desce até uma profundidade de 200 metros, atingindo as bacias oceânicas

teoricamente para os barcos pesqueiros chineses o que leva a tensões permanentes em relação a essa tendência chinesa de construir estruturas artificiais dentro dessas áreas em disputa. É interessante citar que nenhuma dessas áreas, até mesmo as Paracel que foram invadidas, estão livre dessas disputas que ainda perduram até hoje.

Embora essas disputas ainda sejam existentes e nenhum acordo definitivo para resolver essa questão territorial dentro dessa região ainda foi firmado, a partir do final dos anos 1970 a percepção em relação a essas disputas começam a ser transformada. Com as duas crises do petróleo em 1973 e 1979 e a descoberta de imensas reservas energéticas nessa região do Mar do Sul da China, como visto por Emmers (2010), há uma necessidade de se criar alternativas a esse modelo de disputas intensas entre esses atores para que essa possibilidade energética possa ser explorada. Em outras palavras, como observado por Lo (1989) essa descoberta influencia a percepção sobre as disputas sobre a soberania dessas ilhas e coloca em dúvida até que ponto essa assertividade é benéfica ao modelo de desenvolvimento e modernização chinesa e também as necessidades desses atores do Sudeste Asiático de promoverem o seu próprio desenvolvimento. É claro que não é um repensar que muda as relações regionais em 180 graus, mas sim de acordo com esse autor é uma possibilidade que abre as relações regionais para uma maneira diferente de pensar a questão das disputas pelas Paracel e pelas Spratly e consequentemente construir um modelo novo para a cooperação regional.

Para Lo (1989) essa transformação na percepção leva a um repensamento desses enfrentamentos, o que abre a possibilidade para uma segunda etapa nas relações regionais referentes a essas questões fronteiriças. Essa percepção se deve, segundo o autor, pelo fato de que essas disputas são mais prejudiciais do que benéficas para a exploração desses recursos. Além disso a China, que sai ganhando em relação as Paracel, mas muito prejudicada em relação as Spratly (pouca presença) e começa a pensar na possibilidade de levar um modelo diferente de uma soberania histórica indisputável, que era seu principal argumento para as disputas no Mar do Sul da China, para algum tipo de cooperação e desenvolvimento conjunto com esses outros atores principalmente pela sua mudança em relação a sua política externa mais radical dos períodos de Mao Zedong. Assim, podemos resumir essa ideia como,

[...] change in China's attitude towards joint development was not accidental. Growth in its interest in offshore oil during the late 1970s was undoubtedly an important driving force behind the search for solutions to disputes over claims to maritime space in neighboring sea areas. [...] it was the adoption of the 'open-door' policy in late 1978 which removed the political barriers to China's acceptance of cooperation with foreign capital and technologies in developing its offshore oil resources. In line with this policy, joint development of disputed sea areas was no longer looked upon as an affront to China's sovereignty. Just as in many other cases,

once the idea of joint development had been accepted by the Chinese leadership, it was soon elevated to the level of a high principle. In a collection of Deng Xiaoping's speeches and talks published in 1984, *Build Socialism with Chinese Characteristics*, it appears that Deng himself had taken an active interest in the idea. (LO, 1989. Pg. 167).

A partir dessa mudança em relação a percepção pela qual as disputas vinham sendo guiadas, essa nova visão de modernização chinesa e a necessidade de uma exploração mais eficiente dessas riquezas tendo em vista as dificuldades perpetradas pelas duas crises do petróleo é que abre-se a possibilidade de um segundo momento na relação regional em relação ao Mar do Sul da China em que essa questão passa a ser tratada como parte da Agenda da ASEAN e que consegue trazer a China para pensar essa questão multilateralmente com os demais atores que clamam a soberania nessa região.

Com final da Guerra Fria e o aprofundamento do papel da China na política regional como vimos anteriormente somado a essa mudança na percepção da maneira de se relacionar sobre essa questão leva a China a se identificar e a ASEAN em incorporar seus aceites regionais de segurança para a questão do Mar do Sul da China, com o objetivo de tornar possível essa mudança na percepção desse conflito regional e consequentemente ocorra uma transição para essa problemática de uma maneira que ambos os lados aceitem. Em outras palavras é nesse momento em que podemos observar a tentativa da ASEAN em engajar os chineses com a sua Agenda Regional de Segurança⁴⁶, que analisamos no capítulo anterior, e que em certa medida alcança sucesso em transformar essas premissas regionais em um modelo diferente daquele construído pelos atores durante o período de criação da ASEAN e das próprias relações regionais entre China e Sudeste Asiático.

Mesmo ainda sendo uma mudança frágil no início, como colocado por Weissman (2010) já que a maior parte desse relacionamento tem sido de intransigência por ambos os lados o que leva a uma grande desconfiança inicial em relação a uma tratativa menos assertiva para a questão do Mar do Sul da China, essa aproximação da China à Agenda de Segurança Regional da ASEAN vai de encontro a necessidade de Beijing em utilizar essa região de maneira mais proveitosa tendo em vista suas próprias necessidades tanto energéticas como vimos em Lo (1989) como também em obter apoio regional para suas políticas reformistas como argumentado por Chae e Jho (2014) e conforme vimos anteriormente na discussão sobre as relações regionais.

Dessa maneira, quais são as principais mudanças ocorridas nessa segunda fase em que há esse interesse mútuo entre China e ASEAN de construir acordos regionais para essa

⁴⁶ Ver capítulo 2

questão do Mar do Sul da China e consequentemente fomentar uma nova percepção para essas disputas regionais? Como observado por Lo (1989) uma alternativa a essa mudança é a tentativa de se construir um desenvolvimento em conjunto entre as partes para que se amenizem essas disputas e por conseguinte tornar possível essa mudança no nível de relação⁴⁷. Para isso, como argumenta Zeng (2006) a construção de uma relação mais voltada para uma perspectiva legal é fundamental para que essa relação possa se consolidar ainda mais profundamente do que as relações bilaterais previamente estabelecidas. É claro que quando argumentamos sobre uma perspectiva legal, e como podemos observar no ultimo capítulo com a análise da evolução da ASEAN, essa perspectiva não é no sentido de *hard law*, mas sim como uma aceitação de regras mútuas através da construção de memorandos, acordos e declarações da maneira não vinculativa e respeitando a tradição na qual ASEAN é fundamentada.

Dentro dessa perspectiva legal que é construída entre a China e a ASEAN tendo em vista essa necessidade de repensar as relações para o Mar do Sul da China, podemos observar tanto em Zeng (2006) como em Yuan (2009), que há uma aproximação de Beijing tanto no aspecto das normativas construída pela ASEAN sobre as questões de Segurança que analisamos no ultimo capítulo quanto de sua evolução institucional. Pensando para o lado institucional, como mostra Yuan (2009) a China a partir dessa mudança de concepção aqui argumentada passa a se inclinar e participar mais ativamente dos processos institucionais da ASEAN: como por exemplo passar a integrar a ARF e discutir multilateralmente as questões do Mar do Sul da China como analisamos os documentos de cúpula no ultimo capítulo e também inicia sua participação em outros processos como a APEC, ASEAN+3, dentre outros. Por outro lado, quando olhamos para as questões normativas Zeng (2006) demonstra que essa aproximação se dá pelo fato de Beijing passar a aceitar os preceitos normativos do ASEAN Way que pode ser observado com a assinatura do TAC e como vimos no ultimo capítulo é a maneira pela qual a ASEAN constrói suas relações de cooperação regional. Já olhando especificamente para o Mar do Sul da China essa questão é observada com a assinatura da Declaração de Conduta de Partes que estabelece, para o autor, um mecanismo mais claro para as disputas sobre essa temática e também compromete regras para essa questão sendo elas as

⁴⁷ É interessante frisar que mesmo com essa mudança na percepção por parte da ASEAN de um novo modelo chinês de desenvolvimento e inserção internacional menos revolucionário e também pela nova visão chinesa da importância do polo do Sudeste Asiático como base de apoio e teste para seu modelo de desenvolvimento implementado a partir de Xiaoping, como mostra Yuan (2009), essa evolução acontece de maneira lenta e gradual e ainda com suspeitas e desconfianças.

estabelecidas na Agenda de Segurança da ASEAN, as regras da UNCLOS e também os Cinco Princípios de coexistência pacífica.

É importante frisar que essa relação não condiz em uma relação *top-down* da ASEAN em direção aos chineses obrigando os mesmos a aceitarem a sua agenda, mas sim uma necessidade mutua que leva a essa mudança na maneira pela qual os conflitos em relação ao Mar do Sul da China acontecem. Após entendermos como e porque se deu a mudança da primeira parte dessa relação com a intransigência chinesa em relação a soberania das ilhas para um segundo período em que pela necessidade geopolítica e por maiores ganhos, como argumentado por Lo (1989) e também pelos incentivos estruturais com o final da Guerra Fria que vimos na última seção, há essa mudança no nível dessa relação o que leva a uma abertura de espaço para Beijing ser engajado mais profundamente na relação regional e aceitar algumas normativas construídas pela ASEAN.

Com essas questões em mente, podemos passar para a seção que utilizará a conceituação construída no primeiro capítulo, a Relocalização Regional, para tentar explicar como e porque essas normas foram aceitas e adaptadas, de modo a tornar mais claro essa mudança de perspectiva chinesa.

3) A RELOCALIZAÇÃO REGIONAL: PORQUE OCORRE ESSA MUDANÇA PARA A QUESTÃO DO MAR DO SUL DA CHINA?

Após a análise de como são construídas as relações regionais e de que maneira a China entende e observa a questão do Mar do Sul da China em comparação com os membros da ASEAN e entender que essas relações variam conforme o transcorrer das décadas surge uma pergunta: como e porque podemos explicar essa mudança de Beijing em relação a essa região? Para responder essa questão traremos um debate construído lá no primeiro capítulo, a Relocalização Regional que será uma espécie de metodologia em que usaremos para explicar de que maneira essas mudanças ocorreram e quais foram as razões pelas quais essa mudança foi colocada em prática.

Com isso em mente, o primeiro ponto que temos que verificar ao utilizar essa metodologia proposta por Acharya (2004a) e argumentada durante o capítulo um como a melhor maneira de entendermos as razões para essa variação na posição chinesa para as questões regionais e mais especificamente para a questão do Mar do Sul da China é se as condições elencadas pelo autor para essa Relocalização Regional acontecer se mostram presentes nesse caso escolhido. Sendo o aumento do escopo da posição política inicial analisada e/ou alguma mudança em seus objetivos prévios as duas condições mostradas pelo

autor para que possamos observar positivamente essa Relocalização, essa é a primeira questão a ser respondida.

Ao olharmos a primeira condição elencada, o aumento de escopo em uma posição política, temos que como observado por Lo (1989), Emmers (2010), Yuan (2009) e Zeng (2006) podemos argumentar que há um aprofundamento e uma mudança na política externa chinesa tanto para a região quanto para o Mar do Sul da China. Esses aprofundamentos e mudanças acontecem justamente, como observamos nas seções anteriores, com a transição de um modelo de política externa o qual priorizava uma inserção mais assertiva, revolucionária e nacionalista para um modelo em que a cooperação multilateral e a construção de novos acordos regionais para gerenciar os conflitos emergem no seio político de Beijing. Ou seja, podemos observar esse aumento de escopo da política externa chinesa com o processo de reformas iniciado com o Xiaoping e aprofundados com Jiang Zemin que trazem para a inserção regional chinesa uma maneira diferente de construir sua política externa, sendo essa a argumentação e observação de que essa mudança se deu possivelmente por meio do aceite das normas regionais da ASEAN e conseqüentemente a Relocalização como veremos nessa seção.

Já a segunda condição, que consiste em uma mudança no objetivo inicial da política analisada, talvez seja mais complexo de argumentar e demonstrar pois Acharya (2004a) não deixa claro o que o mesmo entende como essa mudança. Dessa maneira, se considerarmos que as mudanças ocorridas na China para a questão do Mar do Sul da China não é algo radical e que muda totalmente as prévias cognitivas desses atores, mas que são mudanças que em algum grau alteram a maneira como Beijing se insere nessas disputas regionais como observamos anteriormente podemos observar que essa segunda premissa também pode ser satisfeita. Para Weissman (2010) essa mudança pode ser observada pela transição em que o papel dos conflitos referentes ao Mar do Sul da China se apresentam para as relações regionais, passando de uma percepção de um conflito inevitável durante o primeiro período das relações ASEAN-China para um modelo em que uma paz estável para dialogar sobre esse problema tendo em vista a necessidade de se explorar os recursos da região. É justamente nessa variação em que podemos observar essa mudança de objetivo de uma política inflexível de Beijing em relação a soberania das ilhas para um processo de construção de uma cooperação em conjunto sobre o tema.

É claro que mesmo com esse aumento do escopo para a questão do Mar do Sul da China, que incorpora aprofundamentos e diferentes opções para a cooperação regional e a mudança ligeira no objetivo para tentar construir um modelo melhor de exploração das

riquezas e oportunidades da região a China ainda luta pela soberania dessas ilhas. O fato é que ao invés de se utilizar de uma política regional mais assertiva e voltada para a conquista da soberania das ilhas pelo uso da força diretamente e deixando pouco espaço para discutir regionalmente aparatos de cooperação para a escalada de violência em relação a essa questão diminua, Beijing passa a aceitar e a incentivar um possível espaço de cooperação regional para que essa visão pautada na intransigência e violência armada possa ser substituída por uma nova percepção.

Assim, com uma resposta afirmativa para esse processo conforme o argumentado por Acharya (2004a) e analisado no capítulo temos que surge uma interessante pergunta: porque razão os chineses Relocalizam essas normas e mudam a sua percepção regional em relação a ASEAN? O primeiro ponto argumentado por Kavalski (2009) é que essa aproximação regional é fundamental para fortalecer as bases que a política externa iniciada por Xiaoping constrói, sendo necessária essa adaptação em relação as normas do Sudeste Asiático para justamente construir um modelo em que essa política externa diferente tivesse maior apoio e consequentemente mais espaço para que o desenvolvimento chinês se aprofundasse. Em outras palavras, temos que a China aceita essa mudança justamente para que sua relação com o Sudeste Asiático melhorasse e assim tivesse mais apoio e espaço para promover seus processos de desenvolvimento iniciado com a morte de Mao Zedong.

Um segundo ponto que podemos argumentar em direção a essa resposta é o fato de que as normas da ASEAN eram interessantes para Beijing realocar devido à proximidade em que os discursos de ambos os lados foram construídos. Ou seja, a realocização também acontece devido a essa percepção por parte de Beijing de que a Agenda de Segurança da ASEAN também compunha normas que eram interessantes para o futuro político do modelo chinês, sendo esse um ponto importante para o avanço dessas normas para dentro da base de política externa chinesa.

Por fim, temos que com as condições verificadas que o houve sim um processo de realocização e também respondendo a questão do porque é importante essa aceitação chinesa dessas normas, podemos passar para uma análise mais detalhada de como essas normas chegaram e se instalaram nas previas cognitivas de Beijing. Para isso, utilizaremos a metodologia debatida no capítulo um da realocização que parte essa explicação em quatro partes: 1) pré-localização; 2) iniciativa local dos atores; 3) adaptação dessas normas para as percepções internas e 4) Amplificação e Universalização dessas normas localizadas. Dessa maneira, passemos a entender como essa Agenda de Segurança chega até a política interna chinesa durante a pré-localização.

3.1) A PRÉ-LOCALIZAÇÃO

Como observado por Acharya (2004a) a pré-localização é a fase durante esse processo de aceitação de posições normativas diferentes daquelas aceitas internamente em que é observado pelos autores internos alguma norma internacional que se vinculada aos processos domésticos pode incrementar e auxiliar os processos já construídos internamente a serem atualizados para um novo patamar. Essa importância se demonstra pelo fato de ser localizado as normativas aceitas para a segurança regional e o Mar do Sul da China, como vimos anteriormente, com a China aceitando essa agenda para aperfeiçoar as relações regionais e consequentemente melhorar a visão em que a região possuía em relação a sua inserção internacional que agora passa por um processo de reforma e de mudança para uma direção diferente daquela executada por Mao Zedong e no início das relações com a ASEAN.

O importante que durante essa fase do início de uma percepção de uma possível agenda a ser trazida para a política doméstica que significa a fase de pré-localização é observar que essa atração do doméstico com o internacional, no sentido normativo, é composto por uma forte resistência e contestação. Ou seja, durante a pré-localização os atores internos debatem entre si o quanto essa normativa realmente implementa essa nova posição ser construída, sendo necessário que haja um acordo uniforme domesticamente falando para que esses padrões possam ser trazidos e implementados. No caso chinês, como argumentado por Rubiolo (2010) o processo de aceitação dessa Agenda foi lento e gradual por dois principais motivos: 1) o processo de reforma chinês, que foi implementado durante a mudança para a liderança de Xiaoping e que demorou algumas décadas para ter a segurança de propor modelos diferentes e mais aprofundados de cooperação como vimos anteriormente e 2) as próprias desconfianças que os chineses possuíam em relação ao Sudeste Asiático tendo em vista seu papel pró ocidental de combate ao comunismo amplamente veiculado durante a Guerra Fria.

Além dessa mudança na inserção internacional ter sido lenta e também com essas desconfianças em se associar a um modelo político moldado pelo Sudeste Asiático, podemos observar um outro ponto importante apresentado por Rubiolo (2010) para que esse processo tenha tido forte resistência é a questão do multilateralismo. Como observado pela autora, Beijing durante o primeiro período de inserção internacional pós 1949 e liderado por Mao Zedong sempre teve receio de colocar a China em um modelo de cooperação internacional voltado para o multilateralismo, já que esse modelo diminuía a soberania chinesa e a margem de manobra. Um outro ponto que dava ao multilateralismo a percepção de ser uma escolha ruim é a assimilação desse conceito com o fato de que essa cooperação era sinônimo de uma

tentativa ocidental e do capitalismo de golpear os processos revolucionários que vinham sendo desencadeados dentro da China. Mesmo com a mudança do governo de Xiaoping, a percepção de que a China teria que atuar com um papel *low profile* e de desconfiança também reforça essa visão da negatividade do multilateralismo, que só seria levemente alterada com a liderança de Jiang Zemin no final dos anos 1980. Com isso, temos que o processo de aceite da Agenda de Segurança da ASEAN não foi automático, e como observamos na seção anterior leva cerca de uma década após a ascensão de Xiaoping e de suas reformas e visões progressistas.

Embora esse processo tenha tido essa parcela de resistência e contestação tendo em vista o processo de evolução da política externa chinesa, como argumentamos anteriormente essas normas conseguem passar nesse teste já que podemos observar uma mudança na perspectiva das relações regionais entre a China e a ASEAN para questão do Mar do Sul da China. Assim, temos que essa observação sugere uma interessante pergunta: qual a razão para o avanço dessa normativa em direção a aceitação de Beijing? Como argumenta Zhang (2009) esse avanço para uma maior participação nas perspectivas regionais e nos processos de cooperação multilateral são fundamentais para que a China obtenha uma ampla base de apoio e que também consiga evoluir as prioridades elencadas em seu processo de desenvolvimento e de suas novas posições em política externa. Isso é importante já que é a partir dessa evolução e aceitação do regional enquanto um possível *locus* para promover políticas para que se agregue reputação para as prioridades de desenvolvimento elencadas pela China que reside a importância desse aceite das normativas.

Em suma, como visto por Zhang (2009) é pela importância que o apoio do Sudeste Asiático pode ter em relação a algum posicionamento futuro da China e também em relação ao processo de desenvolvimento construído que Beijing observa como fundamental essa aproximação e aceitação das normas multilaterais da ASEAN. Com isso, tendo em vista que essa importância dos processos cooperativos com a ASEAN supera as desconfianças e a resistência que essas normas ecoam durante a pré-localização é que a Agenda de Segurança é trazida para a política externa chinesa e como resultado altera a maneira pela qual Beijing entende e constrói suas posições políticas sobre o Mar do Sul da China.

Dessa maneira, podemos passar para outro ponto fundamental para que essas normas possam ser transferidas para a política externa chinesa que é o papel fundamental que a Iniciativa Local possui para afastar essa desconfiança e trazer essa normativa para dentro das escolhas do espectro político do Estado.

3.2) A INICIATIVA LOCAL

Para Acharya (2004a) a iniciativa local é fundamental para que o processo de localização aconteça porque é somente a partir da tentativa interna de estabelecer valor para essas normas externas e inicialmente valorizadas durante a pré-localização que fundamentalmente há o início da aceitação. Ou seja, a iniciativa local é essencial para que se chancelo o processo de mudança que analisamos para a relação entre a China e a ASEAN e dessa maneira Beijing consiga se aproximar e aceitar a maneira pela qual os membros da ASEAN pensam a cooperação regional.

Nas palavras de Acharya (2004a) essa iniciativa local precisa estar ligada a perspectiva de um *inside proposer*, que é entendido como algum membro dentro da base política que incentivará o aceite dessas normas. Esse incentivo pode ser entendido tendo vista a importância que a norma a ser localizada para os ganhos futuros com as escolhas em política externa e por isso chama a atenção desse proponente interno que barganhará e incentivará que essa agenda normativa, aqui no caso a Agenda de Segurança da ASEAN, passe a fazer parte da base política anteriormente aceita pelo Estado.

Para o caso chinês e a sua relação com o Sudeste Asiático, temos que o principal ator político que exerce o papel de um proponente interno dessa mudança em direção a uma aproximação com a ASEAN é o presidente Jiang Zemin. Segundo Li (2004) Jiang Zemin foi o primeiro chefe de Estado chinês a trazer uma ideia diferente para a cooperação nos temas de segurança justamente com sua retórica de um *New Security Concept* para Beijing. Segundo o autor, para Jiang Zemin esse novo jeito de pensar as relações de segurança tinha prioridade durante sua fase a frente do posto de presidente da China, já que essa visão possuía uma grande base de novidade para a política externa chinesa tendo em vista seus processos anteriores de inserção internacional e também era necessário justamente para que a região se tornasse menos belicosa já que esse era uma das principais necessidades para a nova maneira de Beijing desenvolver sua política externa.

Com isso em mente, de que maneira e quais as normas Jiang Zemin traz para dentro desse *New Security Concept*? Segundo Li (2004) essa nova visão para o pensamento de segurança chinês pode ser dividido em cinco pontos/normativas aceitas para essa questão: a primeira equivale a trazer o papel da segurança como ponto de fomento na construção de confiança mútua entre os atores políticos; já o segundo se baseia na percepção em pensar a cooperação de segurança como uma maneira de produzir benefícios mútuos entre os atores e afastando as perspectivas unilaterais para as questões de segurança; o terceiro prevê uma igualdade dos atores relacionados nas questões de segurança, respeitando a ideia de igualdade

na relação política dos atores em comparação com o poder chinês; a quarta compreende a importância de se pensar instrumentos de cooperação para que as tensões dos conflitos envolvendo questões de segurança possam diminuir; por fim, temos que incorporar essas questões na concepção dos cinco princípios de coexistência pacífica é outro ponto fundamental da nova retórica chinesa para as questões de segurança.

Portanto, com essa visão de Jiang Zemin como um possível *inside proposer* das visões normativas da ASEAN por meio da construção de um *New Security Concept* temos que outra pergunta interessante surge: porque considerar essa questão como parte da aceitação de normas da ASEAN e não como somente a criação de uma visão de política externa original pela China? Como observado por Yuan (2009), esse pensamento trazido por Jiang Zemin possui uma preocupação central em ser compatível com o ASEAN Way, ou seja, há uma inclinação por parte do governo de Zemin de construir uma retórica que vá de encontro as propostas construídas pela ASEAN que vimos no ultimo capítulo. É por essa razão que podemos aceitar que o governo Jiang Zemin inicia esse processo de aproximação com a ASEAN justamente ao promover políticas que comungam com essa tradição construída pela ASEAN e como foi analisado anteriormente nas mudanças que ocorreram durante seu período a frente do partido comunista chinês.

Ao aceitar o fato de Jiang Zemin ser um dos principais proponentes internos para a Agenda Regional de Segurança da ASEAN tendo em vista a necessidade de aproximação dessa instituição regional para garantir apoio e novas possibilidades para o processo de desenvolvimento iniciado por Xiaoping, aprofundado por Zemin e continuado durante o período Hu Jintao podemos passar para a terceira parte necessária para que essas normas possam ser completamente implementadas e internalizadas para o pensamento político chinês que é a fase de adaptação das normas.

3.3) ADAPTAÇÃO

Como observarmos na última seção, as novas propostas apoiadas por Jiang Zemin que vão de encontro a percepção da ASEAN acerca das questões de segurança fazem com que uma visão de um aceite mais formalizado dessas regras para os chineses seja necessário. Tendo em vista a necessidade chinesa de possuir um respaldo regional para suas novas escolhas políticas a partir da aceitação de seu modelo normativo, temos que surge uma necessidade fundamental para que tais normas como vimos sejam plenamente aceitas, que é a adaptação a realidade local.

Com isso em mente, o que podemos entender como essa adaptação de Beijing para essas normas? Como analisado por Kavalski (2009) a primeira tendência dessa adaptação de Beijing em relação a essa aceitação das normativas da ASEAN com o objetivo de transformá-la não em uma imposição ou algo do gênero, mas sim como uma visão de que a China aceita essas escolhas unilateralmente, pode ser entendido com a incorporação da diretriz de uma *Good Neighbour Policy*. Essa perspectiva, que dentro da política externa chinesa constrói uma inserção com base regional que os chineses entendem como fundamental para que seu objetivo de garantir uma base de apoio para seu processo de desenvolvimento consiga avançar, muda ligeiramente para uma percepção própria da China em aceitar a importância dessas regras construídas pelo Sudeste Asiático tendo em vista os ganhos próprios que a China terá caso aceite essas normativas.

Além de transformar essa necessidade de aceitar as regras do Sudeste Asiático para essa retórica de uma construção de uma boa vizinhança como objetivo de Beijing para a política regional, Zhang (2009) também demonstra que outras questões, que serão incorporadas nos documentos e memorandos aceitos mutuamente por China e ASEAN como podemos observar no ultimo capítulo, serão pontos adaptados a partir de um estilo de diplomacia e negociação construída pela China e amplamente aceita como tática para promover sua inserção internacional. Dentro dessas táticas que são levadas para a relação regional por parte da China e que segundo o autor podemos observar suas minúcias dentro da Agenda de Segurança da ASEAN e da sua relação como um todo são as negociação baseada no Guanxi⁴⁸, e na tradição de diplomacia fundamentada no Taoísmo⁴⁹, Confucionismo⁵⁰ e nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica.

Dessa maneira, como podemos observar a Agenda de Segurança da ASEAN ao ser aceita como base de regras pela China para o conflito regional sobre o Mar do Sul da China não é deixada de ser influenciada pelas diretrizes construídas pela política externa de Beijing como argumenta Zhang (2009). Essa aproximação e mistura das duas partes e de suas prévias cognitivas é fundamental para que essa Agenda de Segurança possa ser localizada pela China,

⁴⁸ *Guanxi* é uma expressão fundamental e designa a complexa rede de relações indispensáveis ao funcionamento social, político e organizacional na China. *Guanxi* descreve a dinâmica básica na natureza complexa das redes de contactos influentes e relações sociais e o seu conceito central na sociedade chinesa.

⁴⁹ O taoísmo é uma tradição filosófica e religiosa chinesa que tem como conceito chave o Tao, palavra que em chinês pode significar “caminho”, “estrada”, “curso” ou “método”.

⁵⁰ O Confucionismo é um sistema filosófico chinês criado por Confúcio (孔夫子). Entre as preocupações do confucionismo estão a moral, a política, a pedagogia e a religião. É conhecida pelos chineses como "ensinamentos dos sábios"

o que leva a essa mudança de percepção de Beijing em relação ao regional e aos conflitos que permeiam esse elo. Com isso, temos que ao observar positivamente para essa questão da adaptação para com perspectivas tradicionais da política externa chinesa podemos passar para o ultimo e quarto ponto que podemos observar para essa localização que é a Amplificação e a Universalização dessas escolhas e aceites para outros pontos da inserção internacional chinesa.

3.4) AMPLIFICAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO

Como colocado por Acharya (2004a) nessa fase as normas externas já se encontram localizadas ao cotidiano da formulação das escolhas políticas do Estado, já que esse complexo de normas já passaram pelos testes de relevância inicial para os atores, de apoio interno por líderes políticos e também de adequação a algumas premissas construídas individualmente pelos atores que recebem essa oportunidade de trazer normas externas àquelas desenvolvidas internamente. Em outras palavras, sendo necessário pelo objetivo de construir uma base regional mais estruturada para sua inserção e desenvolvimento, com Jiang Zemin atuando como um importante proponente interno desse novo papel a ser implementado pela China em relação a política regional e internacional e também por essa mistura dessa Agenda da ASEAN com perspectivas amplamente aceitas por Beijing, adaptando esse conjunto normas com visões também de Beijing essa parte se sustenta para comprovar essa mudança de pensamento através dessa localização justamente por levar essas ideias e percepções para outras particularidades na inserção internacional chinesa.

Ao observarmos essa questão, podemos argumentar que essa amplificação e universalização dessas diretrizes aceitas por Beijing podem ser observadas em três outras direções no que se refere a política internacional pós aproximação com a ASEAN durante o governo de Jiang Zemin. Um primeiro possível ponto de uma amplificação e universalização dessa nova maneira de pensar cooperações multilaterais consiste em um aumento expressivo das perspectivas multilaterais lastreadas nas mesmas dinâmicas as quais os chineses constroem sua relação com Beijing, como por exemplo a FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation), os BRICS e com mais destaque a SCO (Shanghai Cooperation Organization) que leva essas dinâmicas aceitas e presentes na cooperação regional de segurança da ASEAN para um acordo regional com outros atores com o objetivo de promover a região da Ásia central com o fórum multilateral para a discussão de temas de segurança.

Já um segundo ponto em que podemos aceitar que esse processo acontece é na mudança na maneira pela qual os chineses entendem e se projetam no sentido de sua inserção

internacional. Com uma retórica muito mais voltada para um processo de desenvolvimento e também com uma política externa menos assertiva, Beijing leva essa experiência construída com a ASEAN para diversos outros relacionamentos políticos, se aproximando de iniciativas multilaterais de comércio como os acordos de livre comércio com o próprio Sudeste Asiático e também uma maior aproximação do ocidente e de seus arranjos comerciais. Assim, Beijing tem cada vez mais um papel ativo nos fóruns e trocas multilaterais no Sistema Internacional. Por fim, um terceiro ponto que conversa diretamente com esse segundo é a expansão de iniciativas de cooperação por parte da China, principalmente com intercâmbios mais frequentes entre Universidades, Cultura com os Institutos Confúcio e também de apoio financeiro e logístico.

Com isso, esse é o processo de localização dessa relação com a ASEAN para as questões referentes a sua Agenda de Segurança. Como podemos observar, essa perspectiva acaba por ser levada para as relações regionais entre a China e a ASEAN justamente respeitando as perspectiva trazidas por Acharya para a localização respondendo as questões de porque essas normativas são importantes e consequentemente localizadas, como as mesmas entram para a base normativa de Beijing e de que maneira a China atua para transformar essas normas construídas fora de sua base política em algo que seja aceitável e que leve essas perspectivas para outras direções dentro da perspectiva política chinesa.

4) CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Ao observarmos durante esse capítulo a maneira pela qual os chineses entendem e interpretam suas relações com o Sudeste Asiático, fica claro que temos duas fases distintas: uma primeira em que a China esteve distante dos processos regionais justamente por se inserir por meio de uma política externa assertiva e que tentava transformar as questões referentes ao Mar do Sul da China em um conflito unicamente voltado a uma invasão da soberania chinesa que detinha o controle das ilhas desde tempos imemoriais. Com a morte de Mao e a ascensão de uma ala reformista do Partido Comunista Chinês uma nova visão para o Sudeste Asiático, principalmente devido a sua posição como base de apoio e de experimentação da nova maneira de Beijing se inserir internacionalmente, faz com que essa percepção irredentista das ilhas do Mar do Sul da China serem fundamentalmente de soberania chinesa diminui, trazendo novas possibilidades para as relações regionais, principalmente por meio de projetos multilaterais de cooperação e de resolução de conflitos com base nas dinâmicas construídas pela ASEAN desde os anos 1960.

Com isso em mente, o processo de localização consegue entender de maneira mais detalhada como se deu essa mudança explicando em etapas o porquê dessa aceitação das normas da ASEAN, como isso aconteceu e de que maneira a China também interfere nessa relação regional tendo em vista o papel co-constitutivo que os atores nessas relações de implementação normativa possuem. A primeira resposta sobre a razão pela qual os chineses necessitam dessa aceitação é que a partir das reformas implementadas por Xiaoping uma mudança na visão regional em relação a maneira pela qual Beijing construía sua política externa precisava ser alterada e também era necessário uma região mais pacífica para que o desenvolvimento chinês pudesse prosperar. Assim, tendo em vista essa aproximação necessária, Beijing vê as questões do Mar do Sul da China como um ponto interessante para construir um processo de cooperação com o Sudeste Asiático, justamente por ser um tema muito delicado nessa relação e também pelas perdas que esse conflito traziam para Beijing e seu novo processo de desenvolvimento.

Já a segunda pergunta, podemos entender como isso se desenvolveu dando ênfase a participação fundamental de Jiang Zemin como proponente interno para que essas normativas regionais pudessem se tornar parte das dinâmicas domésticas chinesas. Com a criação do *New Security Concept*, Zemin aproxima a percepção chinesa para as questões de segurança daquela construída e implementada pela ASEAN, tornando possível o aceite mutuo de memorando, declarações e bases normativas para que a questão do Mar do Sul da China. Por fim, a China teve um papel fundamental para adaptar essas normas a um nível em que ambos os lados aceitem essas perspectivas, trazendo para esses documentos as percepções dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, e preceitos do confucionismo, taoísmo, dentre outras retóricas tradicionais da política externa chinesa.

Em suma, podemos argumentar que houve uma mudança nas diretrizes da política externa chinesa e que a mesma, ao usarmos o processo de localização implementado por Acharya, pode ser entendido como um processo que levou a uma maior aproximação e aprofundamento nas relações regionais e que mudou ambos os paradigmas para o enfrentamento em relação as tensões crescentes até os anos 1980 para o Mar do Sul da China.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos mais especificamente essa questão da relação entre a China e a ASEAN, como fizemos durante esse trabalho, é notório que algumas similaridades entre essa Agenda da ASEAN e as diretrizes de Política Externa Chinesa estão presentes após esse processo de evolução nos anos 1990. É por essa razão que se tornou tão interessante a escolha do tema, que auxiliado pelo objetivo de aprofundar em uma questão de segurança, que embora tenha algum contato com a principal agenda que é a cooperação econômica ainda é uma particularidade da agenda do Sudeste Asiático pouco estudada tendo em vista o direcionamento prioritário da bibliografia para temas econômicos e que precisa ser melhor entendida principalmente dentro do Brasil com o contexto de uma “nova” ascensão do eixo asiático.

Como podemos observar no capítulo 1, a Agenda Regional de Acharya fornece uma interessante base para pensarmos como essa relação entre o pensamento da ASEAN voltado para as questões de segurança pode se relacionar no processo de construção de cooperação com a China. Sendo esse processo a Localização Regional, podemos construir um entendimento de como os passos para essa aproximação foram sendo construídos conforme a relação se aprofundava nos anos 1990. Além da Localização Regional, debater as ideias de Acharya, que é ainda uma bibliografia pouco conhecida e utilizada pela agenda de estudos de regionalismo no Brasil, se mostrou fundamental para tornar claro o porquê dessas premissas serem interessantes para compreender o Sudeste Asiático e também para dar base para inserir a ideia de Localização Regional para compreender essa variação na maneira pela qual a China entende e se insere na região nos termos de segurança.

Já no Capítulo 2 onde é debatido o processo de construção da ASEAN para entender de que maneira os membros pretendem construir uma cooperação regional e quais são as bases para a formação de uma Agenda Regional de Segurança avançamos na caracterização de como a literatura entende a ASEAN e a insere como uma instituição regional. Ao olharmos que sua base provem de um entendimento que as relações regionais são baseadas em decisões não obrigatórias e que o processo de construção de uma instituição regional não necessita de uma percepção de *hard law* para angariar avanços é uma das inovações que podemos presenciar nessa trajetória construída pela ASEAN. Além disso, ao expandir seu escopo de cooperação nos anos 1990 com outras instituições ligadas ao centro em Jacarta concede a ASEAN o papel de centro instrucional da região asiática e também a possibilidade de promover e liderar a cooperação para outras questões com a legitimidade de mais atores envolvidos para além do próprio Sudeste Asiático, construindo nesse processo a sua agenda

de segurança que analisamos e que usamos para observar a relação com a China. Com uma Agenda que prioriza as questões do Mar do Sul da China como principal conflito na região, as principais normativas aceitas pela ASEAN vão de encontro para tratar essa questão conforme as diretrizes aceitas pelo Direito Internacional do Mar (UNCLOS) e também por trazer as suas bases normativas do ASEAN Way e de outros acordos anteriores como o TAC e o ZOPFAN para construir um canal de cooperação com Beijing para as questões referentes as ilhas Spratly e Paracel.

Por fim, no Capítulo 3 tentamos mostrar como a China construiu seu relacionamento com a ASEAN, observando quais foram os avanços e retrocessos, e observando que Beijing muda sua percepção em relação a cooperação multilateral e especificamente para a questão do Mar do Sul da China, que é analisada especificamente durante esse capítulo. Ao focarmos na questão do conflito pelas ilhas, é interessante observar que aquelas diretrizes observadas no contexto da Agenda de Segurança da ASEAN se mostram presentes, sendo para mostrar como essa transição em relação a China aconteceu que escolhemos a ideia de Localização Regional. Aplicando esse conceito de Acharya para a questão, podemos entender qual a razão da China em aceitar essas diretrizes e também entender como se deu o processo para que essas normas pudessem ser aceitas e internalizadas no ideal chinês.

É claro que essa pesquisa não quer inferir que todos os conflitos envolvendo o Mar do Sul da China estão resolvidos ou que os chineses deixaram de fato de se inserir de maneira a pensar essa região como parte inalienável de seu território soberano. Problemas ainda são recorrentes entre os atores envolvidos e tensões ainda são uma constante principalmente com a evolução das Relações Internacionais no pós crise de 2008. Porém, como observamos no capítulo três ao tentar entender como Beijing e a ASEAN se relacionam politicamente é fato que houveram mudanças na maneira em que a China entende e se insere no contexto das disputas pelas ilhas. É para explicar essa mudança, que como entendemos não transformam em 180 graus a percepção chinesa sobre essa questão, que pegamos a questão da Localização Regional.

Ao deixar claro que entendemos que essa percepção muda e com a vontade de descobrir o porquê dessa mudança podemos traçar as perspectivas finais que essa pesquisa pode trazer. Ao localizar as diretrizes regionais da ASEAN de segurança, temos que o primeiro motivo que podemos trazer para esse entendimento é que a nova perspectiva de política externa chinesa necessitava essa mudança. Uma região em que as tensões fossem menores e que tivesse espaço para apoiar o novo modelo chinês iniciado por Xiaoping torna fundamental essa aproximação com a ASEAN e consequentemente a aceitação de algumas

normas. Com o apoio de Jiang Zemin e com alguns pontos da retórica chinesa entrando como base para a questão da segurança, como vimos os Cinco Princípios e as diretrizes tradicionais de Confúcio, Lao Zi (Xintoísmo), dentre outras, a China se aproxima da ASEAN e aceita sua Agenda de Segurança como ponto em comum para debater as questões do Mar do Sul da China, que tendo em vista suas riquezas minerais e estratégicas de alguma maneira seria necessário a construção de uma cooperação regional para melhorar o nível das relações, conforme a literatura aqui consultado.

Essas são as principais respostas que essa pesquisa obteve após o entendimento do porque a China muda sua percepção em relação a questão do Mar do Sul da China. Outro ponto em que essa pesquisa pode ser utilizada e como base de aprofundamento para pensar as relações regionais da China, aprofundando para outras questões como a cooperação econômica e também com outras instituições como a OCX, a SAARC, FOCAC, dentre outras. Por fim, outro ponto interessante que pode partir dessa pesquisa é a possibilidade de entender e se aprofundar nos estudos sobre a região do Sudeste Asiático, de modo a compreender mais profundamente sobre as dinâmicas regionais e tentar trazer essa maneira de pensar as instituições regionais para a nossa região, traçando comparações e possibilidades para a evolução regional da América do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD Jr, M.C. (2000). *The Role of ASEAN In Security Multilateralism. ZOPFAN, TAC, and SEANWFZ*. Disponível em: <http://www.asean.org/archive/arf/7ARF/Prof-Dment-Programme/Doc-10.pdf> Acesso em: 18/06/2015
- ACHARYA, Amitav (1999). **Containment, engagement, or counter-dominance? Malaysia's response to the rise of China**. In: JONHSTON, Alastair e ROSS, Robert (1999). *Engaging China: The Management of an Emerging Power*. Routledge.
- _____ (2002). **Regionalism and the emerging world order: sovereignty, autonomy, identity**. In: BRESLIN, et al (2002). *New Regionalism in the Global Political Economy: Theories and Cases*. Routledge
- _____ (2003). Democratisation and the Prospects for participatory regionalism in Southeast Asia. **Third World Quarterly**. Vol. 24, No. 2.
- _____ (2004a). How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism. **International Organization**. Vol. 58, No. 2.
- _____ (2004b). Will Asia's Past Be Its Future? **International Security**. Vol. 28, No. 3.
- _____ (2007). The Emerging Regional Architecture of World Politics. **World Politics**. Vol. 59, No. 4.
- _____ (2008). *Asia Rising: Who is leading?* World Scientific Publishing Co.
- _____ (2009a). *Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order*. Nova Iorque: Routledge.
- _____ (2009b). *Whose Ideas Matter? Agency and Power in Asian Regionalism*. Cornell University Press.
- _____ (2010a). Asia is Not One. **The Journal of Asian Studies**. Vol. 69, No. 4.
- _____ (2010b). The Idea of Asia. **Asia Policy**. No. 9.
- _____ (2011). Engagement or Entrapment? Scholarship and Policymaking on Asian Regionalism. **International Studies Review**. Vol. 13.
- _____ (2012a). Comparative Regionalism: A Field Whose Time has come? **The International Spectator: Italian Journal of International Relations**. Vol. 47, No. 1.
- _____ (2012b). *The Making of Southeast Asia: International Relations of a Region*. ISEAS Publishing.
- _____ (2014a). Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A new Agenda for International Studies. **International Studies Quarterly**. Vol. 58

_____ (2014b). *Rethinking Power, Institutions and Ideas in World Politics: Whose IR?* Routledge.

ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry (2010). *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and Beyond Asia*. Routledge.

ACHARYA, Amitav; JOHNSTON, Alastair Iain (2007). *Crafting Cooperation: Regional International Institutions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

AHMAD, Zakaria B. (2012). ASEAN Beyond 40. **East Asia**. Vol. 29.

APEC (1993). *1993 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1993/1993_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (1994). *1994 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1994/1994_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (1995). *1995 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1995/1995_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (1996). *1996 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1996/1996_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (1997). *1997 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1997/1997_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (1998). *1998 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1998/1998_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (1999). *1999 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1999/1999_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2000). *2000 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2000/2000_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2001). *2001 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2001/2001_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2002). *2002 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2002/2002_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2003). *2003 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2003/2003_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2004). *2004 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2004/2004_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2005). *2005 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2005/2005_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2006). *2006 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2006/2006_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2007). *2007 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2007/2007_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2008). *2008 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2008/2008_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2009). *2009 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2009/2009_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2010). *2010 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2010/2010_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2011). *2011 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2011/2011_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

APEC (2012). *2012 Leaders' Declaration*. Disponível em: http://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2012/2012_aelm.aspx Acesso em: 03/07/2016.

ARF (1994). *Chairman's Statement, The First Meeting Of The Asean Regional forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/19940725.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (1995). *Chairman's Statement, The Second Meeting Of The Asean Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/19950801.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (1996). *Chairman's Statement, The Third Meeting of the Asean Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/19960723.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (1997). *Chairman's Statement, The Fourth Meeting of the ASEAN Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/19970727.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (1998). *Chairman's Statement, The Fifth Meeting Of The Asean Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/19980727.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (1999). *Chairman's Statement, The Sixth Meeting Of The Asean Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/19990726.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (2000). *Chairman's Statement, The Seventh Meeting Of The Asean Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/20000727.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (2001). *Chairman's Statement, The Eighth Meeting Of Asean Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/20010725.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (2007). *Chairman's Statement of the 14th ASEAN Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/20070802.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (2008). *Chairman's Statement, 15th ASEAN Regional Forum*. Disponível em: worldjpn/documents/texts/arf/20080724.O1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (2009). *Chairman's Statement 16th ASEAN Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/20090723.D2E.html Acesso em: 23/03/2016.

ARF (2012). *Chairman's Statement of the 19th ASEAN Regional Forum*. Disponível em: www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/arf/20120712.D1E.html Acesso em: 23/03/2016.

ASEAN (1967). *The ASEAN Declaration (Bangkok Declaration)*. Disponível em: <http://asean.org/the-asean-declaration-bangkok-declaration-bangkok-8-august-1967/> Acesso em: 02/07/2016.

ASEAN (1971). *Zone of Peace, Freedom and Neutrality Declaration*. Disponível em: <https://cil.nus.edu.sg/rp/pdf/1971%20Zone%20of%20Peace%20Freedom%20and%20Neutrality%20Declaration-pdf.pdf> Acesso em: 02/07/2016.

ASEAN (1976a). *The Declaration of ASEAN Concord*. Disponível em: http://www.asean.org/?static_post=declaration-of-asean-concord-indonesia-24-february-1976 Acesso em: 02/07/2016.

ASEAN (1976b). *Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia*. Disponível em: <http://www.asean.org/news/item/treaty-of-amity-and-cooperation-in-southeast-asia-indonesia-24-february-1976-3> Acesso em: 03/07/2016.

ASEAN (2001). *Towards an East Asia Community*. Disponível em: http://www.asean.org/archive/pdf/east_asia_vision.pdf Acesso em: 18/06/2015

ASEAN (2002). *Declaration On The Conduct Of Parties In The South China Sea*. Disponível em: http://asean.org/?static_post=declaration-on-the-conduct-of-parties-in-the-south-china-sea-2 Acesso em: 03/07/2016.

ASEAN (2003). *Declaration of ASEAN Concord II (Bali Concord II)*. Disponível em: http://asean.org/?static_post=declaration-of-asean-concord-ii-bali-concord-ii Acesso em: 02/07/2016.

ASEAN (2005). *Kuala Lumpur Declaration on the ASEAN Plus Three Summit*. Disponível em: <http://www.asean.org/news/item/kuala-lumpur-declaration-on-the-asean-plus-three-summit-kuala-lumpur-12-december-2005> Acesso em: 03/07/2016.

ASEAN (2005). *Kuala Lumpur Declaration on the East Asia Summit*. Disponível em: <http://www.asean.org/news/item/kuala-lumpur-declaration-on-the-east-asia-summit-kuala-lumpur-14-december-2005> Acesso em: 03/07/2016.

ASEAN (2006). *ASEAN Regional Security: The Threats Facing it and the Way Forward*. Disponível em: http://www.asean.org/?static_post=asean-regional-security-the-threats-facing-it-and-the-way-forward-by-asean-secretariat-2 Acesso em: 25/03/2016.

ASEAN (2007). *Asean Charter*. Disponível em: <http://www.asean.org/archive/publications/ASEAN-Charter.pdf> Acesso em: 18/06/2015

ASEAN (2011). *Bali Declaration on ASEAN Community in a Global Community of Nations "Bali Concord III"*. Disponível em: http://www.asean.org/storage/images/2013/other_documents/POA%20of%20Bali%20Concord%20III%20_final_.pdf Acesso em: 02/07/2016.

BA, Alice (2006). Who's socializing whom? Complex engagement in Sino-ASEAN relations. **The Pacific Review**. Vol.19, No. 2.

_____ (2009). *[Re]Negotiating East and Southeast Asia: Region, Regionalism and the ASSOCIATION of SOUTHEAST ASIAN NATIONS*. Stanford: Stanford University Press.

_____ (2014). Is China leading? China, Southeast Asia and East Asian integration. **Political Science**. Vol. 66, No. 2.

BECKMAN, Robert (2013). The UN Convention on the Law of the Sea and the Maritime Disputes in the South China Sea. **American Society of International Law**. Vol. 107, No. 1.

BEESON, Mark (2009). *Institutions of Asia-Pacific: ASEAN, APEC and beyond*. Nova Iorque: Routledge.

BEESON, Mark e LI, Fujian (2014). *China's Regional Relations: Evolving Foreign Policy Dynamics*. Lynne Rienner Publishers.

BISLEY, Nick (2008). East Asia's Changing Regional Architecture: Towards an East Asian Economic Community? **Pacific Affairs**. Vol. 80, No. 4.

- BOWLES, Paul (1997). ASEAN, AFTA and the “New Regionalism”. **Pacific Affairs**. Vol. 70, No. 2.
- BRESLIN, Shaun et al. (2002). **Regions in Comparative Perspective**. In: BRESLIN, et al (2002). *New Regionalism in the Global Political Economy: Theories and Cases*. Routledge.
- BUZAN, Barry et al. (1998). *Security: A new Framework for Analysis*. Lynne Rienner Pub.
- BUZAN, Barry & WAEVER, Ole (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.
- BUSZYNSKI, Leszek (1998). ASEAN’s New Challenges. **Pacific Affairs**. Vol. 70, No. 4.
- CAMROUX, David. “The East Asia Summit: Pan-Asian multilateralism rather than intra-Asian regionalism”. In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- CAPORASO, James et al. (1999). Review Section Symposium: The Choice for Europe: Social Purpose of State Power from Messina to Maastricht. **Journal of European Public Policy**. Vol. 6, No. 1.
- CASTRO, Renato (2015). The Philippines Confronts China in the South China Sea: Power Politics vs. Liberalism-Legalism. **Asian Perspective**. Vol. 39.
- CHAE, Soo e JHO, Whasun (2014). Hegemonic Disputes and the Limits of the ASEAN Regional Forum. **Pacific Focus**. Vol. 29, No. 2.
- CHAN, Sarah & WONG, John (2003). China-ASEAN Free Trade Agreement: Shaping Future Economic Relations. **Asian Survey**. Vol. 43, No. 3.
- CHEN, Haibo (2006). **Maintaining Maritime Safety in Southeast Asia: Regional Cooperation**. In: HUAQUN, Zeng et al (2006). *China-ASEAN Relations: Economic and Legal Dimensions*. World Scientific Publishing Co.
- CHUNG, Chien-peng (2010). *China’s Multilateral Cooperation in Asia and the Pacific: Institutionalizing Beijing’s “Good Neighbor Policy”*. Routledge.
- _____ (2013). China and Japan in “ASEAN Plus” Multilateral Arrangements: Raining on the Other Guy’s Parade. **Asian Survey**. Vol 53, No 5.
- DITTMER, Lowell (2002). East Asia in the “New Era” in World Politics. **World Politics**. Vol. 55, No. 1.
- DUARA, Prasenjit (2010). Asia Redux: Conceptualizing a Region for Our Times. **The Journal of Asian Studies**. Vol. 69, No. 4.
- EMMERS, Ralf (2010). The Changing power distribution in the South China Sea: Implications for conflict management and avoidance. **Political Science**. Vol. 62, No. 2.

- EVANS, Paul e JOHNSTON, Alastair (1999). **China's engagement with multilateral security institutions**. In: JONHSTON, Alastair e ROSS, Robert (1999). *Engaging China: The Management of an Emerging Power*. Routledge.
- FENG, Zhang (2010). **Rethinking the "tribute system": broadening the conceptual horizon of the historical East Asian politics**. In: YONGNIAN, Zheng (2010). *China and International Relations: The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu*. Routledge.
- GASPAR, Carlos (2013). A China e a Transformação da Ásia. **Relações Internacionais**. Vol. 38.
- GOH, Gillian (2003). The 'ASEAN Way': Non-Intervention and ASEAN's Role in Conflict Management. **Stanford Journal of East Asian Affairs**, vol.3, no. 1.j
- HAAS, Ernest (1958). *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces, 1950-1957*. University of Notre Dame Press.
- HAIBING, Zhang (2006). **China and Southeast Asia Cooperation: New Developments and Challenges**. In: HONGYI, Lai e WONG, John (2006). *China into the Hu-Wen Era: Policy Initiatives and Challenges*. World Scientific Publishing Co.
- HARRIS, Stuart. "Asian multilateral institutions and their response to the Asian economic crisis: the regional and global implications". In: BRESLIN, Shaun et. al. (2002). *New Regionalisms in the Global Political Economy*. Londres: Routledge.
- HEMMER, Christopher & KATZENSTEIN, Peter (2002). Why there is no NATO in Asia? Collective Identity, Regionalism and the Origin of Multilateralism. **International Organization**. Vol. 56, No. 3.
- HOADLEY, Stephen (2007). Southeast Asian Cross-Regional FTAs: Origins, Motives and Aims. **Pacific Affairs**. Vol. 80, No. 2.
- HOBSON, John. "A non-Eurocentric global history of Asia". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- HOFFMAN, Stanley (1963). *Teorias Contemporaneas Sobre las Relaciones Internacionales*. Madrid: Editora Tecnos.
- HUGHES, Christopher (2005). Nationalism and multilateralism in Chinese foreign policy: implications for Southeast Asia. **The Pacific Review**. Vol. 18, No. 1.
- HURRELL, Andrew (2007). One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International Affairs**, vol. 83, no. 1.
- HYER, Eric (1995). The South China Sea Disputes: Implications of China's Earlier Territorial Settlements. **Pacific Affairs**. Vol. 68, No. 1.

- JETSCHKE, Anja. "ASEAN". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- JIANREN, Lu (2008). **Evolution of the Relations between China and ASEAN**. In: YUNLING, Zhang (2008). *China-ASEAN: Making New Partnership*. Social Sciences Academic Press.
- KANG, David. "East Asia when China was at the centre: the tribute system in early modern East Asia". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- KATADA, Saori & Solís, Mireya (2007). Understanding East Asian Cross-Regionalism: An Analytical Framework. **Pacific Affairs**. Vol. 80, No. 2.
- KATZENSTEIN, Peter (2005). *A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium*. Cornell University Press.
- _____ (2007). **Regionalism and Asia**. In: BRESLIN, et al (2002). *New Regionalism in the Global Political Economy: Theories and Cases*. Routledge
- KAVALSKI, Emilian (2009). **"Do as I do": The Global Politics of China's Regionalization**. In: KAVALSKI, Emilian (2009). *China and the Global Politics of Regionalization*. Ashgate Publishing Limited.
- KIVIMÄKI, Timo (2001). The Long Peace of ASEAN. **Journal of Peace Research**. Vol. 38, No. 1.
- _____ (2009). East Asian Relative Peace and the ASEAN Way. **International Relations of the Asia-Pacific**. Vol. 11.
- KHONG, Yuen Foong (1999). **Singapore: a time for economic and political engagement**. In: JONHSTON, Alastair e ROSS, Robert (1999). *Engaging China: The Management of an Emerging Power*. Routledge.
- LARY, Diana (1997). Regions and Nation: The Present Situation in China Historical Context. **Pacific Affairs**. Vol. 70, No. 2.
- LEIFER, Michael (1999). **Indonesia's encounters with China and the dilemmas of engagement**. In: JONHSTON, Alastair e ROSS, Robert (1999). *Engaging China: The Management of an Emerging Power*. Routledge.
- LI, Nan (2004). **The Evolving Chinese Conception of Security and Security Approaches**. In: ACHARYA, Amitav e TAN, See Seng (2004). *Asia-Pacific Security Cooperation: National Interests and Regional Order*. East Gate Book.
- LI, Rex (2009). *A Rising China and Security in East Asia: Identity construction and security discourse*. Routledge.

- LIOW, Joseph et al (2009). **Coping with Complexity: Trends in Thailand's and Malaysia's Relations with China**. In: ACHARYA, Amitav et al (2009). *Living With China: Regional States and China through Crises and Turning Points*. Palgrave Macmillan.
- LO, Chi-Kin (1989). *China's Policy towards Territorial Disputes: The Case of the South China Sea Islands*. Routledge.
- MARIANO, Karina (2013). *Um modelo para Avaliação De Integração Regional e a Experiência do MERCOSUL*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras / FCL UNESP
- MANSFIELD, Edward & MILNER, Helen (1999). The New Wave of Regionalism. **International Organization**. Vol. 53, No. 3.
- MASILAMANI, Logan & PETERSON, Jimmy (2014). The "ASEAN Way": The structural underpinnings of Constructive Engagement. **Foreign Policy Journal**.
- MORAVCSIK, Andrew (1998). *The Choice for Europe: Social Purpose of State Power from Messina to Maastricht*. Cornell University Press.
- NAIR, Deepak (2009). Regionalism in the Asia-Pacific/East Asia: A Frustrated Regionalism? **Contemporary Southeast Asia**, vol. 31, no 1.
- NARINE, Shaun (1998). ASEAN and the Management of Regional Security. **Pacific Affairs**. Vol. 71, No. 2.
- _____. "Asia, ASEAN and the question of sovereignty: the persistence of non-intervention in Asia-Pacific". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- OAKES, Tim (2000). China's Provincial Identities: Reviving Regionalism and Reinventing "Chineseness". **Association for Asian Studies**. Vol. 59, No. 3.
- ONUF, Nicholas (2002). Institutions, Intentions and International Relations. **Review of International Studies**. Vol. 28, No 2.
- PRESTON, Peter. "The shift to the Modern World in East Asia: war, memory and regional identity". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- RATHUS, Joel (2011). *Japan, China and Networked Regionalism in East Asia*. Palgrave Macmillan.
- RIGBY, Richard e TOW, William (2011). China's Pragmatic Security Policy: The Middle-Power Factor. **The China Journal**. No. 65.
- ROSAMOND, Ben (2005). The Uniting of Europe and the Foundation of EU Studies: Revisiting the Neofunctionalism of Ernest B. Haas. **University of Warwick**. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13501760500043928> Acesso em: 20/10/2015

- ROZMAN, Gilbert. "East Asia Regionalism". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- RUBIOLO, Maria (2010). Política Exterior China hacia Los Processos de Integración Regional de ASEAN: El Foro Regional de ASEAN y ASEAN Plus Three. **Astrolabio**. No. 5.
- SEVERINO, Rodolfo (2008). *ASEAN*. Cingapura: ISEAS
- SÖDERBAUM, Frederik. "Theories of Regionalism". In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- STUBBS, Richard (2002). ASEAN Plus Three: Emerging East Asian Regionalism? **Asian Survey**. Vol. 42, No. 3.
- SUKMA, Rizal (2009). **Indonesia-China Relations: The Politics of Reengagement**. In: ACHARYA, Amitav et al (2009). *Living With China: Regional States and China through Crises and Turning Points*. Palgrave Macmillan.
- TAFFER, Andrew (2015). State Strategy in Territorial Conflict: A Conceptual Analysis of China's Strategy in the South China Sea. **Contemporary Southeast Asia**. Vol. 37, No. 1.
- TERADA, Takashi. "ASEAN Plus Three: becoming more like a normal regionalism?" In: BEESON, Mark & STUBBS, Richard (2012). *Routledge Handbook of Asian Regionalism*. Nova Iorque: Routledge.
- VUVING, Alexander (2009). **Grand Strategic Fit and Power Shift: Explaining Turning Points in China-Vietnam Relations**. In: ACHARYA, Amitav et al (2009). *Living With China: Regional States and China through Crises and Turning Points*. Palgrave Macmillan.
- WENDT, Alexander (1992). Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. Vol. 46, No 2.
- _____ (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEISSMANN, Mikael (2010). The South China Sea Conflict and Sino-ASEAN Relations: A Study in Conflict Prevention and Peace Building. **Asian Perspective**. Vol. 34, No. 3.
- WIBOWO, Ignatius (2009). **China's Soft Power and NeoLiberal Agenda in Southeast Asia**. In: LI, Mingjiang (2009). *Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics*. Lexington Books.
- WIGEN, Kären (1999). Power and Place: The New Landscapes of East Asian Regionalism. **The American Historical Review**. Vol. 104, No. 4.
- WOMACK, Brantly (2004). China and Southeast Asia: Asymmetry, Leadership and Normalcy. **Pacific Affairs**. Vol. 76, No. 4.
- _____ (2009). China between Region and World. **The China Journal**. No. 61.

- WONG, John et al (2006). **New Dimensions in China-ASEAN Relations.** In: HUAQUN, Zeng et al (2006). *China-ASEAN Relations: Economic and Legal Dimensions.* World Scientific Publishing Co.
- WUNDERLICH, Jens-Uwe (2007). *Regionalism, Globalisation and International Order: Europe and Southeast Asia.* Ashgate Publishing Company.
- YUAN, Jing-dong (2009). **Identity, Nationalism, and China's Policy towards Regionalization.** In: KAVALSKI, Emilian (2009). *China and the Global Politics of Regionalization.* Ashgate Publishing Limited.
- ZENG, Lingliang (2006). **ASEAN-China Relations: An International Law Perspective.** In: HUAQUN, Zeng et al (2006). *China-ASEAN Relations: Economic and Legal Dimensions.* World Scientific Publishing Co.
- ZHANG, Enyu (2009). **From Adapting to Shaping: Contextualizing the Practice of Regionalization in China's Foreign Policy.** In: KAVALSKI, Emilian (2009). *China and the Global Politics of Regionalization.* Ashgate Publishing Limited.